TEREZINHA CECHET HARTMANN

O ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (JOINVILLE E GARUVA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPGPLAN do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED - e Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Carmen Susana Tornquist

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Isa de Oliveira Rocha

Florianópolis, 2015

H333e Hartmann, Terezinha Cechet
O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar (Joinville e Garuva) / Terezinha Cechet Hartmann. - 2015.
128 p. il.; 29 cm

Orientadora: Carmen Susana Tornquist
Coorientadora: Isa de Oliveira Rocha
Bibliografia: p. 113-121

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2015.

1. Agricultura – Santa Catarina. 2. Merenda escolar – Santa Catarina. 3. Crianças – alimentação. I. Tornquist, Carmen Susana. II. Rocha, Isa de Oliveira. III. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. IV. Título.

CDD: 630.98164

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

TEREZINHA CECHET HARTMANN

O ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO NORDESTE CATARINENSE (JOINVILLE E GARUVA)

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – MPPT da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 29 de abril de 2015.

Prof. Dr. Francisco Henrique de Oliveira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Orientadora: _____
Doutora Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Doutor Ademir Antonio Cazella
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____
Doutor Oscar José Rover
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____
Doutor Pedro Martins
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 29 de abril de 2015

A minha mãe Joana Cechet (in memoriam), inspiração de minha vida, símbolo de força e coragem.

A minha filha Sarah, uma luz do amanhã.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho desta natureza exigiu um esforço significativo na busca de conhecimentos por diversos caminhos, por meio dos professores, de trocas em sala aula, de amigos, amigas, instituições. O caminho permitiu compartilhar reflexões, aflições e aprendizados; construir e refazer escritos busca de um ideal que, embora não caracterize um trabalho final, aponta caminhos para a realização de outras pesquisas e aprofundamentos.

Neste momento especial, gostaria imensamente de registrar, de maneira muito pessoal e informal, sinceros agradecimentos:

À minha família, Oscar, meu marido, e Sarah, minha filha, pelo apoio, incentivo e carinho, por compreenderem minhas ausências em muitas oportunidades no decorrer do mestrado. A Elena, minha irmã, Kamila, minha sobrinha e meu cunhado Edson Augusto, pelo apoio e consideração.

Aos muitos mestres que contribuíram para minha formação, aprendizado e construção do trabalho: Carmen Susana Tornquist - por ter aceitado o desafio na orientação deste tema, pela dedicação, comprometimento, entusiasmo e serenidade com que sempre conduziu os trabalhos, mesmo nas horas mais críticas, sobretudo por me ensinar a ética da pesquisa; coorientadora Isa de Oliveira Rocha, por suas contribuições ao longo de todo o mestrado – uma mestra e pessoa especial, pelas aulas que frequentei e, principalmente, pelo apoio na construção da dissertação, tendo sido, como dizia Carmen Susana, *nossa guardiã*, pois a ela recorríamos sempre que as dúvidas surgiam.

A Oscar Rover e a Gláucia de Oliveira Assis, por dedicarem parte de seu tempo à leitura, por suas observações e críticas na banca de qualificação, com as quais apontaram desafios e direcionamento ao trabalho. Da banca de defesa: Ademir A. Cazella, Oscar Rover, pela leitura do material e pelas inúmeras sugestões com vistas ao aprofundamento de questões e reflexões na área de agricultura familiar, e áreas correlatas; Pedro Martins, pela revisão de minha dissertação, com precisão e cuidado, pelas reflexões metodológicas.

A Mário Jorge Coelho Freitas, pelos alertas e ensinamentos em metodologia, de forma interativa, aprofundada e, ao mesmo tempo, leve.

Aos colegas do mestrado 2013, Alexandre, Cavamar, Cássio (in memoriam), Dayana, Eliana, Ênylo, Giully, Jorge, Taeko, Sarah, Simone, Morgana, Helena, Meirinho, pelo carinho, pelas risadas em sala de aula, pela solidariedade e aprendizagem.

À Secretaria do MPPT – em especial ao Christian -, pela presteza e atenção no encaminhamento das solicitações e processos dos alunos, facilitando a vida acadêmica de todos. Ao GEOLAB, pela construção dos mapas de meu trabalho.

De uma forma muito especial, aos associados da Cooperconquista e Coopaville, por abrirem as portas de suas propriedades e me receberem sempre com tanta atenção, repassando-me informações vitais para a pesquisa. Aos escritórios municipais da Epagri de Joinville e Garuva, aos colegas Osmar José Wanderlinde e Dione Nery Cavalcanti Benevenutti, pelos preciosos dados e informações fornecidos à pesquisa. À Equipe da Gerência da Epagri, em Joinville, a todos os colegas que, de uma forma ou de outra, colaboraram por meio de diálogos, informações e dados sobre a agricultura familiar e a alimentação escolar de Joinville e região.

À prefeitura de Joinville, por seus inúmeros dados, informações e serviços prestados por meio dos órgãos internos, tais como Fundação Municipal 25 de Julho, Secretaria da Administração e Planejamento, Secretaria da Educação, Biblioteca Pública e, principalmente, à equipe de nutricionistas do Serviço de Nutrição e Alimentação (SANE), por terem participado da técnica do grupo focal, de onde surgiram muitas dados e informações importantes para a pesquisa.

Às administradoras do Centro de Treinamento da Epagri, de Florianópolis (CETRE) Irene Manes e Marcia Reginatto, que, inúmeras vezes, me acolheram de forma tão carinhosa para frequentar as aulas do mestrado em Florianópolis.

A minhas amigas e amigos Maristela Scarabelot, Rose Guerber, Lourdes Cezari de Aquino, Eloysa N. Mosimann, Cristina Ramos, pelos inúmeros diálogos sobre os temas da agricultura familiar e da alimentação escolar, pelos preciosos materiais emprestados. A Bernardete Panceri e Cristina Ramos, amigas de todas as horas, também pela presença e apoio no dia da defesa de minha dissertação. A Felipe Paruci, Adilson Gorniack pelas caronas para as aulas de mestrado e Felipe também por ter viabilizado o empréstimo de livros fundamentais a pesquisa. A Paola Rebolar, Rita Alves, Valdete Daufemback e Silvana Pohl pelas leituras de meus rascunhos, revisões, traduções, críticas e alertas.

A Francisco Henrique de Oliveira – coordenador do MPPT/UDESC, pela oportunidade de cursar um mestrado de qualidade em universidade pública. A realização deste mestrado me permitiu descortinar uma realidade que até esse momento eu desconhecia. Os dados aqui mostrados, embora não definitivos, parecem suficientes para dar conta de uma realidade instigante e para apontar caminhos de busca e aperfeiçoamento da política atual de alimentação escolar, e sua relação com o desenvolvimento rural sustentável.

A Juarez Segalin, pelo competente e paciente trabalho de revisão.

Um dos gestos mais belos e generosos do homem, andando vagarosamente pelo campo lavrado é o de lançar na terra as sementes.

Clarice Lispector

HARTMANN, Terezinha Cechet. **O Encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar no Nordeste Catarinense (Joinville e Garuva).** 2015. 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa da Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisa as experiências dos agricultores familiares no nordeste catarinense, sua interação com os profissionais da nutrição e a participação na política atual de alimentação escolar, definida pela Lei Federal 11.947/2009, e que se relaciona ao abastecimento da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Esta lei prevê que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinados à alimentação escolar, sejam revertidos à agricultura familiar. Analisa como os agricultores de Joinville e Garuva participam desta política e os principais desafios e limites que enfrentam neste contexto, tendo por foco privilegiado as suas representações. Para alcançar os objetivos propostos, utilizaram-se métodos qualitativos de pesquisa, prioritariamente entrevistas semiestruturadas, grupo focal, anotações em diário de campo, pesquisa documental e referencial teórico. O tratamento de dados foi feito por análise de conteúdo. Os agricultores pesquisados são associados à Cooperativa dos Produtores Agroecológicos de Joinville e Região e à Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista, que atuam na área com características distintas: uma, organizada por agricultores de Joinville; outra, de Garuva, reúne famílias de assentados da reforma agrária ligados ao Movimento dos Sem-Terra. A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de julho a dezembro de 2014. As conclusões indicam que a propalada "qualidade" dos alimentos prevista no marco regulatório é relativa, pois concorre com o predomínio da produção convencional, com uso de defensivos sintéticos. A falta de um calendário fixo para a realização da *chamada pública* também dificulta o planejamento dos agricultores, prejudicando a estabilidade que as compras institucionais poderiam oferecer. Entre os gêneros alimentícios demandados pelas *chamadas públicas*, constatou-se a presença de muitos produtos produzidos fora da região (contrariando os objetivos do programa), bem como a existência de muitos alimentos produzidos por grandes cooperativas ou empresas. Entre os aspectos positivos, destacam-se a garantia, ainda que relativa, do escoamento da produção, a relativa satisfação dos agricultores e o reconhecimento social de sua atividade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cooperativa. Garuva (SC). Joinville (SC).

HARTMANN, Terezinha Cechet. **Encounter of Family Agriculture from the Northeast of Santa Catarina Food Program** (**Joinville and Garuva**). 2015. 128 pg. Thesis (Masters Degree in Professional in Territorial Planning and Socio-Environmental Development. Post Graduation Program in Territorial Planning and Socio-Environmental Development, Florianópolis.

ABSTRACT

This research analyses the experiences of the family famers in the Northeast of Santa Catarina, their interaction with nutrition professionals and their participation in the current educational food program policy, which was defined by the Federal Law number 11.947/2009, and that relates to the supplying needs of the Municipal School System of the city of Joinville, Santa Catarina. This law predicts that at least 30% of the resources existent in the National Development of Education Fund, destined to the educational food program, are reverted to family agriculture. This study analyses how family farmers from Joinville and Garuva take part in this policy and the main challenges and limits that they face in this context, making the privileged focus their representations. To achieve the proposed objectives qualitative research methods were used, mainly semi-structured interviews, focal group, appointments in the field diary, documental research and theoretical references. The treatment of data was made through content analysis. The subjects of research are the family farmers associated to the Agricultural Environmental Farmers Cooperative of the Region and the Agriculture and Livestock Farmers Cooperative - Conquista, two cooperatives that operate in the area with distinct characteristics: one, organized by farmers from Joinville; the other, from Garuva, assembles families who were settled after the Brazilian land reform, linked to the MST (Landless People Movement). The field research was developed in the period of July to December, 2014. The conclusions point out that the vaunted "quality" of the food production predicted in the law is relative since it competes with the majority of the conventional production which uses synthetic pesticides. The non existence of a pre-established calendar for the opening of public biddings (public calls) also affects the farmers´ planning, damaging the stability that the institutional purchases could offer. Among the food products demanded by the public biddings, the presence of many products produced out of the region was found (contradicting the objectives of the National Food Program), as well as the existence of many products produced by big cooperatives or companies. Among the positive aspects, the guarantee can be highlighted – even though if relative – of the production flow, the relative satisfaction of the farmers and the social acknowledgement of their activity.

KEY WORDS: Family Agriculture. Brazilian National Educational Food Program. Cooperative. Garuva (SC). Joinville (SC).

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde
AMUNESC	Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina
AVENA	Associação de Produtores de Aves com Valores Naturais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
DAP	Declaração de Aptidão do Pronaf
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNME	Campanha Nacional Merenda Escolar
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEPA	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CEI	Centro de Educação Infantil
CME	Campanha Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERCONQUISTA	Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista
COOPAVILLE	Cooperativa de Agricultores Ecológicos de Joinville e Região
COOPERDOCTHI	Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luis Brunetto
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EEx	Entidade Executora
FAO	Food and Agriculture Organization
FLV	Frutas Legumes e Verduras
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FMDR	Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
IPPUJ	Instituto de Pesquisas para o Planejamento Sustentável de Joinville

IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
JUCESC	Junta de Serviço Comercial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério da Saúde
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SANE	Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar

SUMARIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I – INTERFACE DA AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 26

CAPÍTULO II – COOPERATIVAS AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS 55

CAPÍTULO III – ANÁLISE, CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES: ESPAÇOS DE ECONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE CATARINENSE 97

CONSIDERAÇÕES FINAIS 109

PROPOSIÇÕES PARA A MELHORIA DA GESTÃO DO PNAE EM JOINVILLE.....111

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....113

ANEXOS 122

INTRODUÇÃO

Objetivo desta pesquisa é analisar as experiências dos agricultores familiares do nordeste catarinense, sua interação com os profissionais da nutrição relativamente à aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, a partir da publicação da Lei nº 11.947/2009[1], especificamente sobre o abastecimento da rede municipal de ensino de Joinville. Segundo Peixinho (2011, p. 129), a publicação desta lei, também "intitulada Lei da Alimentação Escolar", significou uma mudança importante na agricultura brasileira, visto que em seu artigo 14 prevê:

> Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Essa mudança na legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criou, a partir dos recursos repassados aos estados, o Distrito Federal e os municípios por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, baseados na obrigatoriedade da lei, um novo cenário de oportunidades de mercado para a agricultura brasileira. O PNAE constitui uma política pública nacional relacionada à alimentação escolar, que envolve estados da Federação e municípios. É reconhecido como uma política de Estado. Sua criação situa-se na década de 1950, durante o governo Getúlio Vargas, e se manteve até os dias atuais, apesar das várias mudanças verificadas ao longo de sua trajetória (SARAIVA *et al.,* 2013). Passou de um "PNAE de caráter suplementar/assistencialista, para um PNAE de caráter universal, equânime, participativo, integrador, educacional, sustentável e saudável" (PEIXINHO, 2013, p. 915). Foi fortemente inspirado em Josué de Castro, que, pioneiramente, politizou o tema da fome no Brasil, relacionando-a a causas sociais e buscando combatê-la através de políticas públicas eficazes.

É no contexto do Programa Fome Zero[2], em 2003, que surgem diversas estratégias para a segurança alimentar e nutricional e, dentre estas, as políticas de incentivo à

[1] Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

[2] O Programa Fome Zero, criado em 2003 no governo Lula, é um programa de Estado de combate à fome no Brasil. Sob a coordenação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, é apresentado em três eixos: implantação de política pública; construção participativa de política de segurança alimentar e nutricional; mutirão contra a fome.

produção agrícola (FAO, 2014). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge neste período, resultado de uma discussão de longo período, que encontra amparo para sua consolidação no governo Lula, em 2003. Assim, o PAA se articula fomentando oportunidades de mercado para a compra direta dos produtos da agricultura familiar via compras públicas, promovendo, ao mesmo tempo, o acesso aos alimentos às populações em insegurança alimentar e nutricional. Dentre esses grupos e pessoas, o programa de alimentação escolar também é beneficiário/consumidor (GRISA *et al.,* 2009). Neste sentido, pode-se afirmar que o artigo 14 da Lei n. 11.947/2009 surgiu da discussão sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), relacionada com a criação do PAA e ao fomento às políticas de produção agrícola (BACCARIN *et al.,* 2012).

Nossa relação com o tema da pesquisa se iniciou antes de nosso ingresso no Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, por volta do ano de 2010, quando, na condição de funcionária da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI, 2015), tínhamos como função atuar no apoio aos agricultores (e técnicos), no estado de Santa Catarina, na implantação da política atual do PNAE.

Desde então, como servidora pública desta instituição, temos acompanhado a inserção dos agricultores familiares no PNAE, especialmente no nordeste catarinense. Neste sentido, a presente dissertação resulta de uma série de indagações relacionadas a esta instituição, e tem como propósito contribuir com a reflexão acerca de políticas públicas relacionadas com este órgão, desde a perspectiva do desenvolvimento socioambiental. Cabe destacar que nossa formação em nível de graduação é na área de economia e nossa inserção na Epagri é como técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que, dentre outras funções, atua no âmbito do apoio à execução de políticas públicas, especialmente PNAE e PAA. Isto posto, acrescentamos que esta pesquisa requereu um esforço significativo de nossa parte, no sentido de refletir de outra forma sobre temas que fazem parte de nosso cotidiano profissional, ou de incorporar metodologias de pesquisa e categorias pouco utilizadas nesse cotidiano.

Tivemos a oportunidade de participar, na condição de técnica dessa empresa, de diversos seminários realizados no estado, para discussão da implantação da política atual do PNAE e devido apoio. Tais eventos foram promovidos a partir de 2010 pela rede de atores envolvidos na organização da política do PNAE. Na realização desses seminários, diversos entraves foram apontados: agricultores despreparados para atender ao PNAE; rede de parcerias para execução do PNAE desarticulada; poucas variedades, quantidades

e regularidades da produção agrícola familiar para atender à alimentação escolar; deficiente organização da logística para entrega dos produtos para alimentação escolar e fragilidades no acesso às informações inerentes à legislação do PNAE por parte de técnicos e agricultores.

No nordeste catarinense - universo desta pesquisa -, desde 2011 os reflexos sobre as experiências realizadas pelos agricultores familiares na venda de seus produtos para fins de alimentação escolar veem sendo discutidos em fóruns, encontros e seminários organizados pelas instituições envolvidas e pela rede de atores que atuam na execução da política do referido programa. O resultado dessas discussões contribuiu para aprofundar o conhecimento dos atores nela envolvidos e também apontar as limitações encontradas pelos agricultores na participação do PNAE/PAA. A primeira questão diz respeito à *chamada pública*, que trata de "procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações" (BRASIL/FNDE, 2014, p. 14). A entidade executora, no caso, a prefeitura de Joinville, segundo dados coletados através deste trabalho, realizou, entre 2012 e 2014, duas *chamadas públicas* ao ano, que correspondem ao previsto na lei. Em geral, o lançamento do edital acontece sem obedecer a um calendário fixo. Por esta razão, os agricultores ficam na dependência destas definições, encontrando dificuldade para planejar o plantio e a colheita da produção agrícola que intencionam comercializar com o PNAE, aspecto logo identificado por nós, no início da pesquisa, e bastante citado pelos entrevistados, como veremos no decorrer do trabalho. Outro aspecto–com frequência mencionado é a solicitação, nas *chamadas públicas*, de produtos que não são usualmente produzidos na região. Por outro lado, verificamos a ausência de produtos agrícolas produzidos na região e cujas características permitem sua compra para alimentação escolar. Todas essas dificuldades nos estimularam no sentido de desenvolver um trabalho de pesquisa para aprofundar o conhecimento da realidade dos agricultores que se relacionam com a política atual do PNAE.

Além da importância de pesquisar os problemas apontados pelos agricultores no desenvolvimento desta política pública, há outro aspecto relevante: a entidade executora estudada recebeu, no período de 2014, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), recursos da ordem de R$ 5.274.385,00. Aplicados, atenderam à rede pública de ensino de Joinville, que em 2014 registrava aproximadamente 60 mil alunos, distribuídos em 144 unidades escolares, segundo dados oficiais da prefeitura da cidade

(JOINVILLE, 2015). Por ser Joinville um município com preponderância do setor da indústria e comércio, como veremos mais adiante, a agricultura não é um setor que se destaca.

É importante esclarecer que, do ponto de vista legal, para acessar os mercados institucionais, os agricultores, tanto individual quanto os organizados de forma coletiva, necessitam da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)[3]. A DAP "é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas" (BRASIL/MDA, 2015, p. 13). Ou seja, funciona como uma espécie de documento de identidade das unidades de produção. Somente com este documento os agricultores podem acessar os programas, os editais e benefícios ligados às políticas públicas relacionadas à agricultura. Outro aspecto importante é o limite com que cada agricultor pode acessar os mercados institucionais. Como cita um agricultor entrevistado, "*é a DAP que funciona"* (Roberto, 65 anos, aposentado). Para o "PNAE, o limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar é de R$ 20 mil por DAP/ano" (BRASIL/FNDE, 2014, p. 18).

Este trabalho de pesquisa tem como objetivos específicos:

- recuperar a política de alimentação escolar no Brasil, descrevendo os marcos legais mais relevantes;
- contextualizar as duas cooperativas da agricultura familiar estudadas;
- analisar as categorias de pesquisa que emergiram das falas e representações dos agricultores e nutricionistas por meio das entrevistas e grupo focal; e
- sugerir medidas que poderão contribuir para a melhoria da operacionalização do PNAE em Joinville.

No sentido de buscar os objetivos propostos, tivemos como fio condutor a seguinte pergunta:

- em que medida o PNAE oportuniza aos agricultores familiares do nordeste catarinense melhoria de condições de vida e trabalho?

[3] DAP: Declaração de aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptas a realizar operações de crédito rural ao amparo do PRONAF. Também habilita os agricultores ao acesso às demais políticas públicas, a exemplo do PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Disponível em: http://www.agricultura.al.gov.br/programas/DAP.pdf. Acesso em: 1º dez. 2014.

O interesse acadêmico de conhecer o ponto de vista das pessoas envolvidas nesta política pública se justifica pelo fato de os envolvidos constituírem segmentos da população que dependem, de forma mais acentuada, da presença do Estado, ou seja, agricultores familiares. Por outro lado, estudantes de escolas públicas que, embora não seja diretamente o público envolvido em nosso trabalho de pesquisa, em determinados momentos da discussão acabam por estabelecer uma interface com o trabalho da pesquisa.

Com relação aos aspectos metodológicos, o tipo de pesquisa desenvolvida foi o qualitativo, pois "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado de relações, dos processos e dos fenômenos" (MINAYO, 2003, p. 21/22). A escolha pela pesquisa qualitativa se deveu ao fato de ela oferecer recursos para estudar as opiniões e representações dos agricultores entrevistados. As "representações são sempre um produto da interação e comunicação" (MOSCOVICI, 2011, p. 21).

Com o propósito de atingir tais objetivos, foram aplicadas diversas técnicas qualitativas, descritas a seguir e apoiadas em fontes documentais e em referencial teórico, a saber: entrevistas semiestruturadas, grupo focal e observação participante. Os dados coletados por meio da técnica de entrevistas e grupo focal, embora em muitas situações se complementem, consideramos que tiveram vital importância para o trabalho. Quanto ao contexto das entrevistas (propriedades do entrevistados), recorremos, de forma complementar, à observação participante, à análise da legislação relativa ao tema e ao referencial teórico. A coleta de dados de campo foi realizada no período de julho a dezembro de 2014.

Thiollent (1985, p. 32) destaca que "questionários e entrevistas são considerados como técnica de observação direta pelo fato de estabelecerem um contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado". Outros autores também apontam a importância da entrevista nos trabalhos de pesquisa em ciências sociais. Como exemplo, Bardin:

> Qualquer pessoa que faça entrevistas conhece a riqueza desta fala, a sua singularidade individual, mas também a aparência por vezes tortuosa, contraditória, "com buracos", com digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras (2011, p. 94).

Como qualquer técnica de pesquisa, a entrevista também oferece alguns limites, pois existe a possibilidade de os entrevistados omitirem informações e os dados

fornecidos não corresponderem a uma realidade objetiva, pois se trata de opiniões ou representações que o sujeito teceu a partir do seu contexto e de suas percepções (PÁDUA, 2007). Ou seja, as entrevistas devem ser consideradas expressão das representações dos sujeitos que as concederam, mas isto não quer dizer que expressem exatamente a realidade. Cabe ao pesquisador fazer a análise das falas dos agricultores com os quais interagiu, e não apenas expor suas falas. Cabe ressaltar que o exercício da entrevista em pesquisa qualitativa não é prática cotidiana no ambiente profissional da Epagri. Em geral, trabalha-se com dados quantitativos, "objetivos". Embora tenhamos contato pessoal com muitos agricultores, não se atribui às suas falas e percepções a importância que efetivamente têm. Assim, nesta pesquisa, o exercício de "escutar" suas falas revelou uma realidade até então desconhecida. Daí o desafio que, tanto a pesquisa de campo, as entrevistas, quanto o grupo focal e a observação participante representaram.

Assim, recorremos às entrevistas semiestruturadas como forma de realizar esta pesquisa. Para tanto, foram realizadas 10 entrevistas, das quais participaram 14 agricultores e agricultoras das cooperativas selecionadas. Cabe salientar que, a princípio, as entrevistas seriam individuais. No entanto, como elas foram realizadas nas propriedades rurais, local de moradia e trabalho desses agricultores, além deles, as demais pessoas da família acabaram se integrando espontaneamente e contribuindo com as respostas às questões levantadas. As entrevistas foram previamente agendadas, gravadas e realizada a transcrição dos conteúdos (observamos terem sido necessárias cerca de 11 horas para as transcrições).

Minayo (1993) e Thiollent (1985) são autores que discutem os critérios de escolha dos entrevistados na pesquisa qualitativa. Ambos consideram que o grupo de pessoas entrevistadas deve dispor de informações e experiências que possam contribuir com os objetivos do trabalho de pesquisa e/ou de uma avaliação da relevância ou da representatividade social das pessoas. Assim, foram entrevistados os agricultores definidos pelo grupo, os que tivessem experiências mais relevantes ligadas ao PNAE, envolvidos na discussão da *chamada pública,* na organização da documentação, bem como nas etapas de produção, colheita, organização da produção e distribuição dos produtos (logística). Mais adiante, serão apresentadas mais detalhadamente as características das pessoas entrevistadas.

O grupo focal, como técnica, é considerado "um bom instrumento de levantamento de dados para investigação em ciências sociais e humanas" (GATTI, 2005, p. 8). Sua aplicação deve buscar a interação dos participantes, levantar questões que

contribuam com o propósito da pesquisa. Permite entender a realidade e as práticas do dia a dia, como se "comportam determinados grupos sociais". Pode ser utilizada "para a busca de aperfeiçoamento e de aprofundamento da compreensão, a partir de dados provenientes de outras técnicas" (GATTI, 2005, p. 11/12). Neste sentido, inicialmente não estava prevista, a técnica foi utilizada após a finalização das saídas de campo e a realização das entrevistas, considerando que muitos dos entrevistados faziam muitas referências às nutricionistas da prefeitura. Assim, como forma de abordar estas profissionais, propusemos a participação dessa equipe de nutricionistas para um encontro. O tema gerador do grupo focal foi o tema da pesquisa, de modo geral, pela variedade das questões levantadas no decorrer do debate. Um aspecto importante desse momento foi o relato de várias servidoras a respeito da visita[4] de uma comitiva de 15 países da América Latina e do Caribe a Joinville, em meados de 2014, para conhecer o programa de alimentação escolar relacionado ao *Programa Sem Fome 2025*, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Discutimos, ainda, sobre o processo da *chamada pública* e a estratégia de inclusão de novos produtos da agricultura familiar na elaboração dos cardápios para alimentação escolar, de acordo com a percepção das servidoras sobre a qualidade dos produtos da agricultura familiar e o funcionamento das cantinas nas unidades escolares de Joinville. Participaram do grupo focal seis servidoras, todas com formação de nível superior na área de nutrição, com idades de no máximo 30 anos. Elas são, em sua maioria, funcionárias de carreira da prefeitura de Joinville, mas, conforme relatos, pelo menos duas trabalham com contratos temporários[5].

No diário de campo, registraram-se impressões, observações, atitudes dos entrevistados, comportamentos e situações não registrados nas entrevistas, mas que contribuíram para compreender o contexto das falas. Realizaram-se registros no diário de campo em todas as entrevistas e nos trabalhos com o grupo focal. Tais registros contribuíram para o controle da "subjetividade" presente em campo, conforme referido anteriormente.

Todos os nomes utilizados nesta dissertação, tanto os das entrevistas quanto os do grupo focal, além das pessoas da região citadas pelos entrevistados/as, são fictícios, com o objetivo de lhes resguardar a identidade. Já o nome das cooperativas e do assentamento

[4] JOINVILLE, Secretaria de Educação. Alimentação Escolar é modelo para gestores de 15 países. Disponível em: https://educacao.joinville.sc.gov.br/noticia/imprimir-noticia/codigo/156. Acesso em: 22 jan. 2015.

[5] Esta conversa foi gravada e transcrita.

não foram substituídos, seja por suas especificidades serem consideradas importantes, seja por suas características, de fácil identificação.

Este trabalho também utilizou o conceito de *representações sociais*, discutido por diversos autores. Arruda (2002, p. 128) é uma das autoras que questiona a origem do conceito de representações sociais, escrevendo que tem "fundas raízes na sociologia, e uma presença marcante na antropologia e na história das mentalidades", tendo-se expandido para várias outras áreas do conhecimento. Apesar da diversidade dos autores que o utilizam, há vários pontos em comum com a ideia das representações (ou percepções) sociais: a de que os sujeitos sociais (as pessoas) partilham de ideias e concepções coletivas, e que estas devem ser consideradas como parte da realidade social:

> embora oriundos da sociologia de Durkheim, é na psicologia social que a representação social ganha uma teorização, desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Essa teorização passa a servir de ferramenta para outros campos, como a saúde, a educação, a didática, o meio ambiente, e faz escola, apresentando inclusive propostas teóricas diversificadas.
>
> O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. Ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. As representações sociais constroem-se mais frequentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques (ARRUDA, 2002, p. 128 e 130).

A partir da visão da autora em relação aos diferentes universos, e no sentido de situar-nos no universo de nossa pesquisa, ao estudar as "falas" dos agricultores familiares, estaríamos interagindo com este *universo consensual*? Moscovici (2011) define os diferentes universos como consensual e reificado. Para o autor, "em um universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício" (MOSCOVICI, 2011, p. 50). No universo reificado, "a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais" (2011, p. 51). A formação específica de cada pessoa, o conhecimento que cada um adquire pode determinar o lugar de cada pessoa numa sociedade. Recorrendo ainda ao autor, ele cita:

> Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação e se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender (MOSCOVICI, 2011, p. 43).

Poderíamos então dizer que, pela visão do autor, ao realizar as entrevistas com o agricultor para a pesquisa, estaria ele representando pelo fato de estar pensando para responder a uma pergunta? O autor indaga "o que é uma sociedade 'pensante'"(grifos do

autor). Ao mesmo tempo responde: “Essa é a nossa questão e é isso que nós queremos observar e compreender, através do estudo”.

> (a) das circunstâncias em que os grupos se comunicam, tomam decisões e procuram tanto revelar, como esconder algo e (b) das suas ações e suas crenças, isto é, das suas ideologias, ciências e representações. Nem poderia ser diferente; o mistério é profundo, mas a compreensão é a faculdade humana mais comum. Acreditava-se antigamente que esta faculdade fosse estimulada, primeira e principalmente, pelo contato com o mundo externo. Mas, aos poucos, fomos nos dando conta que ela na realidade brota na comunicação social (MOSCOVICI, 2011, p. 43).

Seus questionamentos nos ajudam a compreender as representações e falas dos agricultores, suas revelações, suas opiniões, atitudes, percepções em relação à politica do PNAE.

Os dados qualitativos e as fontes secundárias (editais, documentos e leis) foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Esta, segundo Cruz Neto (2003, p. 74), é uma das funções que “diz respeito *à* d*escoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está sendo comunicado (grifos do autor)”. Utilizamos, para esta análise, o material coletado por meio das técnicas de entrevista e grupo focal. Após a sua transcrição, realizamos sucessivas leituras, sendo esta fase denominada por Bardin (2011) de leitura “flutuante” (grifos do autor). Assim, acredita-se na possibilidade de identificar “o não aparente, o potencial do inédito (do não dito) retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 2011, p. 15). A autora alerta ainda para a atenção que o pesquisador precisa ter para verificar os dados da pesquisa, uma vez que nem sempre seus achados são tão aparentes.

Para uma próxima etapa, este trabalho optou pela organização dos dados por meio de categorias. Para Cruz Neto (2003, p.70), a palavra categoria “se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Esta palavra está sempre ligada à ideia de classe ou série”. Seguindo a lógica do autor e com objetivo de dar visibilidade e ordenamento ao material pesquisado, construímos cinco categorias que, a nosso ver, nos ajudarão a buscar respostas aos objetivos traçados, assim denominadas:

a) práticas de cooperação;

b) distribuição da alimentação escolar pelos agricultores;

c) agricultores diante dos mercados e produção agrícola;

d) agricultores frente ao PNAE;

e) agricultores e a *chamada pública*.

Temos consciência que os métodos selecionados podem não ser capazes de dar conta de responder a todas as indagações da pesquisa. Como diz Fonseca (2004, p. 11), "não existe método sem calcanhar-de-aquiles; é obviamente importante fazer a exegese sistemática de qualquer método eleito pelo pesquisador, refletindo sobre suas fragilidades". Lembra, sobretudo, "este processo de 'eterna autovigilância epistemológica'" (grifos da autora), razões pelas quais o pesquisador fica demasiadamente preocupado com possíveis críticas, erros, a tal ponto de não perceber, às vezes, as oportunidades que a pesquisa oferece. Desta forma, independente do método escolhido, é importante ter ciência de seus limites e procurar buscar o máximo de conhecimentos que o próprio método oferece (2004, p. 11).

Neste sentido, tivemos consciência, durante a pesquisa, dos dois "lugares" ou papéis que desempenhamos com relação a este tema: o de técnica da Epagri e o de pesquisadora. A convergência deste espaço contribuiu para a dinâmica do trabalho, no sentido de facilitar os contatos com os agricultores para a entrevista, o acesso a documentos nas entidades públicas e privadas, bem como ao conhecimento da realidade local. Estes fatores contribuíram, inclusive, para selecionar cooperativas e agricultores. Por outro lado, não se pode negar que em algumas situações parece ter havido um certo constrangimento por parte dos participantes diretamente envolvidos na pesquisa ao responder a algumas questões relacionadas ao tema.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo I é dedicado ao universo da pesquisa, para, inicialmente, situar o leitor quanto à localização da pesquisa e às instituições pesquisadas no nordeste catarinense. São apresentadas, de forma breve, as características socioeconômicas dos municípios envolvidos, Joinville e Garuva, e das cooperativas estudadas. Descreve-se o papel da prefeitura de Joinville enquanto entidade executora do PNAE, que, por meio da Secretaria Municipal de Educação, envolve uma série de práticas, pessoas e órgãos internos da prefeitura, para operacionalizar o PNAE. Este capítulo recuperou, em linhas gerais, a concepção, a natureza e os marcos legais deste programa. Procuramos descrever desde as primeiras experiências desenvolvidas, que datam do início do século, até a atualidade. Pretendemos analisar mais atentamente os marcos legais pós-constituinte, como o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a descentralização dos recursos, em especial a publicação da Lei n. 11.947/2009, que é o tema de nossa pesquisa. Apresentamos, ainda, a influência do médico e nutrólogo Josué

de Castro sobre o problema da fome no Brasil e sua contribuição com a construção do PNAE. O capítulo ainda abrange a revisão teórico-temática, apresentando os dados gerais da agricultura familiar no Brasil e em Santa Catarina a partir dos Censos Agropecuários 1995/1996 e 2006. Discute, também em linhas gerais, aspectos ligados à problemática dos defensivos sintéticos e MST. Faz uma abordagem das transformações do mundo rural brasileiro, a partir da discussão e estudos do Projeto Rurbano, focando alguns conceitos das áreas correlatas, como: pluriatividade, atividades não agrícolas, para-agrícolas, agrícolas e multifuncionalidade. Procuramos analisar como os agricultores se comportam no cenário brasileiro e catarinense, estabelecendo uma interface com estudos regionais nesta temática e com a ocupação e renda dos agricultores, sócios da Coopaville e Cooperconquista, os entrevistados da pesquisa.

O capítulo II contextualiza as cooperativas estudadas: Coopaville e Cooperconquista. Nele é apresentado o quadro sociológico, com as características sociais mais gerais dos agricultores entrevistados, assim como se discutem as cinco categorias de pesquisa: a) práticas de cooperação; b) distribuição da alimentação escolar pelos agricultores; c) agricultores diante dos mercados e da produção agrícola; d) agricultores frente ao PNAE; e) agricultores e a *chamada pública*. As categorias foram elaboradas de acordo com dados, metodologia e técnicas acima apreciados.

No capítulo III, discutimos os pontos cruciais observados nas cinco categorias, cruzando as falas e representações dos agricultores e profissionais da nutrição com estudos de autores das áreas correlatas, com a base legal da política de alimentação escolar e os dados complementares sobre os editais de *chamada pública* realizados pela prefeitura de Joinville.

O trabalho se conclui com considerações que procuram evidenciar os aspectos relevantes e que, a nosso ver, merecem maior atenção por parte da gestão das políticas públicas de Joinville e região. Por fim, apresentamos um rol de proposições para a melhoria da gestão do PNAE em Joinville.

CAPÍTULO I: INTERFACE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Procuramos, inicialmente, com este capítulo, situar o leitor no universo da pesquisa, Joinville e Garuva, descrevendo as principais características socioeconômicas destes municípios. Apresentamos a situação da alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino de Joinville, informando o número de unidades escolares, de alunos beneficiados diariamente, estabelecendo uma relação da prática dos cardápios utilizados com o tempo de permanência do aluno na escola. Fornecemos dados sobre a operacionalização do PNAE em Joinville, apontando os diversos órgãos internos da prefeitura que atuam na execução desse programa. Descrevemos as duas cooperativas da agricultura familiar estudadas - a Coopaville e a Cooperconquista -, uma, em Joinville; outra, em Garuva.

Recuperamos os principais marcos legais da política de alimentação escolar no País, relatando desde as primeiras experiências até a consolidação do PNAE na década 1950. Descrevemos também a influência do médico, e nutrólogo, Josué de Castro na construção dessa política. Relatamos os principais avanços obtidos por meio da Constituição Federal de 1988, com foco na saúde, alimentação e nutrição do escolar - enquanto direitos assegurados. Abordamos alguns pontos da descentralização dos recursos do PNAE, iniciado em 1994, bem como o controle social - fruto da descentralização dos recursos -, resultando na criação dos conselhos de alimentação escolar, cruzando dados de pesquisa em Santa Catarina com a atuação do CAE em Joinville. Fazemos uma breve reflexão sobre os resultados da Lei n. 11.947/2009, enquanto aporte financeiro e capacidade de abrangência na agricultura familiar em nível nacional, e em Joinville e Garuva.

Incluímos uma revisão teórico-temática, apresentando os números gerais da agricultura familiar no Brasil e em Santa Catarina com base nos dados dos Censos Agropecuários 1995/1996 e 2006. Discutimos aspectos ligados à problemática dos defensivos sintéticos e ao MST. Abordando o Projeto Rurbano, discutimos as mudanças ocorridas na agricultura familiar no Brasil desde a década de 1980. Emprestamos alguns conceitos de áreas afins, como: pluriatividade, atividades não agrícolas, para-agrícolas, agrícolas e multifuncionalidade. Verificamos como os agricultores se vêm comportando no cenário brasileiro e catarinense, estabelecendo uma interface de estudos regionais nesta temática com a ocupação e renda dos agricultores sócios da Coopaville e Cooperconquista.

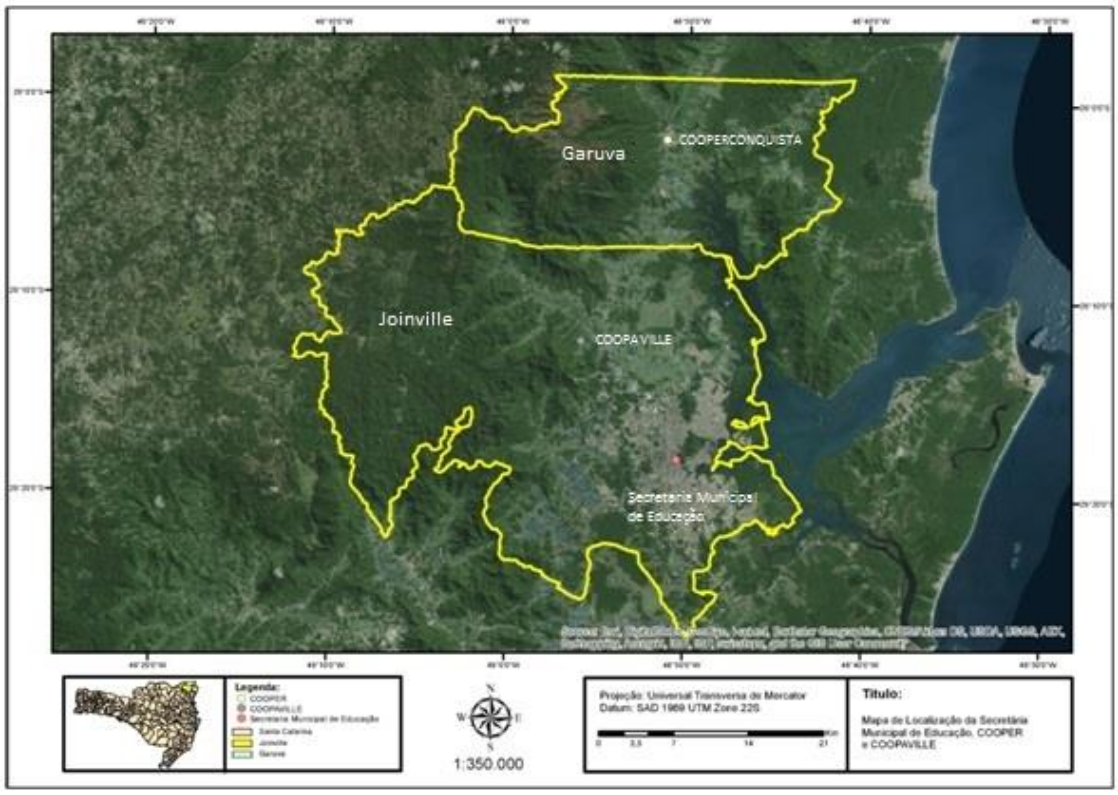
1.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O presente trabalho foi desenvolvido nos municípios de Joinville e Garuva, nordeste catarinense, Região Sul do Brasil. Ambos integram a Associação de Munícipios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC).

Em Joinville, pesquisamos a unidade executora do PNAE, a prefeitura municipal e a Coopaville.

Em Garuva, pesquisamos a Cooperconquista, que pertence ao assentamento Conquista do Litoral, na comunidade Três Barras, conforme ilustra a figura 1. Analisamos, por este estudo, as percepções, práticas e atitudes dos agricultores sócios das cooperativas, especificamente no abastecimento da alimentação escolar da rede municipal de ensino de Joinville, com base na legislação relativa ao PNAE, que prevê a compra de produtos da agricultura familiar.

Figura 1 - Localização dá área de estudo: Joinville e Garuva



Fonte: GEOLAB/UDESC, 2015.

Joinville apresentava população de 515.250 habitantes em 2010, de acordo com a edição do Censo do IBGE daquele ano. Dessa população, 96,7% vivia na área urbana e 3,3 %, na área rural. No estado de Santa Catarina, 16% da população total vivem na área rural, enquanto que a da área em estudo é de apenas 3,3%, o que explica o predomínio de atividades econômicas e urbanas, fazendo deste município o mais importante centro industrial do estado.

Joinville possui o maior parque fabril de Santa Catarina, com cerca de 2.093 indústrias e 16.447 estabelecimentos comerciais (IPPUJ, 2014). O produto interno bruto, em 2012, foi de 18,3 bilhões, correspondendo ao PIB per capita de R$ 34,7 mil (IBGE, 2015).

A cidade foi colonizada por imigrantes europeus das regiões germânicas (Prússia, Suíça, etc.) a partir de 1851. Desenvolveu, ao longo do tempo, diversificada, embora pequena, produção mercantil rural, através de produtos como manteiga e banha, e urbana (oficinas, marcenarias, etc.). Desta última, mais tarde, se originaram muitas indústrias, atualmente com expressão mundial. No presente, o setor industrial na região de Joinville beneficia-se da:

> existência de infraestruturas produtivas, como eficientes sistemas de transportes e comunicações, importantes para o escoamento da produção e transporte de matérias-primas, viabilizados pela presença do porto de São Francisco, aeroporto em Joinville, estrada de ferro (privatizada) e rodovias estaduais (SC 301) e federais (BR 101 e BR 280) pavimentadas. Essa organização espacial, acrescida do apoio do poder público municipal e estadual, remete o nordeste catarinense a uma posição geográfica estratégica no contexto do comércio internacional e, especificamente, latino-americano, resultando na implantação de novas unidades fabris multinacionais, como se verifica em São Francisco do Sul e Garuva (ROCHA, 2003, p. 60).

Por diversas razões, a agricultura familiar no município de Joinville não apresentou o mesmo dinamismo que o desenvolvimento industrial. Em muitas situações, a agricultura passa despercebida ou é considerada um setor de pouca relevância para a gestão pública municipal. O órgão responsável[6] pela assistência técnica aos agricultores em Joinville é a Fundação Municipal 25 de Julho, que existe desde 1966. Este órgão, vinculado à prefeitura, conta com uma equipe de técnicos que, por meio da Ater, presta assistência aos agricultores, desenvolvendo cursos de capacitação, prestando serviços, além de se responsabilizar pela área de abastecimento. A Epagri local também contribui com a Ater na área de crédito rural e em algumas atividades mais pontuais na área de

[6] Disponível em:http://fmdr25.blogspot.com.br/ Acesso em 15 fev. 2015.

pesquisa e difusão, voltadas às culturas da mandioca e do arroz (com experimentos, dias de campo e seminários).

Apesar de a atividade agrícola não se destacar nem representar um percentual significativo de população no município, conta com 1.715 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 40.903 ha. Desses, 1.624 têm uma área de até 50 ha, ocupando no território 20.548 ha. Os demais estabelecimentos, ou seja, 91, uma área de 51 ha a 5.000 ha (IPUUJ, 2011).

Atualmente, conforme dados do MDA/2015, Joinville conta com o registro de 495 DAPs ativas. O que chamou a atenção, neste aspecto, foi o pequeno número de DAPs existentes em Joinville, uma vez que, pelos dados da pesquisa, são 1.624 os estabelecimentos agropecuários que, de acordo com a área informada, atenderiam às exigências para enquadramento como agricultura familiar. Os técnicos da Fundação Municipal 25 de Julho, responsáveis pela Ater, nos informaram que o agricultor só faz o cadastro da DAP quando realiza financiamentos por meio do Pronaf ou acessa o PAA e o PNAE. Assim, os agricultores que não possuem DAP não demonstram interesse, em sua maioria, em acessar as políticas públicas, em especial às do Pronaf (Diário de campo).

A Rede Municipal de Ensino em Joinville[7] contava com 59.483 alunos, regularmente matriculados, no ano de 2014. Deste total, 11.432 eram do ensino infantil; 46.081, do ensino fundamental regular e 1.540 estavam matriculados em programas como: educação de jovens e adultos (EJA[8]) (JOINVILLE, 2015). Sobre o número de refeições servidas, ponto importante para se pensar na execução local do PNAE, cabe dizer que este varia de acordo com o tempo que cada aluno passa na escola.

Do total de 59.483 alunos da Rede de Ensino Municipal de Joinville, 90,32% frequentam a escola no período matutino ou vespertino, em tempo parcial; 7,08%, no período integral e 2,6%, no período noturno. Sob este aspecto, para as nutricionistas que atuam diretamente no programa, existem várias informações e percepções, conforme relata Margarida, quando indagada como funciona a dinâmica das refeições e cardápios:

> *Varia, tem mais variedades de cardápios. Assim se é semi-integral, se é semi-parcial, se é escola rural, se é escola matutino-vespertino. Então pra cada modalidade de ensino tem um cardápio*

[7] Os dados referentes à prefeitura de Joinville/Secretaria de Educação foram fornecidos pela Gerência da Unidade de Ensino, Setor de Estatística, tendo como base o movimento mensal de novembro de 2014.

[8] EJA – Educação de Jovens e Adultos - é uma modalidade do ensino fundamental. De um modo geral, é realizada em período noturno, atendendo a um público que por diversas razões ainda não concluiu o ensino fundamental (Informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação – Joinville).

> *diferenciado. Mas até então se a criança fica na escola só um período, como na escola parcial matutino-vespertino, ganha só uma refeição. Se a escola é rural ou integral ela ganha três refeições: ela ganha o lanche da manhã, o almoço e o lanche da tarde. Sendo CEI integral elas ganham quatro refeições: ganha o café da manhã, o almoço, lanche da tarde e o jantar. O cardápio do berçário é diferenciado: o berçário são cinco refeições, daí que é iniciado com a introdução do suquinho, depois entra as papinhas doces; dependendo da idade da criança, também entra a papinha salgada, já ... mas daí é de acordo com a idade da criança pra tá inserindo essas alimentações mais salgadas* (Nutricionista).

Margarida faz este relato sobre o funcionamento das refeições e o número de refeições servidas a cada aluno matriculado na rede de ensino de Joinville. Cabe aqui salientar que é de responsabilidade técnica da nutricionista o papel da elaboração do cardápio escolar. Quando Margarida cita a escola rural, ela está se referindo à Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke[9], sediada no distrito de Pirabeiraba, que conta atualmente com 332 alunos, matriculados regularmente. Estes alunos recebem diariamente três refeições. Como podemos ver, a maioria frequenta a escola durante um período e, conforme a fala de Margarida, recebe uma refeição diária. Quanto à infraestrutura para atender à rede de ensino, a prefeitura dispõe de 83 escolas e 61 centros de educação infantil. Deste total de unidades escolares, 19 estão localizadas na área rural (JOINVILLE, 2015).

Na prefeitura, a gestão do PNAE está vinculada à Secretaria de Educação/Gerência de Assistência ao Educando, que, por sua vez, abrange a unidade de Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE). Nessa unidade, está lotada uma equipe com seis nutricionistas, que atuam diretamente no PNAE.

No caso da prefeitura de Joinville, a Secretaria da Administração e Planejamento é responsável pela realização do processo da *chamada pública*. Dentre outras orientações/informações comuns a um processo de compras públicas, é necessário incluir a lista de produtos da agricultura familiar, com quantidade e preços que pretendem comprar. Relativamente ao último aspecto, o estudo verificou a importância do papel das nutricionistas, pois, de certa forma, são elas que definem quais produtos devem ser comprados da agricultura familiar. Outro órgão vinculado à prefeitura, que também apoia

[9] Esta escola do ensino fundamental nasceu por iniciativa do governo municipal, com o propósito de receber filhos de agricultores do município e melhor prepará-los para o exercício da profissão agrícola.

o PNAE, é a Fundação Municipal 25 de Julho, por meio do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A Cooperativa de Agricultores Ecológicos de Joinville e Região (Coopaville) tem, ao todo, 23 sócios, distribuídos nas diversas comunidades rurais. Sua sede atual está localizada na antiga Sociedade[10] Esportiva e Recreativa União Mildau, que fica na comunidade rural Estrada Mildau, no distrito de Pirabeiraba. Dos sócios da Coopaville, foram entrevistados sete agricultores; mais três participaram como colaboradores no trabalho.

Garuva, também localizada na região nordeste catarinense, a 36 km de Joinville, apresenta população de 14.762 habitantes, 77,6% dos quais residem na área urbana e 22,4%, na área rural. O município ocupa um território de 501.973 km², de acordo com o IBGE (2010); estima-se que 60% da área seja coberta de floresta atlântica (SANTA CATARINA, 2007).

O setor agrícola de Garuva tem na bananicultura uma das principais fontes de renda. Atualmente, existem em torno de 110 estabelecimentos agrícolas envolvidos na atividade. Outras atividades agrícolas também são desenvolvidas: criação de peixes de água doce – piscicultura -, arroz, palmáceas, hortaliças, produção de mel e plantas ornamentais. Atualmente, Garuva conta com aproximadamente 250 estabelecimentos da agricultura familiar envolvidos nestas atividades econômicas. É neste contexto que se inserem as famílias do Assentamento Conquista do Litoral, produzindo principalmente hortaliças (EPAGRI, 2015). Segundo dados do MDA, Garuva conta atualmente com o registro de 152 Declarações por Aptidão do Pronaf ativas (MDA, 2015).

Parte de sua população explora o artesanato como fonte de renda. São produzidos diversos artesanatos, como: cestarias, balaios, móveis e demais utilitários. De acordo com Tonicelo *et al.* (2005), são utilizadas matérias-primas, como cipó imbé e o vime. O cipó imbé é uma fibra natural, extraída da Mata Atlântica. Já o vime se origina de municípios da região serrana catarinense.

[10] Esta sociedade foi leiloada em 2013 e a Coopaville adquiriu os direitos deste patrimônio. Segundo a mídia e moradores locais, o leilão foi decorrente da necessidade do pagamento de uma indenização a uma família que entrou na justiça cobrando a "morte de um rapaz que fazia a limpeza do telhado do pavilhão da sociedade, no dia 6 de julho de 1998. A família ganhou na Justiça o direito à indenização". A sociedade foi construída pelos moradores da comunidade e muitos deles lamentam a perda do patrimônio, que já completava 51 anos de história. Dentre outras atividades que a sociedade realizava, destacam-se as tradicionais festas do pato e do cará, que já estavam na 12º e 20º edição, respectivamente, dentre outras atividades que a Coopaville pretende retomar.
Disponível em: notícia. clicrbs.com. br/sc/geral/noticia/2013/06/sociedade-mildau-vai-a-leilao-em-joinville-para-pagamento-de-indenizacao-4159712.html. Acesso em: 18 fev.2015.

Estima-se que no entorno de Garuva pelo menos 200 famílias tenham o artesanato com cipó imbé como fonte de renda. Estas pessoas são chamadas de cipozeiros e é bem comum verificar diversas pessoas de uma mesma família trabalhando nesta atividade. Os cipozeiros vivem no meio rural e buscam outras atividades para melhorar a sua renda. Cultivam roças de aipim, exercem empregos temporários e, outras vezes, buscam produtos da floresta, como peri e palhas. Às vezes, dedicam-se à atividade de pesca. O cipó imbé é extraído da Mata Atlântica, preparado e transformado em diversos artigos (cestas, balaios, luminárias). Quanto à venda dos artesanatos por eles fabricados:

> A produção, que vai para outros lugares do estado e também Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso é vendida para intermediários por um preço baixo, gerando necessidade de produção intensa (até 15horas/dia de trabalho) e, infelizmente, queda da qualidade dos produtos e intensificação na busca do recurso na floresta (SANTA CATARINA, 2007, p. 4).

O artesanato é uma atividade de renda historicamente desenvolvida em Garuva. No entanto, nos últimos anos e segundo moradores locais, tem diminuído o fluxo de vendas e os preços praticados.

1.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA NO BRASIL (1930 -2014)

1.2.1 Das Caixas Escolares à Campanha Nacional de Merenda Escolar (1930 – 1955)

As primeiras experiências sobre distribuição de merenda escolar no Brasil datam do início do século. Coimbra *et al.* (1982)[11] trazem relatos de um conjunto de experiências, desenvolvidas em 15 cidades do estado de Minas Gerais, no período anterior a 1955, que registravam, na cidade de Frutal, uma experiência desde 1924. Das 15 experiências apresentadas, a maioria fornecia merenda escolar por meio de caixas escolares. De acordo com um caso relatado, era por meio da prefeitura; em dois casos, a instituição fornecedora era a Secretaria da Educação. Outro aspecto observado por Coimbra *et al.* é que as caixas escolares que forneciam merenda escolar normalmente detinham uma melhor infraestrutura financeira e o número de alunos atendidos era

[11] A obra de Marcos Coimbra *et al.* (1982) **Comer e Apreender** - Uma História da Alimentação Escolar no Brasil, Belo Horizonte, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto Nacional de Assistência ao Estudante (INAE), é um dos poucos trabalhos que guardam a história da alimentação escolar no Brasil. Esta obra, citada por diversos autores, envolve inúmeras mudanças, avanços e marcos legais sobre a alimentação escolar no Brasil.

pequeno. Segundo os autores, "por exemplo, nada aconteceria nas áreas rurais, salvo uma ou outra iniciativa de um senhor de terras" (COIMBRA *et al*., 1982, p. 299).

Quanto à participação nas experiências brasileiras com alimentação escolar por meio de entidades filantrópicas privadas, participaram entidades como Rotary e a Maçonaria, entre outras. Assim, poderíamos concluir, a partir da afirmação do autor:

> Em geral pode-se dizer que desde os anos de 30, um número relativamente expressivo de Caixas Escolares desenvolveu serviços de fornecimento de merendas e sopas escolares, normalmente nos grupos escolares maiores, situados em cidades de certo porte. Como regra, as Secretarias de Educação, depois da segunda metade dos anos 40, começaram a constituir ramos especializados de suas burocracias para atuar na questão, limitando-se, porém, às capitais dos Estados. Toda regra, porém, como é sabido, tem exceções e, neste caso, devem ter sido várias (COIMBRA *et al.*, 1982, p. 304).

A experiência brasileira no âmbito da alimentação escolar contou, em suas origens, com a predominância do caráter filantrópico privado.

Praticamente todos os autores, não apenas no campo do conhecimento da nutrologia, são unânimes em afirmar a importância de Josué de Castro na politização do tema da fome e na ampliação dos estudos e das ações para o combate à fome no Brasil:

> Sob o ponto de vista de um saber nutricional, foi também a partir dessa década que se instalaram núcleos de nutrólogos, a partir de 1932. Assim, foram criadas as primeiras cátedras de Nutrição nas Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e em São Paulo. A sediada no Rio de Janeiro se constituiria na vertente social da nutrição; liderada por Josué de Castro, foi hegemônica no período. A de São Paulo, teve sua ênfase nos estudos laboratoriais e clínicos sob influência norte-americana (SPINELLI, 1997, p. 35).

No mesmo período, 1932, em Recife, o médico Josué de Castro realizou um inquérito sobre as condições de vida daquela população. Mais tarde, essa obra seria denominada "As condições de Vida das Classes Operárias do Recife". O resultado desse trabalho trouxe indicativos importantes acerca da relação entre condições de saúde e hábitos alimentares da população pobre da cidade, que serviu de base para a realização de outros levantamentos e estudos sobre a situação da fome nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também os dados sobre os inquéritos alimentares impulsionou a realização de estudos mais aprofundados sobre a nutrição no Brasil. A partir dos resultados desses trabalhos, Josué de Castro, por meio de diversos canais de comunicação, fez, junto à sociedade, "uma verdadeira campanha a favor da causa" sobre o tema. Todo esse movimento em favor da classe operária acabou sendo "fundamental para que o governo do presidente Getúlio Vargas adotasse, por intermédio do Decreto nº 2.162, o salário mínimo no Brasil a partir de maio de 1940" (MENEZES, 2004, p. 36).

No contexto do conhecimento sobre nutrição e alimentação no Brasil, muitos autores passaram a estudar a trajetória de Josué de Castro, no sentido de melhor compreender as raízes de sua preocupação e suas contribuições. Assim Bizzo define sua trajetória:

> Josué de Castro (1908-1973), médico pernambucano, se constitui em um personagem que, ao longo de sua trajetória como cientista, intelectual e parlamentar, tomou por ponto de partida o saber de sua área de conhecimento específica para atuar, junto a grande parte da intelectualidade brasileira nas décadas de 1930 a 1950, na formulação de propostas em torno de um projeto novo de Brasil (BIZZO, 2009, p. 402).

É inquestionável o reconhecimento dos trabalhos de Josué de Castro por diversos cientistas e também do grupo de técnicos e intelectuais que atuaram em sua companhia na época em que os fatos aconteceram. Coimbra (1982) afirma que, para instituir uma política que pensa a área de nutrição e alimentação, há necessidade de se organizar o conhecimento para poder dar respostas e encaminhamentos às intervenções públicas. Segundo esta lógica, o autor considera um marco importante a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O SAPS foi criado em 1940 e tinha como atribuição:

> promover a instalação de refeitórios em empresas maiores, fornecer refeições nas menores, vender alimentos a preço de custo a trabalhadores com famílias numerosas, proporcionar educação alimentar, formar pessoal técnico especializado e apoiar pesquisas sobre alimentos e situação alimentar da população (CARVALHO DA SILVA, 1995, p. 1).

Inicialmente, o SAPS era chefiado por Josué de Castro, que foi substituído, em seguida, por inúmeras razões:

> Em primeiro lugar, a finalidade básica do SAPS, de fornecer refeições para o trabalhador, era tão grande e visível que todas as restantes partes de uma "política nacional de alimentação" (grifos do autor) ficariam fatalmente submergidas e sufocada por ela. Assim, toda a reflexão sobre o abastecimento, a produção, a comercialização e transporte dos alimentos, bem como a pesquisa de suas relações com os modos de vida, a cultura e a sociedade, podiam ser elaboradas a partir do prato de comida distribuído, mas era difícil. O SAPS, na verdade, era excessivamente "de alimentação" (grifos do autor) para quem formulava a questão alimentar que Castro o fazia (COIMBRA *et al.*, 1982, p. 196/197).

Em segundo lugar, complementam Coimbra *et al*. (1982), havia no SAPS uma equipe de pesquisadores centrada nos estudos de "tecnologia de refeições", seguindo a linha de raciocínio explicitada acima. Nesse contexto e pelas caraterísticas de Josué de Castro, não ficaria difícil explicar a razão de sua saída. Em 1945, criou-se a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com a função, entre outras, de definir "a política

nacional de alimentação" (CARVALHO DA SILVA, 1995, p. 2). Assim, a campanha do Ministério da Saúde era comandada por Josué de Castro:

> Em consequência das disputas político-partidárias e da separação dos setores saúde e educação, em 1953, a Comissão Nacional de Alimentação, em 1955, perdeu a execução do Programa Nacional da Merenda Escolar, para o Ministério de Educação e Cultura (MEC), passando a ser denominado de Campanha da Merenda Escolar[12], que foi criada pelo Decreto n. 37106/31/03/55), ligando-se administrativamente à divisão de Educação Extra Escolar do MEC. A Campanha de Merenda Escolar, na intenção de vir a ser uma instituição de abrangência nacional, passou a denominar-se, em 1956, de Campanha Nacional de Merenda Escolar[13] (SPINELLI, 1997, p. 39/40).

Em 31 de março de 1955 foi assinado o Decreto n° 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação (FNDE, 2015).

Ainda como contribuição de sua obra, Coimbra *et al.*, dentre outras conclusões, dizem que:

> Pelos nossos dados, esses programas começaram no início do século, nas escolas e sociedades filantrópicas, sendo assumidos, em alguns lugares, por Estados e Municípios, na segunda metade dos anos 30. Esta é uma constatação importante, pois implica que **a** alimentação escolar surgiu antes como problema que a sociedade podia, e devia resolver, para só depois de ser transformado em problema público e demandar a intervenção do estado (COIMBRA *et al.*, 1982, p. 673).

Coimbra e coautores perceberam a importância do papel da sociedade desempenhado no início do século, relacionado com o problema da alimentação e nutrição dos escolares no Brasil. O Estado, sobretudo, só intervém quando a sociedade se manifesta e evidencia os problemas existentes. No entanto, Coimbra *et al.* (1982, p. 674) ponderam: "O ingresso da alimentação escolar na agenda pública foi, essencialmente, o resultado da militância ideológica e teórica de um grupo de intelectuais, os '**cientistas da nutrição**'" (grifos do autor). Foi nesse período que ganhou importância o trabalho do médico e, depois, nutrólogo, Josué de Castro, reconhecido até hoje como um dos pioneiros na problematização da fome enquanto questão social, por sua trajetória e trabalho no combate à fome no Brasil. Segundo Bizzo, entre outros autores, os resultados atingidos por seus trabalhos alcançaram repercussão tanto no cenário nacional quanto no internacional, contribuindo, ainda, para a institucionalização científica e política da nutrição no país" (BIZZO, 2009, p. 402). A autora, em seu trabalho de pesquisa, dialoga com diversos cientistas que se preocuparam em estudar a trajetória de Josué de Castro sob

[12] A instituição de campanhas por meio de Decreto foi um ato administrativo comum no MEC entre 1950 e 1960 (COIMBRA, *et al.*, 1982).
[13] Decreto n. 39007, de 11 abr. 1956.

diversos vieses. Consideramos fundamental a referência a ele para compreender a atual política de alimentação escolar, uma vez que ela reitera pressupostos presentes pioneiramente na obra do autor, especialmente a noção de que as causas da fome são sociais e políticas, e que a solução do problema - entre outros aspectos - reside na ação do Estado, através de políticas públicas e não da ação privada, através de ações de benemerência ou filantropia, como acontecia até então.

1.2.2 Da Campanha Nacional de Merenda Escolar à Constituição (1956 - 1988)

Em 1965, durante o período militar, houve uma nova alteração na denominação da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), que passou a denominar-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), conforme Decreto n° 56.886/65 (FNDE, 2015).

> Surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU)(FNDE, 2015).

Verificou-se que havia certa imprecisão em termos dos registros oficiais sobre a quantidade de alimentos recebidos para alimentação escolar de organismos internacionais, a preços simbólicos ou por meio de doações, no período de 1955 a 1970. No entanto, autores como Coimbra *et al.* (1982), e Carvalho e Silva (1995) informam que havia, nesse período, uma intensa participação de organismos internacionais nas doações ou na venda de alimentos com preços simbólicos.

No período da ditadura militar em 1964, Josué de Castro vive um de seus períodos mais difíceis, "pois teve seus direitos políticos cassados". Segundo Menezes (2004), teria sido acusado de "ter denunciado ao mundo a vergonha da fome como obra dos homens". Nesse período, ocupava na ONU o cargo de embaixador, em Genebra, de onde se teria afastado. Exilado, optou pela França para viver, dedicando-se à carreira de "professor na Universidade em Paris, onde criou o Centro Internacional de Desenvolvimento" (MENEZES, 2004, p. 96).

Em 1968 foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da Lei Federal nº 5.537. Este órgão é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação, tendo como missão prestar assistência técnica e

financeira aos estados e municípios, como forma de contribuir para a implementação de parcela das ações educacionais desenvolvidas pela União. O FNDE é uma autarquia, responsável até hoje, junto ao Ministério da Educação, para gerir a política de alimentação escolar no País (FNDE, 2014).

A partir de 1976, essa política é vinculada ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), financiado com recursos do MEC; em 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2015).

1.2.3 A Constituição Federal de 1988 e os Marcos Legais para a Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Proclamada a nova Constituição, em outubro de 1988, uma nova dimensão sociopolítica e histórica para a sociedade brasileira teve início. A década de 1980 foi um período marcado pelo retorno à vida política dos movimentos sociais. Após esta abertura, a população brasileira voltou a organizar-se e a participar dos processos políticos. Assim, o texto constitucional de 1988 refletiria esta retomada da participação social através de movimentos sociais e sindicais, associações profissionais, entre outras. A campanha nacional por uma constituinte cidadã, ao longo de 1987 e 1988, expressou esta movimentação através das emendas populares, muitas das quais, ainda que com mudanças, foram aprovadas pelo Congresso Nacional.

No que concerne à alimentação escolar, alguns avanços foram obtidos. **O** Art. 208 da nova Constituição de 1988 prevê, no seu inciso VII, e no parágrafo 4º do Art. 212, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia do:

> atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
>
> § 4º do Art. 212: Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários (BRASIL, 1988).

Quanto ao direito à alimentação escolar, garantido pela Constituição de 1988, Peixinho (2011, p.129) cita sua aplicação a todas as categorias de alunos por meio do programa suplementar de alimentação escolar. Assim, a autora lista as categorias beneficiadas: “creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual e do Distrito Federal (DF) e municípios”. São incluídos, também, indígenas e quilombolas. Esse direito deve ser oferecido por todas as esferas governamentais (federal,

estadual e municipal): “A saúde e a alimentação adequada são direitos assegurados pela Constituição Federal Brasileira” (LEÃO, 2010, p. 187).

Devemos considerar, também, o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, em seu Art. 4º:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A referência à questão da fome, à promoção de saúde e à sua relação com a alimentação está, portanto, prevista em vários tópicos do texto constitucional, além do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Vemos, assim, como a questão da alimentação escolar está relacionada, no plano formal, a vários direitos assegurados pela Constituição brasileira e demais legislações inspirados pelos movimentos previstos pela Constituição.

1.2.4 Descentralização dos recursos do PNAE e os Conselhos de Alimentação Escolar

Uma das atuais características do PNAE, do ponto de vista da gestão do programa, é a chamada descentralização. Esta descentralização dos recursos ocorreu em 1994, juntamente com um processo mais amplo, comum a várias políticas previstas na Constituição de 1988. Foi instituída por meio da Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994, de acordo com a qual passaram a ser firmados convênios com estados, Distrito Federal e municípios. Desde a criação do PNAE até 1993, o programa foi operacionalizado de forma centralizada. Todas as operações eram realizadas por meio do órgão que gerenciava o programa, no Distrito Federal; embora este tenha passado por diversas denominações desde a sua criação até os dias de hoje, sempre esteve vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Tais operações incluíam desde a elaboração de cardápios, compras e processos licitatórios, até a viabilização de processos para o controle da qualidade dos alimentos. O governo federal se responsabilizava por todo o processo da logística, que visava à entrega dos alimentos em cada parte do País (FNDE, 2015).

Com a descentralização, houve mudanças importantes na gestão do programa. Na medida em que o governo federal repassava os recursos aos estados, Distrito Federal e municípios por meio de convênios, estes também deviam assumir o compromisso de criar

infraestruturas físicas e de recursos humanos necessárias à viabilização e execução do programa (BELIK *et al.*, 2004).

Em 1998, o processo de descentralização sofreu novas mudanças. Por meio da Medida Provisória n° 1.784, de 14 de dezembro de 1998, agora sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, "a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios" (FNDE, 2015).

O cenário dos conselhos de alimentação escolar (CAE) no Brasil é bastante diverso. Sua criação representou um avanço para cada município. A responsabilidade de criação foi delegada às prefeituras municipais (SPINELLI, 1997), pois o controle social se tornou uma exigência a partir do processo de descentralização dos recursos do PNAE. Este conselho tem caráter deliberativo e tem como uma de suas principais funções a de fiscalizar os recursos públicos utilizados na compra da alimentação escolar. Sua publicação se deu pela Medida Provisória n° 1.748/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Os CAES "são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do Poder Executivo (FNDE, 2014).

No entanto, pouco se sabe acerca da efetividade destes conselhos, se realmente são espaços de controle social e/ou participação ou se funcionam precariamente. Tendo em vista o estado no qual se realizou esta pesquisa, pode-se citar o estudo de Gabriel *et al.* (2008), que pesquisaram sobre tais conselhos com uma amostragem de 152 municípios, incluindo Joinville, município que nos interessa especificamente. Entre os diversos resultados, destacamos a conclusão de que 62,4% dos conselhos respondentes participaram na elaboração dos cardápios escolares. Embora o número pareça expressivo, um enorme contingente deles não participa na elaboração do cardápio. Em Joinville, constatamos que o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)[14], criado em 1995, atualmente não participa na discussão para a elaboração dos cardápios da alimentação escolar. Verificou-se que a agenda desse conselho é mais intensa na época da avaliação e aprovação da prestação de contas do PNAE. Depois disso, segue com uma agenda menos densa, realizando algumas visitas às unidades escolares e participando de reuniões mensais. Estas visitas são realizadas por uma equipe, com representantes do setor público e da sociedade civil e têm como objetivo acompanhar e verificar a

[14] Lei nº 4220/2000, dá nova redação à Lei nº 3.132/95, de 5 de junho de 1995, que cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Disponível em: www. leismunicipais.com.br. Acesso em: 30 jan. 2015.

infraestrutura (recursos humanos e materiais) diretamente envolvidos com o preparo e a distribuição da alimentação para os escolares. As visitas são registradas num formulário específico em que se realiza a avaliação de uma extensa lista de itens, que inclui aspectos como a higiene dos manipuladores (merendeiras) e toda a infraestrutura do preparo e armazenamento da alimentação escolar nas escolas. A participação dos CAEs na elaboração dos cardápios é importante, visto que possibilita uma abertura para a discussão dos produtos da agricultura familiar. Há que se pensar a importância da representação dos agricultores nos CAEs (Diário de Campo).

A elaboração do cardápio é de responsabilidade da nutricionista que, formalmente, é a responsável técnica (RT). Esta atribuição é relativamente recente no PNAE, e decisiva, já que os editais dependem do rol de alimentos organizados pelas RT. Sobre este ponto, ainda, as nutricionistas nos informaram que o cardápio é elaborado a cada quatro anos, havendo a possibilidade de ajustes de alguns alimentos a cada ano. No momento em que ele é elaborado, a lei determina que seja apresentado ao CAE. De um modo geral, depois desta apresentação, o CAE em Joinville não mais participa dessa discussão (Diário de campo). A equipe de nutricionistas passa a detalhar as diversas funções que desempenha e é responsável pelo Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE) em Joinville.

> *Eu, Rosa, sou mais responsável pela alimentação especial... pelo cardápio na verdade da alimentação especial, então a Dália faz o* cardápio geral. Como as demais, faço supervisões nas unidades. Acompanho aí a rotina *da cozinheira, se ela está fazendo tudo conforme o manual de higiene, e demais outras, palestras, educação, um pouquinho de tudo* (Rosa e Dália, nutricionistas).

> *Eu elaboro vários projetos com relação à alimentação a diminuir o desperdício da alimentação na rede. Estou elaborando também um curso de cozinha experimental que é pra inserir crianças do oitavo ao nono ano, para ter uma convivência na parte da gastronomia. Inserir também uma alimentação saudável, mas isso também está engatinhando ainda. O prato já está como piloto, está funcionando assim. Também cuidamos da parte de* ***licitação,*** *alimentos, utensílios (pregão) que é a parte da agricultura familiar, de equipamentos também, material de limpeza e licitações em geral* (Violeta, nutricionista).

. > *Quando chegam esses alimentos para as cozinheiras, aí tem toda uma questão de estarem bem higienizados. Quando a gente faz a vistoria, então a gente faz uma escala das nutricionistas e aí a gente acompanha a amostragem da qualidade desses produtos. Então, no mínimo, a gente vê pelo menos a amostra de um produto*

> *para testar no caminhão e também que ele tem qualidade a ser entregue. No caso, já pra aceitar, se a gente verifica que o alimento não tem boas condições de uso, a gente já cancela o pedido naquele momento pra não investir o recurso de forma errada. O recurso público tem que ser investido de fato naquilo que vai ser consumido, e de boa qualidade* (Dália, nutricionista).

Como podemos ver pelo depoimento das nutricionistas, seu trabalho, no âmbito do PNAE, ganhou um espaço importante a partir da nova Constituição. Trata-se de um desejo de Josué de Castro, pois ele teria como objetivo intensificar o conhecimento da população, no campo da nutrição e da alimentação, além de possibilitar o acesso à alimentação a todos. Como veremos, referências constantes dos agricultores às nutricionistas mostra que esta profissional adquiriu centralidade na política. É ela que elabora os cardápios escolares e, portanto, os produtos que serão comprados. O edital somente é lançado após o fechamento do cardápio, o que resulta na lista de produtos aos quais os agricultores poderão se habilitar para fornecimento ao PNAE, por meio do processo da *chamada pública*. Assim, além do cardápio, o profissional da nutrição faz a pesquisa de preços dos produtos da agricultura, conforme manda a lei do PNAE, e discute com os agricultores, conforme observa Vilmar:

> *Olha quem define os preços é a própria prefeitura, as nutricionistas, elas que definem os preços dos produtos com base em tomada de preços. A gente também avalia se é possível ou não por esse gasto* (Vilmar, 46 anos, agricultor).

> *É uma afinidade que precisamos ter com as nutricionistas. Você tem um total, mas você não sabe muito bem. Quer dizer: em um mês de trabalho com elas, você pode dizer, mais ou menos, o que vai na primeira semana, o que vai na segunda semana e o que vai na terceira semana. Mais ou menos, mas elas sempre mudam aqui, mexem alguma coisa ali. Então você tem que se planejar mais ou menos nesse sentido. Nós temos um trabalho bom assim* (Fábio, 36 anos, agricultor).

.

Fábio ainda comenta a forma como a nutricionista organiza a entrega dos produtos para a merenda escolar a cada semana, e o papel que desempenha no decorrer deste trabalho. Como podemos perceber, quando necessário, no decorrer do programa, ela faz alguns acertos entre os produtos que os agricultores vão entregar, para fechar com a necessidade da composição dos cardápios. Podemos perceber que diversas são as funções desempenhadas pela profissional da nutrição no âmbito do PNAE.

1.3 O PNAE E SUA INTERFACE COM A AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DA LEI 11.947/2009

A promulgação da Lei nº 11.947, em junho de 2009, expressa, de certa forma, o reconhecimento do importante papel da agricultura familiar no Brasil na produção de alimentos, com a recomendação de que, no mínimo, 30% dos repasses de recursos financeiros anuais do FNDE para os estados, Distrito Federal e municípios sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Para a entidade executora estudada - a prefeitura de Joinville -, este percentual representa um montante de R$ 1.582.315, 00, se considerarmos o valor total recebido no período de 2014, RS 5.274,385, 00. No período acima considerado, de acordo com os dados oficiais da Secretaria da Educação, Gerência da Unidade de Assistência ao Educando da prefeitura de Joinville, foi aplicado na compra de produtos da agricultura familiar o montante de R$ 2.190.129,00, ou seja, 41,5% do valor repassado pelo FNDE. Percebe-se que há um esforço significativo por parte da entidade executora no sentido de cumprir o percentual mínimo, com a expectativa de melhorar este percentual a cada ano.

Segundo dados oficiais, em 2012 80% das entidades executoras do PNAE no Brasil compraram seus produtos da agricultura familiar, e somente 50% delas haviam alcançado o percentual mínimo previsto em lei (CAISAN, 2014). Isso demonstra que a experiência de Joinville se encontra entre as que estão cumprindo a meta prevista legalmente. Mesmo que a base legal determine a obrigatoriedade na aquisição de alimentos da agricultura familiar, ainda existe um número significativo de municípios que não realizam as compras públicas, ou seja, não implantam de forma adequada o PNAE ou não participam dele. Trata-se de um número expressivo de municípios. Seriam necessárias novas pesquisas para investigar as causas que os levam a não efetuar as compras públicas para a alimentação escolar.

Outro aspecto importante é que o governo federal estabeleceu limites de recursos para as vendas dos agricultores em mercados institucionais, utilizando, como critério, um limite por DAP principal (a do responsável pelo estabelecimento). O valor permitido é de R$ 20 mil, não sendo possível em uma família a comercialização por mais de um membro, utilizando uma DAP acessória. Também podem ser comercializados alimentos para o PNAE via PAA, na modalidade *compra com doação simultânea*. Nesta modalidade, o valor por agricultor individual é de R$ 5,5 mil reais. Por meio de organização fornecedora, no caso das cooperativas, é de R$ 6,5 mil reais. Cabe salientar

que, neste caso, estes recursos não estão contabilizados nos 30%, pois este valor se refere somente às compras via PNAE (BRASIL, 2015).

No âmbito dos programas PAA e PNAE, observa-se que o segundo tem uma base legal "mais incisiva, estabelecendo porcentagem mínima de aplicação obrigatória quanto aos recursos repassados pelo FNDE aos entes da Federação que executam ações de alimentação escolar" (BACCARIN *et al*., 2012,p. 1).

O fortalecimento da agricultura familiar ao longo dos últimos anos tem ocorrido principalmente pela criação de políticas públicas, a exemplo da "ampliação dos recursos do PRONAF e da criação de novos e inovadores programas, como PAA e PNAE". No entanto, não se pode negar que estes "programas estão sob permanente pressão para direcionar seus recursos aos segmentos mais capitalizados de agricultores familiares" (MALUF, 2014, p. 58).

Com a institucionalização do Programa Fome Zero, surge uma proposta política em nível nacional de combate à fome, que prevê a implementação de um conjunto de estratégias com o objetivo de enfrentamento da fome no País. Considera-se que a operacionalização do PNAE é parte deste conjunto de estratégias, pois oferece refeições a todos os alunos das escolas públicas, o que vem ao encontro de um dos princípios do PNAE, o da universalidade, conforme afirma Peixinho:

> Ou seja, a partir de então, obedecendo aos anseios norteadores das políticas públicas e dos movimentos sociais de caráter universal. O PNAE passou a incorporar em suas estratégias técnico-operacionais de execução junto aos estados e municípios (entidades executoras do programa) os seguintes princípios para a gestão e a execução da alimentação escolar: equidade, participação social, **universalidade**, sustentabilidade, continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais (2013, p. 915).

Num balanço recente sobre as atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Peixinho (2013) ressalta o incremento dos recursos federais para o PNAE desde 2003, conforme tabela 1. Os recursos repassados pelo FNDE para atender ao PNAE nos estados e municípios são repassados em dez parcelas a cada ano e o cálculo é realizado com base no censo escolar do ano anterior. Contudo, este recurso não cobre todo o valor necessário para as despesas dos cardápios alimentares. Neste sentido, espera-se que o município e/ou estado possam custear, a cada ano, a diferença dos valores para cobrir as despesas dos cardápios escolares (FNDE, 2015).

Tabela 1 - Distribuição dos recursos financeiros executados (em milhões de reais) e do número de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no período de 2004 a 2014

Programa Nacional de Alimentação Escolar		
ANO	Recursos Financeiros (milhões de R$)	Alunos atendidos (milhões)
2003	**954,2**	**37,3**
2004	1.025	37,8
2005	1.266	36,4
2006	1.500	36,3
2007	1520	35,7
2008	1.490	34,6
2009	2.103	47,0
2010	3.034	45,6
2011	3.051	44,4
2012	3.306	43,1
2013	3.542	43,3
2014	3.693	42,2

Fonte: FNDE, 2015.

Ao verificar o valor total de recursos aplicados na alimentação escolar no Brasil, de acordo com a tabela 1, extraindo os 30% previstos na obrigatoriedade de serem aplicados na agricultura familiar, conforme determina a Lei nº 11.947/2009, percebemos que o universo de agricultores atendidos é um tanto limitado. Vejamos, por exemplo, os valores aplicados em 2014 (3.693 bilhões de reais); 30% correspondem a R$ 1.107.900,00. Se dividirmos este valor pelo teto de R$ 20 mil que cada família pode receber por ano, teremos 55 mil agricultores atendidos. Ainda existe a possibilidade de considerar que cada agricultor familiar utilize 50% do seu limite do recurso, o que daria cerca de 110 mil agricultores atendidos em todo o Brasil, num universo de 4.300.000 agricultores familiares. Ou seja, um percentual correspondente a 2,5% da agricultura familiar no País.

A seguir, na tabela 2, apresentamos uma relação dos recursos aplicados no período de 2012 a 2014 pela entidade executora, descrevendo os recursos repassados pelo FNDE, os recursos aplicados na compra de produtos da agricultura familiar, bem como o valor da contrapartida para complementar o valor da compra dos cardápios pela Rede Municipal de Ensino de Joinville.

Tabela 2 - Distribuição dos recursos financeiros executados (em mil de reais) e do número de alunos atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar (PAE) de Joinville no período de 2012 a 2014

Programa de Alimentação Escolar da Unidade Executora Prefeitura de Joinville - SC				
Ano	Recursos Financeiros (FNDE) (mil reais)	Recursos Financeiros (AF) (mil reais)	Contrapartida (EEx.: Joinville) (mil reais)	Alunos atendidos
2012	4.741	1.509 (31,8%)	2.671	59.767
2013	5.123	1.913 (37,3%)	1.648	60.139
2014	5.274	2.190 (41,5%)	2.926	59.483

Fonte: Joinville, 2015.

Seguindo a lógica do exercício praticado acima com os recursos do PNAE/FNDE, aplicamos agora aos dados de nosso trabalho de pesquisa. Se analisarmos os valores repassados pelo FNDE à unidade executora de Joinville, conforme dados de 2014, dos R$ 5.274,00, R$ 2.190,00 foram aplicados na compra de produtos da agricultura familiar. Se dividirmos este valor pelo teto de R$ 20 mil, montante máximo que cada família de agricultores pode receber, têm-se 109 agricultores beneficiados. Se os agricultores decidirem comercializar até 50% do valor do teto permitido a cada família, este número de agricultores beneficiados poderá então dobrar e passar para 218 agricultores atendidos, num universo de 1.624 agricultores familiares existentes em Joinville. Há que se considerar, também, que a grande maioria dos beneficiados não é do município. Nele, efetivamente, são beneficiados os agricultores associados à Coopaville, que, ao todo, são 23, ainda que nem todos comercializem produtos para o PNAE.

Os sócios da Cooperconquista pertencem ao vizinho município de Garuva. Na oportunidade em que realizamos a entrevista, perguntamos quantos agricultores estavam envolvidos no projeto organizado e gerido pela Copaville e pela Cooperconquista:

> *São 116 agricultores envolvidos. Tem os agricultores de Joinville, de Garuva, região de Rio Negrinho, Mafra, Papanduva, Monte Castelo, São Joaquim, Fraiburgo, Bom Jardim da Serra, São José dos Pinhais (PR) Agudos do Sul (PR) e Morretes (PR)* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

Vilmar explicou que há produtos que não são produzidos em Joinville devido a fatores climáticos. Por esta razão, parcerias acabam sendo feitas com outros agricultores de fora da região, uma vez que o programa as permite, trazendo produtos de fora, como é o caso do feijão, do tomate e da maçã, dentre outros. Estes agricultores são relacionados no projeto, que registra o número da DAP, e a cooperativa viabiliza as vendas. Segundo Vilmar, os agricultores envolvidos estão muito satisfeitos e a todo instante há outros

agricultores querendo entrar. O contrário também é verdadeiro, explica. “Tem aipim (mandioca) de Joinville subindo a serra, vai para o planalto.” A essência de todo este exercício é demonstrar que a agricultura familiar avançou, mas existe neste programa um potencial enorme a ser explorado, como no caso do total do valor dos recursos repassados aos estados e municípios pelo FNDE. A Lei nº 11.947/2009 foi estratégica, porque mostrou um caminho, para a agricultura familiar, que jamais tivera esta oportunidade. No entanto, há um potencial que precisa ser explorado, a exemplo da entidade executora – Prefeitura de Joinville -, que, aos poucos, a cada ano, avança na aplicação destes recursos. Complementa Vilmar:

> *A Lei está aí é incentivar os municípios, mostrar para os municípios que é possível entregar não só 30% , é possível entregar 100%. Esse é o desafio permanente para os municípios, para passar isso* (Vilmar, 46 anos, agricultor).

A mensagem é clara, e esse é mesmo o desafio dos envolvidos direta ou indiretamente neste processo de discussão, avaliação e apoio à execução de políticas públicas para a agricultura familiar.

1.4 AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE CENÁRIO NACIONAL E DE SANTA CATARINA

Parece haver certo consenso entre os estudiosos da agricultura familiar (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000; MATTEI, 2009; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, MATTEI, CAZELLA, 2004, dentre outros), que, no Brasil, na década de 1990, começa a se evidenciar uma nova conjuntura, nos seus diversos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Essas mudanças, de certa forma, estavam vinculadas à organização da categoria dos agricultores familiares, os quais, por meio de suas organizações, buscavam uma maior atenção dos governos na formulação de políticas mais dignas para o setor. Surgiram importantes estudos oficiais, como os censos agropecuários realizados nos períodos 1995/1996 e 2006, que permitiram quantificar a agricultura familiar.

Sobre os resultados do Censo Agropecuário de 2006, publicados em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), França *et al.* (2009), ao interpretá-los, reiteram sua importância e o esforço conjunto do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do IBGE, considerando que foram baseados nos ditames da Lei nº

11.326/2006. Esta lei "considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos, baseada em quatro variáveis da agricultura familiar: a) área das propriedades rurais; b) utilização da mão-de-obra nas propriedades rurais; c) origem da renda familiar d) e a direção dos estabelecimento agrícolas familiares.

O Censo de 2006 contém informações, sobre a agricultura familiar, segundo as quais haveria 12,3 milhões de trabalhadores no campo, em estabelecimentos de agricultura familiar. Isto representa 74,4% do total de ocupados no campo, ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, o que representa 84,4% do número total (5.175.489), ocupando apenas 24,3% da área a eles destinada. Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção, ou R$ 54,4 bilhões (IBGE, 2014).

Os resultados dos Censos 1995/1996 e 2006 parecem estar associados à ideia de que a participação e organização política da sociedade, movimentos previstos na Constituição de 1988, podem ter contribuído para mudanças importantes voltadas às melhorias das populações rurais, assinalando um conjunto de políticas públicas, programas e marcos legais, institucionalizados nos últimos anos, muitos deles inspirados na Constituição (KAMIMURA *et al*., 2010).

Dentre as políticas públicas a este setor, surgidas nos últimos anos, considera-se que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado para o fornecimento de crédito agrícola e apoio técnico, com a participação do estado, foi um dos marcos mais importantes para a agricultura brasileira. Segundo Schneider *et al.:*

> O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares -, que até então era designada por termos como pequeno produtor, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (2004, p. 21).

Há, no Brasil, um número significativo de estudos que procuram avaliar a importância do PRONAF para a agricultura familiar, a exemplo do estudo apresentado pelos autores acima mencionados. Para Costa *et al.,* o "crédito rural tem sido a principal política agrícola para promover o desenvolvimento da agricultura no Brasil" (2008, p. 5). Sobre a importância do crédito agrícola, referindo-se ao estado de Santa Catarina, relativo aos dados do Censo Agropecuário 2006, Mattei (2009, p. 11), entre outras conclusões, verificou que "62% dos estabelecimentos familiares não obtiveram financiamento da

produção". Este fato chamou a atenção do autor, pois os movimentos dos agricultores, em tempos passados, tinham na agenda o crédito como uma de suas principais reinvindicações, visto "que um baixo nível de investimentos poderá comprometer a produtividade do mesmo num curto período de tempo". Outro fator importante é que, dentre os estabelecimentos que não buscaram empréstimo de recursos, em suas respostas "10% não fizeram financiamento por medo de contrair dividas". É neste cenário de fragilidades que, muitas vezes, se encontram agricultores que acessam as políticas públicas, dentre elas o PNAE e o PAA.

Uma questão, que não será tratada aqui, é que, nos últimos anos, em função de uma série de fatores, se constatou, como resultado, um certo "apassivamento" (FONTES, 2010) ou, como dizem alguns autores, um recuo do MST no que tange à sua principal estratégia de luta: as ocupações de terras improdutivas (SIGAUD, 2004). Além disto, pode-se perceber a "rendição" do movimento a alguns aspectos do *mainstream* da produção de alimentos, entre os quais a produção em moldes convencionais como forma de ganhar "competitividade".

No entanto, face à crescente dependência do País em relação às grandes transnacionais detentoras de sementes, insumos e equipamentos, entre outros aspectos, esta concepção situa-se mais no âmbito retórico do que na prática concreta e até mesmo nos assentamentos do MST. Este ponto nos parece crucial quando se analisa esta política, pois se, de um lado, ela certamente provoca avanços na agricultura familiar, com suas características de policulturas e trabalho coletivo, de outro, o problema da soberania e da segurança alimentar não pode ser visto como resolvido, já que o uso de agrotóxicos é altíssimo e tem crescido nos últimos anos (ABRASCO, 2012).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi criado em 1993 e extinto em 1995. Em 2003, no governo Lula, "o tema de Segurança Alimentar e Nutricional é retomado como uma prioridade do Governo Federal. O Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003, recria o Consea" (CAISAN, 2011, p. 20). Cabe a este conselho fazer a articulação entre o governo e a sociedade civil, com o propósito de apresentar propostas de ações na área de segurança alimentar e nutricional, acompanhando e monitorando políticas públicas e programas sociais relacionadas com o tema da alimentação e nutrição. Dentre essas políticas e programas, o PNAE e o PAA, dentre outras (MDS, 2015).

O Consea apresenta uma crescente preocupação com a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, dentre os indicadores que intenciona monitorar,

encontra-se o de produção e disponibilidade de alimentos. Assim, além da hegemonia do agronegócio no País, no qual a área dos monocultivos não para de crescer, distanciando-se cada vez mais da área das culturas internas, enfrenta o problema do uso de defensivos sintéticos, já alertado pela Abrasco (2012). Segundo o Consea (2010, p. 9), "a monocultura cresceu não somente pela expansão da fronteira agrícola, mas também pela incorporação de áreas destinadas a outras culturas". Sobre o uso de defensivos sintéticos, praticamente as mesmas culturas que respondem pela expansão da área de plantio são responsáveis por levar o País a ser o mais "bem sucedido" mercado de agrotóxicos do mundo:

> O pacote tecnológico aplicado nas monoculturas em franca expansão levou o Brasil e ser o maior mercado de agrotóxicos do mundo. Entre as culturas que mais os utilizaram estão a soja, o milho, a cana, o algodão e o citros. Entre 2000 e 2007, a importação de agrotóxicos aumentou 207%. O Brasil concentra 84% das vendas de agrotóxicos da América Latina e existem 107 empresas com permissão para utilizar insumos banidos em diversos países. Os registros das intoxicações aumentaram na mesma proporção em que cresceram as vendas dos pesticidas no período 1992-2000. Mais de 50% dos produtores rurais que manuseiam estes produtos apresentam algum sinal de intoxicação (CONSEA, 2010, p. 9).

A problemática dos defensivos sintéticos tem estreita relação com o Programa de Alimentação Escolar, na medida em que se propõe fornecer alimentos para um programa cujos objetivos estão comprometidos com uma "alimentação saudável", devendo esta ser uma questão a ser priorizada. Maricato (2011), estudiosa das questões urbanas, também discute a importância da agricultura como geradora de alimentos, apesar de preterida por um Estado que não consegue realizar a contento a reforma agrária, chamando a atenção para a agricultura familiar e a seu importante papel no que tange ao cuidado com o meio ambiente. Complementa a autora: "A pequena propriedade é fundamental para a manutenção da biodiversidade, pois desempenha um papel importante na sustentabilidade ambiental, além de reter parte da população no campo" (MARICATO, 2011, p. 190).

No estado de Santa Catarina, o Censo Agropecuário 2006 identificou 193.663 estabelecimentos agropecuários. Destes, 87% pertencem à agricultura familiar (168. 544) e 13%, pertencem à agricultura patronal. A agricultura familiar detém somente 44% da área total e a agricultura patronal, 56%. Este dado, segundo Mattei (2009), revela que, no meio rural catarinense, a desigualdade sobre a distribuição de terras ainda persiste.

Diversas pesquisas realizadas no estado, nos últimos anos, têm verificado que, desde a década de 1980, os agricultores vêm encontrando muitas dificuldades para a própria manutenção, tanto na área social, quanto financeira e ambiental, verificando-se

crescentes números de agricultores que abandonam o campo em busca da vida urbana, populações empobrecidas e com enormes dificuldades de se manter no meio rural. Mattei (2009, p. 10), ao estudar os microdados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, acredita que a população rural catarinense, que vive da renda de pequenas propriedades rurais, e também a que está integrada aos "grandes complexos agroindustriais", já não consegue mais oferecer ocupação e renda a todas as pessoas da família. Conclui: "Isso leva a um processo contínuo de deslocamentos populacionais das áreas rurais em direção aos centros urbanos e/ou outras unidades da Federação, especialmente por parte dos jovens".

Este processo de deslocamento das populações rurais para as cidades é crescente e, como bem observou Mattei (2009), afeta principalmente os jovens. Na atualidade, a população do campo já possui uma faixa etária adiantada e o percentual de pessoas que nele permanecem tem sido cada vez menor.

1.5 AS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL BRASILEIRO

A partir da década de 1980, estudos têm mostrado que a participação da agropecuária na formação da renda e na ocupação da mão de obra das famílias do meio rural é cada vez menor. Muitos pesquisadores passaram, então, a estudar essas transformações no mundo agrário brasileiro. Com isto, surgiu um importante projeto de pesquisa, "denominado sinteticamente de "Rurbano", que tinha como objetivo "reconstruir séries históricas a partir dos microdados das PNADs desde 1981, relativas à população ocupada, emprego e renda" (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000, p. 7)". Muitos cientistas passaram a se ocupar destes estudos (DEL GROSSI, 2000; SCHNEIDER, 1999, 2003; MATTEI, 2001), entre outros pesquisadores, que se aplicaram a estudar os recortes dos microdados das PNADs dos seus estados de origem.

O propósito de qualificar estas novas funções que complementam a renda da agricultura familiar "ganha relevância no debate sobre a pluriatividade, multifuncionalidade e a territorialidade enquanto instrumentos analíticos que procuram interpretar as transformações contemporâneas no mundo rural" (MATTEI, 2004, p. 4). É a partir deste debate que se incorpora uma nova visão sobre o meio rural brasileiro. Diversos cientistas passam a falar de espaços de valorização, novas oportunidades, novas

ruralidades, enfim, discussões em que o rural passaria a exercer outras funções, permitindo, na contemporaneidade, uma oportunidade de vida com mais dignidade.

1.5.1 A Pluriatividade na Agricultura Familiar

Tem-se tornado cada vez mais presente, na literatura e no meio técnico, a discussão acerca da pluriatividade, de sua importância e do que este fenômeno representa para os agricultores familiares no Brasil. Entender a diferença entre atividades rurais não agrícolas e pluriatividade possibilita uma melhor compreensão dessa temática. Estar ocupado com atividades não agrícolas no espaço rural significa desenvolver atividades remuneradas no meio rural fora do setor primário. O aumento do número de pessoas ocupadas com atividades rurais não agrícolas que permanecem na unidade agrícola não significa necessariamente que ocorra aumento do número de pessoas ou famílias de agricultores pluriativos. Schneider define a pluriatividade da seguinte forma:

> Um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2006, p. 2).

Neste sentido, fica claro que nem todas as famílias e/ou pessoas ocupadas com atividades rurais não agrícolas são pluriativas. No entanto, são pluriativas as famílias e pessoas que desenvolvem atividades rurais não agrícolas associadas às atividades de produção primária.

A pluriatividade resulta da combinação de diversas atividades (agrícolas e não agrícolas) praticadas pelos agricultores familiares dentro e fora de suas unidades de produção. Para uma melhor visualização das distinções entre essas diferentes atividades desenvolvidas pelas famílias ou pessoas pluriativas e as que desenvolvem somente atividades rurais não agrícolas, apresentamos o quadro 1. Note-se que, segundo Schneider (2006), entre essas duas modalidades de ocupação existe uma terceira, que se caracteriza pela transformação, processamento e beneficiamento de matéria-prima no interior das unidades familiares.

QUADRO 1 - Conceituação das atividades não agrícolas, para-agrícolas e atividades agrícolas

Atividades não agrícolas	**Atividades para-agrícolas**	**Atividades agrícolas**
São todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo as mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços.	Formam um conjunto de operações, tarefas, procedimentos que implica a transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida, em parte ou na totalidade, fora deste.	[...] a agricultura, compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas.

Fonte: Schneider, 2006 p. 2.

Associar diversas atividades (agrícolas, não agrícolas e para-agrícolas) pode ser uma estratégia na busca de renda das famílias rurais. Com relação ao crescimento da pluriatividade e das atividades rurais não agrícolas no espaço rural brasileiro, há diversas e divergentes visões dos cientistas. Alguns afirmam tratar-se de uma atividade passageira e que poderia perder a importância com o enfraquecimento da agricultura e o evidente fortalecimento das cidades e do setor da industrialização. Acreditam que os agricultores buscam emprego e renda em atividades não agrícolas como uma espécie de fuga, em parte, pelo fato de o Estado brasileiro não apoiar de forma contundente a agricultura familiar. Isto é o contrário do que aconteceu na Europa, onde o Estado promove políticas públicas que subsidiam a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003). Todas essas mudanças no meio rural envolvem diretamente o trabalho dos agricultores, os quais precisam, estar cada vez mais atentos às novas imposições das atividades produtivas rurais. Por outro lado, precisam estar habilitados para buscar as oportunidades que se apresentam no meio rural, como as atividades não agrícolas (WANDERLEY, 2000). A mesma autora complementa:

> Com efeito, o que caracteriza hoje o perfil da "categoria socioprofissional" dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas. Neste caso, a competência, no que ser refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente na fase de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2000, p. 21).

Tornou-se muito comum, nas últimas décadas, encontrar famílias de agricultores cujos membros buscam a complementação da renda familiar em atividades não agrícolas, conforme percebem os autores anteriormente citados. Por meio do presente estudo, dentre

as dez famílias envolvidas diretamente nas entrevistas, somente uma vive exclusivamente da agricultura. As atividades por elas desenvolvidas são as mais diversas e, dentro da propriedade, desenvolvem atividades como transformação de alimentos (conservas, panificados), locação de casas, turismo rural (que envolve locação de espaços para lazer), serviços de alimentação e turismo pedagógico. Fora da propriedade, membros das famílias dos agricultores trabalham como empregados no serviço público, na indústria, no comércio e em serviços de modo geral. Ou seja, trata-se de famílias pluriativas, visto que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas.

Em outro estudo realizado a partir da base de dados Amostra de Domicílios do IBGE (2011), num recorte sobre o estado de Santa Catarina, Lopes & Pontili (2011) concluíram que existem, no meio rural catarinense, 571.511 pessoas que fazem parte da população economicamente ativa (PEA). Desta, 43,92%, ou seja, 246.348 pessoas desenvolvem atividades não agrícolas no espaço rural catarinense.

Pelo estudo das autoras, podemos perceber a dinâmica do meio rural catarinense com relação a emprego e renda, relacionada a atividades não agrícolas. Isto permite constatar que o estado catarinense também segue a tendência de grande parte da população rural, que é buscar outras ocupações para garantir sua reprodução social, além das atividades agrícolas, empregos na indústria, comércio e serviços de um modo geral (LOPES & PONTILI, 2011, p. 14).

Num trabalho de pesquisa desenvolvido no município de Massaranduba (SC), próximo à região deste estudo, Anjos (1995) estudou o comportamento do que ele chamou de *colonos-operários* daquele município. Ao observar a combinação de diversas atividades como uma forma comum de reprodução das unidades familiares na região, optou por denominar *colonos-operários* as famílias de agricultores que tivessem pelo menos um membro da família ocupado em atividades no setor industrial existente na região, mas ainda ligado à unidade familiar agrícola, mas desenvolvendo nessa mesma unidade, de forma complementar, também outras atividades. O autor considera que esses *colonos-operários* estabeleceram um conjunto de estratégias para a manutenção da unidade agrícola, que inclui desde a exploração das propriedades agrícolas até o exercício de função fora dos limites de suas propriedades, especialmente nas fábricas de Jaraguá do Sul.

O conceito de multifuncionalidade no Brasil vem sendo discutido especialmente a partir da ECO 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, quando os governos presentes ao encontro reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com

respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável. A discussão sobre as ruralidades no Brasil, em especial sobre a pluriatividade, e o debate sobre o aspecto multifuncional da agricultura familiar se iniciaram na época em que se discutiam as transformações do mundo rural brasileiro. É importante conceituar essas novas categorias analíticas para possibilitar maior clareza e compreensão do papel destas atividades no cenário rural brasileiro. A pluriatividade indica um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades renumeradas dentro de uma mesma família, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2006); já a multifuncionalidade "contempla o conjunto de funções de desenvolvimento rural executadas por agricultores, posto que a maioria delas não é renumerada pelo mercado" (CAZELLA, 2007, p. 14). Como destaca o autor, "o significado da multifuncionalidade agrícola é, portanto, mais abrangente e contempla o fenômeno da pluriatividade".

"A valorização do caráter multifuncional da agricultura deve considerar que as funções renumeradas pelo mercado se diferenciam daquelas que o agricultor e sua família oferecem gratuitamente à sociedade" (CAZELLA, 2007, p. 15). Este autor complementa que devem ser consideradas, em primeiro plano, as atividades renumeradas pelo mercado, como a segurança alimentar e, mesmo, a pluriatividade, enquanto as funções de natureza ambiental e de desenvolvimento territorial não são renumeradas pelo mercado e deveriam ser compensados com políticas públicas.

CAPITULO II: COOPERATIVAS, AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS

Neste capítulo, contextualizamos as cooperativas estudadas: Coopaville e Cooperconquista. Apresentamos o quadro sociológico, descrevendo as características sociais mais gerais dos agricultores entrevistados. Discutimos, ainda, as cinco categorias de pesquisa, assim denominadas: a) práticas de cooperação; b) distribuição da alimentação escolar pelos agricultores; c) agricultores diante dos mercados e produção agrícola; d) agricultores frente ao PNAE; e) agricultores e a *chamada pública*. As categorias foram elaboradas a partir dos dados coletados por entrevistas e grupo focal; as entrevistas, realizadas com os agricultores sócios das cooperativas; o grupo focal, com as nutricionistas da prefeitura de Joinville.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS ESTUDADAS: COOPAVILLE E COOPERCONQUISTA

Na perspectiva oficial, ou segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), cooperativa é*:*

> Uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços (OCESC, 2015).

As cooperativas estudadas são denominadas “singulares”, pois se “caracterizam pela prestação direta de serviços aos cooperados”. Para a sua constituição, alguns pré-requisitos são necessários. De acordo com a OCESC (2015), é preciso: ter um grupo de no mínimo vinte pessoas físicas e organizar uma assembleia na qual deve promover a eleição entre os associados para ocupar os cargos para formar a diretoria da cooperativa e o conselho fiscal.

A Coopaville é formada por 23 agricultores familiares de Joinville, moradores das mais diversas comunidades do espaço rural, ou seja: Estrada Mildau, Estrada Isaac, Estrada Quiriri, Serrinha, Estrada Piraí e Estrada do Sul. As atividades agrícolas por eles desenvolvidas estão centradas nas culturas da banana, da mandioca, de hortaliças em geral, da cana-de-açúcar e na avicultura. Muitos produzem panificados, com ingredientes convencionais, comprados no mercado. Produzem também doces, melado, conservas e

ovos. Da Coopaville, foram entrevistados sete agricultores para o trabalho de pesquisa; participaram mais três colaboradores, familiares do grupo de entrevistados.

Esta cooperativa nasceu de uma associação denominada Associação de Produtores de Aves com Valores Naturais (AVENA) e formou-se a partir do interesse de um grupo de agricultores com o objetivo de buscar a melhoria de renda para as famílias envolvidas. Teria como a atividade econômica a avicultura orgânica de corte. Incialmente, a intenção do grupo era, a partir de um acordo verbal com o gestor municipal daquela época, produzir frangos orgânicos para abastecer a alimentação escolar de Joinville, conforme registro do Roberto:

> *Essa Avena foi o início de uma briga sobre galinha orgânica, frango orgânico para a merenda escolar. Isso foi uma briga. Acabamos parando por causa da perda de 5 toneladas de galinha pronta, que o prefeito mandou nós fazermos, prepararmos, para venda da merenda escolar. Aprontamos, limpamos, congelamos isso tudo e a prefeitura não comprou mais. E leva pra cá, leva pra lá, levamos isso num frigorífico lá no interior, a gente também não sabia a situação do frigorífico, faltou luz uns três dias, acho que cortaram. Quando vieram nos avisar, era pra retirar de lá, que estava tudo podre. Foi um baque* (Roberto, aposentado, 65 anos).

Quando Roberto se refere à venda para a merenda escolar, é importante esclarecer que este fato ocorreu antes do período da promulgação da Lei nº 11.947/2009. Segundo o fato relatado, de forte impacto econômico para os agricultores envolvidos, que ele chama de "briga sobre a galinha orgânica", assinala a fragilidade de acordos de tipo verbal, como o estabelecido entre o grupo de agricultores e o gestor público municipal sobre a compra dos referidos frangos orgânicos para abastecer a alimentação escolar de Joinville. Os agricultores, sem uma infraestrutura para armazenagem, diante da sinalização negativa da compra do produto, ficaram sem o que fazer. Neste sentido, surgiu a alternativa de locação de um frigorífico no espaço rural de Joinville. Os agricultores, então, de acordo com os relatos, abateram as aves, procederam à higienização, à embalagem e armazenaram a produção no tal frigorífico. Como conta o agricultor Roberto, o corte de energia elétrica no frigorífico levou à perda total da produção, gerando não apenas grandes perdas econômicas, mas também grande revolta e frustração, no sentido de continuarem produzindo e vendendo dessa forma, como no caso de José e Paula, que nos contaram com detalhes a mesma história:

> *É, até o primeiro lote de frangos foi criado junto, todo mundo, e foram rachadas as despesas e tudo* (Paula, agricultora, 37 anos).

> *Fizemos um curso, nós nos especializamos na área. Veio o professor Pedro do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Um grande camarada, o que ele ensinou pra nós a gente nunca vai poder pagar pra ele, pelo que a gente apreendeu. E os aviários, a gente fez em mutirão* (José, aposentado, 61 anos).

A agricultora Paula, que nos falou da parceria entre os agricultores para estudar a viabilidade econômica do negócio, foi complementada pelo agricultor José, que contou de que forma os agricultores se prepararam tecnicamente para desenvolver esta atividade.

Por suas falas, inicialmente o grupo de agricultores desenvolveu um projeto piloto, que compreendia a criação de um lote de frangos com o objetivo de verificar os custos de produção e a estratégia do trabalho. Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Fundação Municipal 25 de Julho, de Joinville, também participaram de um curso de capacitação ministrado por técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional de Santa Catarina (SENAR).

Mais adiante, os agricultores José e Paula nos contaram sobre a visita que tinham feito ao prefeito da época para esclarecer como procederiam para a entrega dos frangos. Na oportunidade, os agricultores foram informados da impossibilidade dessa compra devido à obrigatoriedade de passarem por um processo licitatório, como veremos nas falas dos agricultores, a seguir:

> *O frango, em 120 dias, fica pronto para o abate. E aí, quando tínhamos um lote de frango pronto, nós fomos ao prefeito. Prefeito, pra que escola nós vamos entregar o frango? [Perguntou o agricultor] [E o gestor público respondeu]: Ah, mais veja bem, não é bem assim! [O agricultor perguntou]: Como que não é assim? [Gestor público respondeu]: Não, porque não tem licitação, não tem nada, nem sabemos onde botar. Foi lamentável o que aconteceu naquela vez. Ele fazendo a promessa quatro meses antes, e chegou na hora, Senhor [gestor] disse que não podia comprar, porque não tinha licitação. Até concordo com ele, agora ele como prefeito deveria saber como se deve fazer para comprar para a merenda escolar* (José, aposentado, 61anos).

> *É, foi tudo feito, depois deu todo aquele problema, o prefeito disse que ia colocar na merenda e deixou-nos na mão. Aí já tinha lote de frango pronto para o abate e venda, e o prefeito/prefeitura não compraram. Só que tinha que abater os frangos, pois estavam prontos para o abate. E aí acharam o local para abater, mas não tinha lugar para guardar. Aí foi parar aqui atrás no Senhor Antônio, na câmara fria, aí deu um problema lá e a maioria perdeu frango* (Paula, agricultora, 37 anos).

Como podemos ver pelos relatos dos entrevistados, e conforme já comentamos, havia um prévio acordo para a compra dos frangos para o abastecimento da alimentação escolar em Joinville. Como é sabido de todos, e como bem lembrava o agricultor José, o prefeito deveria ter indicado o caminho da burocracia para a realização das compras públicas. No período em que ocorreu este conflito entre os agricultores e a gestão pública municipal de Joinville, as compras públicas da agricultura familiar seguiam o mesmo ritual que qualquer compra pública.

Conforme a narrativa dos agricultores, em meio a tanta crise e descaso de lideranças e autoridades municipais, eles optaram então por formar uma associação Avena. Segundo informações de técnicos da Fundação Municipal 25 de Julho, a Avena foi criada em 2003. Desta data em diante, as discussões para a criação de uma cooperativa eram frequentes entre os associados da Avena. No período de 2005 ao início de 2007, a associação havia realizado sua primeira experiência com mercados institucionais, comercializando os frangos de corte por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No entanto, as dificuldades de comercializar por meio de uma associação foram crescendo, conforme depoimento do Roberto:

> *Aí fomos nos arrastando, criando umas outras maneiras até que transformamos essa Avena em uma cooperativa, que era melhor para negociar. Porque a associação, hoje, não deixa negociar, não tem poderes para comprar, vender, não tem nota. Nós queríamos nota. Aí tudo ajudou, facilitou montar a cooperativa, tudo facilitou e se criou, estamos aí até hoje* (Roberto, aposentado, 65 anos).

Todos os entrevistados responderam que participam da cooperativa desde a sua fundação e que o objetivo central de sua criação seria a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Como constatado, a Coopaville tem suas raízes nos movimentos da Avena.

A atividade econômica desenvolvida pelos agricultores, a avicultura de corte - embrião de toda a movimentação que levou à criação da associação - continuou após 2007, quando da formação da cooperativa. Embora não seja o objetivo deste trabalho aprofundar a análise desse processo associativo, destacamos que nos parece claro que a saída coletiva, de buscar a forma cooperativa para minimizar os problemas antes vividos de forma mais individualizada, se impôs a estes agricultores, sobretudo no que tange à etapa da comercialização. Eles abandonaram a atividade de criação de frangos e hoje apenas o fazem em pequena escala, com vistas ao autoconsumo, conforme descreve Paula:

> *É que a base da alimentação é soja e milho. E daí aqui já não tem soja e nem milho, tem que vir de fora. Apesar de que tinha o pasto e o verde, mas não era suficiente. Os pintinhos, quando vinham de São Paulo, eram, lembro que na época já era um real e pouco cada pintinho. Depois se você for cobrar mesmo o que deveria valer, ninguém ia pagar. José ainda tinha uns lotes. Nem sei, acho que o João ainda tem alguma coisa de postura. Mas assim acho que foi diminuindo e agora acho que quase ninguém tem mais* (Paula, agricultora, 37 anos).

A trajetória do grupo de agricultores de Joinville nos faz pensar nesta área da pesquisa, em como o Estado trata de forma inadequada alguns problemas relacionados à renda e ao mercado da agricultura familiar. O depoimento de Paula nos leva a considerar que a implantação de uma atividade econômica desta natureza demanda estudos técnicos de viabilidade econômica para sua implantação. O descaso em relação ao setor da agricultura desestimula os agricultores a continuar no setor e a optar por outras atividades que não oferecem tantos riscos, e até mesmo desvalorização. Neste sentido é que afirmamos, anteriormente, que a Lei nº 11.947/2009 é um avanço em termos de reconhecimento e valorização do trabalho dos agricultores familiares.

Ao contrário da Cooperconquista, da qual não são vizinhos, nem partilham o mesmo território, suas propriedades correspondem a pequenas áreas de terra - às vezes em perímetro urbano -, na quais também residem e desenvolvem as atividades laborais.

Segundo informações dos agricultores entrevistados, a Coopaville participou de mercados institucionais, comercializando lotes de frangos de corte para o PAA, no período de 2007 a 2009. A cooperativa também comercializou, para o PAA, tubérculos, frutas e hortaliças, que se destinaram ao abastecimento de restaurantes populares em Joinville[15]. Já quanto à comercialização de produtos para a alimentação escolar, sua primeira experiência foi em 2009, por ocasião da implantação da Lei nº 11.947/2009. Os agricultores associados têm, de um modo geral, um pouco de dificuldade para distinguir os programas institucionais. Mas, pelos indicativos e conforme informações obtidas na Secretaria de Administração e Planejamento/Prefeitura de Joinville, todos os produtos adquiridos para o PNAE via Coopaville até 2014, o processo de compras teria sido realizado via *chamada pública.* A cooperativa participou de *chamadas públicas* em

[15] Restaurantes Populares, segundo o Ministério da Saúde (MDS), são equipamentos públicos de alimentação e nutrição, destinados ao preparo de refeições equilibradas com preços acessíveis, para a população em situação de vulnerabilidade social, de forma a garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada. <Disponível em http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares. Acesso em: 25 jan. 2015.

Joinville desde 2009, no sentido de buscar a aprovação dos projetos de venda para seus associados. Conforme dados levantados sobre os editais de *chamada pública* no período de 2012 a 2014, esta cooperativa participou de cinco delas, comercializando frutas, hortaliças, tubérculos, ovos, melado, mel e panificados.

Quanto às 13 famílias de assentados, que fundaram a Cooperconquista em 2013, tendo ao todo 22 sócios, são famílias de assentados da reforma agrária ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) que vivem na comunidade de Três Barras, em Garuva. Sua renda advém, em grande parte, da produção agrícola na área do assentamento e também do arrendamento de outras áreas próximas. Da produção de hortaliças, parte vai para a alimentação escolar de Joinville, por meio da parceria com a Coopaville. No período de 2014, vendeu também para o PNAE de Garuva e Guaratuba (PR). Tiveram acesso aos programas dessas localidades por meio de *chamada pública*.

Outra atividade realizada pela Cooperconquista é a distribuição da alimentação escolar em Joinville. Esta atividade abrange duas tarefas: a primeira, consiste na distribuição dos hortifruti produzidos – por ambas as cooperativas, Cooperconquista e a e Coopaville -, às segundas e terças-feiras de cada semana. A segunda tarefa consiste na entrega de produtos das demais cooperativas da agricultura familiar, selecionadas em *chamada pública* - por meio da entidade executora. É o que relata Vilmar:

> *Elas entram na chamada pública. Depois pagam uma percentagem por quilo para nós fazer a distribuição para eles. Por que nem tem como a cooperativa entregar, por exemplo, quinhentos litros de suco, ponto por ponto. Aí eles rateiam o frete, um pouco cada cooperativa, completa a carga e se faz aquilo* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

As cooperativas que “entram na chamada pública”, como comenta Vilmar, são do estado e de fora do estado. Os principais produtos que essas cooperativas comercializam para o PNAE de Joinville são, normalmente, leite, sucos, carnes, arroz, dentre outros, entregues por elas em Joinville, na central de alimentos da prefeitura. A Cooperconquista é informada pelas nutricionistas a respeito do dia da entrega às unidades escolares, cabendo a ela a tarefa da distribuição ponto por ponto.

Sobre esta atividade complementar, quando indagados se valeria a pena do ponto de vista financeiro, Vilmar informou que considera esta atividade como renda complementar. Informou que, ao invés de arrendar outras terras para trabalhar e produzir mais, decidiram fazer este trabalho de distribuição dos alimentos, visando à melhoria de renda.

A respeito da renumeração por este serviço, entrega dos hortifruti das duas cooperativas, informou que os preços atuais não estão acompanhando o custo e o mercado. Já a renumeração das cooperativas de fora de Joinville acompanha os preços do mercado.

Complementa, ainda, que a Cooperconquista possui toda a infraestrutura necessária para fazer o serviço de distribuição, tendo realizado investimentos para a compra de caminhões. Ponderou que, como já domina todo o "ritual" necessário à entrega ponto a ponto dos alimentos nas unidades escolares de Joinville, esta, em sua opinião, seria a maneira de melhor aproveitar o investimento, que, se não o for, deixaria ociosa toda uma infraestrutura (Diário de Campo).

No assentamento, todo o trabalho é realizado de forma coletiva, desde as refeições até os trabalhos de produção agrícola, organização dos produtos para entrega da alimentação escolar e outros serviços relativos à organização da propriedade agrícola. Mesmo no refeitório há uma escala de trabalho; diariamente, todos acabam colaborando com a limpeza e a organização do local, embora haja uma cozinheira fixa para preparar as refeições diárias. Para os finais de semana, há uma escala de trabalho, e todos participam.

A história da Cooperconquista está relacionada diretamente ao Movimento dos Sem-Terra (MST), que conquistou uma área para assentamento na região na qual está sediada a cooperativa e onde vivem os assentados. Assim, ao descrever o funcionamento da cooperativa, é necessário também entender o cotidiano do assentamento, por sua intrínseca ligação. A maioria tem origem na região oeste catarinense, onde vivenciou fortemente o processo de concentração fundiária histórica, com a consequente expulsão de agricultores do campo. Esse processo se intensificou nas décadas de 1960/1970, e persiste até hoje. No sentido de melhor compreendermos o significado e a origem dos movimentos rurais no Brasil, recorremos a Caldart (2001), que considera o MST fruto da questão agrária não resolvida no Brasil.

> [o MST] nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (1) (CALDART, 2001, p. 2007).

A autora definiu, de forma muito clara, como e por que surgiu o MST, "modelos de desenvolvimento rural no Brasil, o qual promoveu a concentração da terra e a exclusão social dos camponeses tradicionais" (MATTEI, 2012, p. 302). À luz destes conhecimentos, é possível fazer uma reflexão sobre a vida e trajetória do grupo de assentados de Conquista do Litoral, um exemplo local desta história nacional.

Em nossas anotações no diário de campo, chamamos a esse grupo de assentados. Estão neste local há 19 anos e hoje existem 17 casas. Residem ali, ao todo, 15 famílias, mas somente 13 delas aceitaram trabalhar e fazer as refeições de forma coletiva. A partir da experiência coletiva dos assentados, que perdura há 19 anos, presume-se que venham alcançando resultados positivos, dado o longo tempo de sua trajetória comum e também por haver conseguido construir uma infraestrutura para suas moradias. A narrativa de Fábio corrobora estas informações:

> *Estou aqui no assentamento desde 1999. Filho de pais sem terra, eu vim fazer um trabalho voluntário e tenho uma imagem até hoje daqui. Parece que acostumei, de um dia para o outro. Morava no oeste do Estado, onde o clima era muito frio, e como vim para um trabalho solidário, de uma pessoa para ajudar a outra, vim com esse objetivo. Com o decorrer do tempo, que havia vindo para ajudar a construir as casas, e vim de um lugar onde cada um pensava só na sua camisa e trabalhavam de forma individual. Aqui a gente pensa diferente, com uma visão do coletivo* (Fábio, 35 anos, agricultor).

Por esse relato, pode-se concluir que desde o ano de 1999 os assentados iniciaram a construção de suas moradias. Outra entrevistada da pesquisa relata a sua vivência no assentamento, falando do trabalho coletivo:

> *O meu trabalho aqui é diário. A gente levanta cedo, 6 horas da manhã já levanta, às 6h45min a gente se reúne aqui. O coordenador distribui o trabalho, um vai fazer isso, outro vai fazer aquilo, um vai plantar, outro vai colher para não acumular muito serviço. Essa é nossa rotina diária mexendo com verduras, plantando, colhendo, limpando. Isso é de segunda a sexta. O pessoal nosso é muito unido, todo mundo pega junto. Então não se torna tão exaustivo. Acho que está indo bem* (Laura, 54 anos, agricultora).

Como se percebe, pelo relato de Laura, parece haver uma organização interna. Laura fala da produção diária de hortaliças, a principal atividade econômica do assentamento. Já há alguns anos o assentamento optou por trabalhar com as hortaliças folhosas, além de outros produtos que visam ao consumo interno e à soberania alimentar.

Se observarmos as informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), encontraremos uma descrição deste assentamento que corresponde ao que vivenciamos, *in loco*, quando de nossas visitas para conhecimento e entrevistas no local:

> O assentamento Conquista no Litoral é destaque pela sua elevada produção de frutas, legumes e verduras. Mesmo estando localizado numa **área de mata atlântica**, o que exige a preservação de 80% dos 93 hectares que compõem o assentamento, as famílias têm uma produção estimada de 1,6 mil quilos de hortifrutigranjeiros por dia, o que representa 48 mil quilos ao mês. Diante da demanda do mercado e dos limites legais para o cultivo no assentamento, os agricultores ainda arrendam duas outras áreas para o cultivo, fator que amplia a renda das famílias (INCRA, 2015)[16].

As áreas de mata atlântica referenciadas pelo INCRA (2015) são área de proteção permanente (APP), com mata secundária em estado avançado, morro, rio e nascentes (EPAGRI, 2015). Este é o principal entrave que determina a redução da área de produção agrícola. Os assentados escolheram uma atividade agrícola com alta densidade econômica (hortaliças folhosas), a qual, devido ao ciclo mais curto de produção que outra produção, permite um bom resultado econômico.

Sobre a participação do grupo de assentados em mercados institucionais, consta em registro de nosso diário de campo que comercializaram, pela primeira vez, por meio do PAA. O projeto foi apresentado pela Cooperativa de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luiz Brunetto (COOPERDOTCHI) - pela qual se associaram, à CONAB no período de 2008/2009. Márcia, referindo-se a esta experiência, reclamou do excesso de burocracia, ou seja, das dificuldades dos agricultores de atender a todas as exigências legais e de documentação, o que parece acontecer com frequência aos agricultores familiares junto aos mercados institucionais.

Sobre a participação do assentamento no PNAE, já iniciaram, em 2009, e formalizaram uma parceria com a Coopaville. O acordo realizado com esta cooperativa foi de que o assentamento entregaria as hortaliças folhosas e este acordo perdura até hoje. Também realizam a logística da alimentação escolar que prevê a distribuição em 179 pontos, entre as unidades escolares e os centros de educação infantil da Rede de Ensino Municipal de Joinville, conforme previsto no Edital de Chamada Pública 090/2014/Secretaria de Administração/Prefeitura de Joinville. Na oportunidade da realização da entrevista com os associados da Cooperconquista, quando perguntado sobre

[16] INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Famílias assentadas criam cooperativa de produção em Santa Catarina. Disponível em: http://www.incra.gov.br/familias-assentadas-criam-cooperativa-de-producao-em-santa-catarinaAcesso em: 25 jan. 2015.

a operacionalização da logística, Fábio (agricultor, 36 anos) respondeu: "*Nós já financiamos caminhão e Tobatta para trabalhar na roça".* Outra informação registrada em diário de campo é ainda sobre os caminhões utilizados para a distribuição da alimentação escolar via Cooperconquista. Outro agricultor haveria comentado que um dos caminhões utilizados para essa distribuição fora financiado pelo PRONAF (Vilmar, agricultor, 46 anos).

Assim, pode-se perceber que o grupo de assentados estava bem organizado e com uma infraestrutura adequada à distribuição da alimentação escolar em Joinville. É evidente que a distribuição da merenda exige uma série de outros requisitos, sobretudo os caminhões (Anexo 4), pois é a infraestrutura de maior custo. Chama a atenção também como as politicas públicas estão presentes no assentamento, por meio do financiamento do caminhão e pela venda dos gêneros alimentícios ao PNAE.

Com relação à constituição, a da Cooperconquista ocorreu no dia 20 de julho de 2013, muitos anos após a conquista da terra; atualmente, são 22 sócios. Destes, três participaram da entrevista dessa pesquisa e mais uma colaboradora. Assim relata Vilmar sobre a formação da cooperativa:

> *Nós nos reunimos para organizar nosso patrimônio, organizar a nossa aposentadoria com o INSS, que estava com dificuldades. Para fornecer aos mercados que precisam de nota fiscal. O que nós estávamos fazendo: fornecíamos para o mercado com nota do produtor. Os mercado não compravam mais com a nota do produtor. Tinha de ser nota de empresa. Tínhamos uma empresa e a empresa estava em nome de duas pessoas. Aí essas duas pessoas iam cair fora da seguridade especial, da aposentadoria do agricultor, iam ficar fora. Então, resolvemos fazer uma cooperativa e organizamos tudo* (Agricultor, 46 anos).

Sobre os dilemas referidos por Vilmar, relativos à seguridade especial para o agricultor, antes da Medida Provisória 619, de junho de 2013, o agricultor que optasse pela criação de uma empresa (CNPJ) perderia a condição de segurado especial, resultando em algumas implicações ao requerer sua aposentadoria. De acordo com a citação de Vilmar, o grupo de assentados havia criado uma empresa para viabilizar as vendas do ponto de vista legal. A criação e venda por meio da nota da cooperativa, ainda de acordo com Vilmar, resolveria estas questões.

2.2 CARACTERIZAÇÕES DO QUADRO SOCIOLÓGICO DA PESQUISA

O que chamamos de quadro sociológico, conforme quadro 1, refere-se aos agricultores e agricultoras entrevistados que pertencem às duas cooperativas estudadas, buscando comparar as características de cada entrevistado com as dos demais. Participaram das entrevistas 14 pessoas, entre agricultores e agricultoras. Deste total, dez são os entrevistados principais da pesquisa; quatro participaram como colaboradores. Quanto à questão de gênero, oito são do sexo masculino e seis, do sexo feminino. Relativamente à faixa etária, constatamos que oito do quadro dos agricultores e agricultoras têm mais de 50 anos de idade e, destes, cinco já estão aposentados. Os demais, ou seja, seis, estão na faixa etária de 35 a 50 anos. Verifica-se, portanto, uma faixa etária um tanto avançada.

Quadro 1 – Características dos entrevistados

Características sociológicas dos agricultores entrevistados na pesquisa (continua)

Nome	Idade		Relação Familiar	**Terra**	**Tipo de atividade econômica desenvolvida na propriedade rural e/ou fora da propriedade**			**Mercados**	**Produção consumo Familiar**	**Funções**
					Agrícola	**Não agrícola**	**Outras rendas**			
Roberto Ivone	65 64		casados	proprietários (12,5 ha)	criação de peixes de água doce para pesca esportiva e hortaliças	turismo rural e pedagógico panificados conservas de hortaliças	aposentadoria	PNAE	frutas hortaliças chás criação de aves e peixes preparo de doces conservas	diretoria da cooperativa motorista sócia de cooperativa aposentados agricultores
Marcos	51		separado	propriedade familiar (2,3 ha)	hortaliças			PNAE mercados supermercados direto na propriedade	frutas e hortaliças	motorista diretoria de cooperativa agricultor
Paula	37		solteira	propriedade familiar (43 ha)	banana e hortaliças mandioca gado leiteiro		diarista	PNAE mercados intermediário venda direta na propriedade	frutas e hortaliças produção de doces, conservas e chás produção de carnes de aves e peixes	Sócia da cooperativa diarista agricultora
Valdir Ana	74 73	Joinville	casados	proprietários 30 ha	banana pupunha tangerina carne de aves e ovos	locação de casas para moradia	aposentadorias	PNAE mercados intermediários	frutas hortaliças e chás leite, ovos carnes de aves mandioca, batata-doce e cará	Diretoria da cooperativa aposentados agricultores

Características sociológicas dos agricultores entrevistados na pesquisa (conclusão)

Nome	Idade	Relação Familiar	**Terra**	**Tipo de atividade econômica desenvolvida na propriedade rural e/ou fora da propriedade**			**Mercados**	**Produção consumo Familiar**	**Funções**
				Agrícola	**Não agrícola**	**Outras rendas**			
Pedro Sofia	46 52	casados	proprietário 25 ha	cana-de-açúcar	melado doce de banana e laranja reflorestamento de eucaliptos	Servidora pública	PAA PNAE venda direto na propriedade mercados intermediários	frutas hortaliças, chás e produção de carnes de aves	diretoria cooperativa funcionária pública agricultor
Ênio	39	casado	proprietário 7,4 ha	banana e tubérculos mudas de plantas nativas			PNAE Vendas na propriedade	Frutas hortaliças e chás	engenheiro ambiental agricultor
José	61	casado	proprietário 20 ha	mandioca cará, batata-doce hortaliças	Turismo rural e pedagógico	aposentadoria	PNAE Vendas na propriedade	frutas hortaliças, tubérculos, carnes de aves e peixes	aposentado diretoria de cooperativa agricultor
Laura	54	viúva	assentamento coletivo (93 ha)	hortaliças folhosas			PNAE supermercados verdureiros restaurantes cozinhas industriais	frutas e hortaliças ovos, leite suínos e aves para carnes	sócia de duas cooperativas
Marcia Vilmar	47 46	casados	Assentamento coletivo (93 ha)	hortaliças folhosas			PNAE supermercados verdureiros restaurantes cozinhas industriais	frutas e hortaliças ovos, leite suínos e aves para carnes	diretoria de cooperativa sócios de duas cooperativas agricultores
Fábio	35	solteiro	Assentamento coletivo (93 ha)	hortaliças folhosas	motorista (entrega de alimentação escolar)		PNAE Supermercados verdureiros restaurantes cozinhas industriais	Frutas, hortaliças, ovos, leite suínos e aves para carnes	motorista agricultor sócio de duas cooperativas

Fonte: Pesquisa de campo - Elaboração da autora (2014).

O segundo aspecto verificado na análise do quadro 1 diz respeito à renda familiar. Os dez agricultores entrevistados, mais os quatro colaboradores, pertencem a dez famílias. A pesquisa revelou que nove destas famílias complementam sua renda familiar por meio de atividades não agrícolas e para-agrícolas. As atividades não agrícolas são realizadas dentro da propriedade; muitas delas, fora. Dentro da propriedade, podemos constatar a realização de atividade de turismo rural, agroindústria familiar - panificados e outros -, e locação de casas. Já, fora da propriedade, constatamos que membros das famílias dos entrevistados trabalham como empregados na indústria, comércio e serviços de um modo geral. Já as atividades para-agrícolas realizadas dentro da propriedade são as de transformação de alimentos. Sobre a alimentação para autossuficiência familiar, oito

das famílias entrevistadas disseram que produzem em grande parte a alimentação para o sustento da família.

Quanto à propriedade da terra, observamos no quadro 1 duas situações: a primeira é que os agricultores da Coopaville, mesmo que em sistema familiar, todos são proprietários de terras. Já os agricultores da Cooperconquista pertencem a um assentamento coletivo, no qual o trabalho de produção e as refeições são realizados de forma coletiva. Embora o INCRA, do ponto de vista legal, divida a área de terra por família, e portanto todas são proprietárias de uma parcela da área do assentamento, somente duas famílias optaram por ocupar sua área e trabalhar de forma individual. As demais famílias, ou seja, as treze, trabalham coletivamente e jamais dividiram as terras. Por sua condição de assentados, embora trabalhem de forma coletiva, todos têm DAP física, e a Cooperconquista, a DAP jurídica.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ENCONTROS E DESENCONTROS

A partir de agora, serão apresentados com maior detalhamento os resultados levantados nas entrevistas com os agricultores que participaram da pesquisa, bem como os dados do grupo focal, feito com as nutricionistas da prefeitura de Joinville. Este material, após inúmeras leituras, foi agrupado em cinco categorias, as quais, a nosso ver, permitirão uma análise mais aprofundada das falas e representações dos agricultores e também das nutricionistas. Assim, denominamos as categorias: a) práticas de cooperação, b) distribuição da alimentação escolar pelos agricultores, c) agricultores diante dos mercados e da produção agrícola, d) agricultores frente ao PNAE, e) agricultores e a *chamada pública*.

Analisamos as percepções de todos, presentes em suas falas e depoimentos.

2.3.1 Práticas de cooperação

A primeira categoria analisa as práticas associativas entre os agricultores cooperados e sua relação com os mercados institucionais e outros mercados, como supermercados, feiras, hotéis, além das vendas realizadas nas propriedades rurais.

Os entrevistados foram unânimes em dizer que perceberam melhorias nas práticas associativas e formas cooperativas de produção exigidas pelo PNAE, pois observaram

que aumentou o número de encontros entre os associados das cooperativas e também se intensificou a interação entre cooperativas, como poderemos ver pelos relatos:

> *Melhora num lado para a agricultura porque ela induz à união, ao comprometimento um com o outro, na verdade. A gente se comunica mais porque por um dos objetivos que é discutir a política das entregas, então isso melhora, senão acaba se distanciando muito, uma coisa individual. Fica o presidente, tesoureiro e o vice-presidente lá cuidando e parece que fica como se fosse uma empresa. Com a merenda escolar e essa forma de venda, une mais a cooperativa, os agricultores* (Marcos, agricultor, 51 anos, Cooperconquista).

> *Chegam até se reunir duas ou três vezes por mês. Depende da necessidade* (José, aposentado, 61 anos, Coopaville).

> *Por mais que seja difícil trabalhar de forma coletiva e que às vezes o meu pensamento é diferente do teu. Às vezes, a gente tem de ajudar a construir a proposta do outro, então não é fácil viver o coletivo, é uma mudança, tem de ceder. É uma cultura de décadas. As pessoas, cada uma pensando em si, e a gente quer mudar e não consegue, está dentro, implantado na tua cabeça. Eu consegui me adequar e buscar trabalhar junto com as pessoas. Hoje a gente vê que se não fosse cooperado com outras pessoas, não conseguiria ter alcançado o que se conseguiu e também ter ajudado a outras pessoas a chegarem a outro lugar, a conseguirem ter renda maior* (Fábio, agricultor, 35 anos, Cooperconquista).

No entanto, para muitos, parece haver sempre um conflito entre o plano coletivo e o individual. Quando está traçado um objetivo claro e concreto, as pessoas cooperam mais e sentem mais confiança em participar da coletividade. Os agricultores entrevistados, como percebemos, falam com frequência que, para viver coletivamente, é preciso fazer algumas renúncias. Por outro lado, dizem que alguns resultados alcançados ajudam a reforçar a valorização do coletivo.

Os entrevistados, quando indagados sobre como haviam acontecido os primeiros acessos ao PNAE, responderam:

> *Em 2010/2011, quando surgiram as primeiras entregas da chamada pública em Joinville, foi através da Copaville. Eles tiveram o pensamento de começar a fornecer os produtos e encaminharam a chamada pública com a Prefeitura. Aí surgiu um grande problema na Coopaville: ela tinha uma relação muito pequena com poucos agricultores, era só aqui de Joinville e próximos a Joinville. Então eles nos procuraram aqui no assentamento, visto que nós produzíamos e nós poderíamos ajudar* (Vilmar, agricultor, 46 anos, Cooperconquista).

> *Na verdade, a cooperativa foi fundada para isso, que o governo exigia cooperativismo para esse tipo de coisa, para vendas para o governo, não só para merenda, mas também para CONAB* (Pedro, 46 anos, agricultor, Coopaville).

> *Há muitos anos já se falava nisso, mas nunca se concretizou. Várias vezes fomos à Secretaria da Educação, mas sempre arranjavam um pretexto, alguma coisa, e nunca conseguimos. Aí montamos a cooperativa, mas demorou, há seis anos que conseguimos comercializar para a merenda escolar* (Marcos, agricultor, 51 anos, Cooperconquista).

O depoimento de Vilmar expressa a ideia de que a política do PNAE pode ser um indutor para a aproximação dos agricultores, na busca de estratégias para a participação efetiva neste mercado. Pelo relato, parecem compartilhar a ideia de que o trabalho associativo pode potencializar os recursos humanos e os materiais, viabilizando o acesso ao mercado institucional, em função das regras dos programas atuais. O principal motivo para fundação das cooperativas, os agricultores entrevistados foram unânimes em admitir, quando indagados, foi a necessidade de legalizar as vendas e obter nota fiscal. Marcos e Vilmar relatam como procederam:

> *A gente fundou a cooperativa porque é uma forma legal para poder comercializar. Daí surgiu à possibilidade de vender para a merenda escolar e para os programas também do governo, o PAA. Aí foi a forma legal de poder comercializar* (Marcos, agricultor, 51 anos, Coopaville).

> *Para fornecer aos mercados que precisam de nota fiscal. O que nós estávamos fazendo: nós fornecíamos para os mercados com nota do produtor. Os mercados não compravam mais com a nota do produtor. Tinha que ser nota de empresa. Até para o Angeloni foi bom, aí ele diminuiu os impostos deles também, não só os nossos. Quando nós trabalhávamos com a empresa, nós pagávamos até nove por cento de ICMS. Agora, como cooperativado, só paga o FUNRURAL* (Vilmar, agricultor, 46 anos, Cooperconquista).

A fundação da Coopaville e da Cooperconquista é fruto de um longo processo histórico. São dois processos, diferentes entre si, em função das características de todos os grupos, conforme já relatado anteriormente. Como se percebe, os agricultores buscam diversas formas de acessar o mercado e parece que encontraram nas cooperativas uma maneira de viabilizar a comercialização da produção agrícola. No entanto, nem todos, pelo que pudemos perceber, demonstraram interesse em se associar às cooperativas e, mesmo os que se associaram, levantam algumas questões sobre o sistema. Se, de um lado,

os agricultores percebem a importância do associativismo, por outro lado, há um grupo de agricultores que alega uma série de restrições para sua participação em cooperativas.

2.3.1.1 Visão dos agricultores sobre o sistema cooperativista

Dos dez agricultores entrevistados, quatro relataram que sentem insegurança em se associar, em razão das experiências de gestão mal sucedidas que já ocorreram na região nordeste catarinense, além de outras regiões do estado. Os seguintes relatos foram apresentados pelos entrevistados:

> *Nem sempre os cooperados são responsáveis pela má administração de cooperativas, que eventualmente acabam abrindo falência e tendo problemas em sua gestão. Sobretudo, ela justifica dizendo que o que vale é o que está escrito no estatuto da cooperativa. Se a gestão não vai bem, todos terão de arcar com as consequências. Ainda complementa: A gente sempre fica assim, sempre torce pelo bem da cooperativa, mas é uma coisa que são várias cabeças que pensam* (Paula, agricultora, 37 anos, Coopaville).

Alguns cooperados, como percebemos pela fala de Paula, entendem que, às vezes, o sócio trabalha de um forma correta; mesmo assim, pode ser surpreendido por processos de uma má gestão, caso em que o sócio fica comprometido, independentemente de sua atuação. Conversamos com sócios das cooperativas no decorrer das entrevistas sobre as perspectivas do número de sócios. As seguintes falas foram reproduzidas:

> *A gente até tem algumas vendas para abrir para outros [incluir mais agricultores] mas quando se fala em cooperativa, as pessoas têm medo. Para fundar foi um problema, daí muitos "ah não, depois a gente entra". E têm muitos "ah, eu queria vender, mas eu não queria me associar". "Ah, mas eu só tenho um aipim lá pra vender", o outro "mas eu não queria ser sócio"* (Marcos, agricultor, 51 anos, Coopaville).

> *Pena que tem poucos sócios, deveria ter mais sócios. Mas eu vejo na região aqui, o agricultor tem um pouco de receio de cooperativa, é difícil você colocar a ideia na cabeça de um agricultor para entrar em uma cooperativa. É difícil, é difícil! Tem muita resistência. Mas eu acho bom porque valoriza aqui, porque é muito pouco o pessoal que ficou aqui na agricultura* (Ênio, agricultor, 39 anos, Coopaville).

Neste sentido, diversos agricultores resistem em se associar e as cooperativas, muitas vezes, acabam operando com o número mínimo exigido por lei, que é de 20 sócios, como relata um agricultor, quando foi convidado para fazer parte de uma delas:

> *Parece que não estava meio que fechando o número e daí eles me convidaram e eu aceitei. Até para a colocação dos produtos que eu tinha na época, que era bastante. E o que acontece, quando eu não tenho produtos, eu vou a outros tios e a minha família* (Ênio, agricultor, 39 anos, Coopaville).

Sobre a formação de cooperativas de agricultura familiar, histórias de gestões que não deram certo acabam influenciando negativamente os agricultores. Por outro lado, não se pode impor aos agricultores a obrigação de se associar a uma cooperativa para ter a oportunidade de vender ao PNAE. A publicação da Resolução 26/2013 veio ao encontro desta prerrogativa, visto que antes os agricultores organizados informalmente só podiam vender para entidades executoras que recebiam até o teto de 100 mil de recursos do FNDE para alimentação escolar.

2.3.2 Distribuição da alimentação escolar pelos agricultores

Esta categoria analisa como se dá a distribuição da alimentação escolar em Joinville, por meio da infraestrutura dos agricultores. Vilmar relata como se deu inicialmente esta parceria entre os agricultores:

> *Aí surgiu toda uma realidade: tinha disponibilidade de produtos, tinha as DAPs, tudo certinho, mas tinha um grande empecilho: a distribuição. Como que as cooperativas iam distribuir, fazer a logística disso? As prefeituras não tinham sistema de distribuição, como ia se dar isso? Aí surgiu o seguinte: como nós morávamos perto do assentamento e tinha outra possibilidade, o pessoal de Araquari também estava próximo a Joinville. Então, os dois assentamentos fariam esta distribuição. Foi um processo que até o assentamento aqui mudou o ritmo, deixou de produzir outros produtos, ou uma quantidade maior em produtos e se dedicou mais fazer esta logística* (Vilmar, 46 anos, agricultor).

Neste relato, observam-se alguns dos entraves encontrados para fazer a distribuição da merenda, e como os agricultores conseguiram superá-los por meio da cooperação. No entanto, ao assumirem este trabalho de logística, mudanças se impuseram ao cotidiano do assentamento. Os agricultores passavam a desempenhar um novo papel, o que exigia a dinâmica do trabalho para atender à política do PNAE. Passaram então a

distribuir a alimentação escolar. Trata-se de uma atividade bastante complexa e onerosa, tanto em termos de recursos materiais, quanto humanos. Procuramos investigar como os entrevistados percebiam esta atividade; assim se posicionaram:

> *A logística é tranquila. Essa era a desculpa que eles tinham no início, falavam que a gente não ia dar conta. Essa era a principal, até no último dia, quando aprovado, ainda questionaram: "e vocês vão dar conta de entregar ponto a ponto"? Claro que nas primeiras semanas a gente teve dificuldades por causa da organização, da sequência das escolas, que tem que botar já separado. Aí tivemos um pouco de dificuldades. Mas, também duas semanas depois, já estava tudo certo* (Marcos, 51 anos, agricultor).

Quando Marcos se refere a **"eles"** em sua fala, está mencionando os servidores públicos da Secretaria Municipal de Educação de Joinville, responsáveis pela gestão do PNAE. A entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar à Rede Municipal de Ensino foi e é um desafio para os agricultores do nordeste catarinense. Primeiro, pela infraestrutura necessária, conforme o relato de um entrevistado, quando indagado sobre o funcionamento da logística:

> *Temos uma parceria com o pessoal do assentamento de Garuva. Agora é Cooperconquista. Porque eles é que tinham os caminhões, aí a gente fez a parceria. Porque, para nós, adquirirmos todos esses veículos era um custo muito alto. Eles já tinham, aí compraram mais um. Eles tinham pessoal para fazer isso também, tinham galpão, então à gente juntou. Bom pra nós e bom pra eles* (Marcos, agricultor, 51 anos).

Como aponta Marcos em seu depoimento, o assentamento Conquista do Litoral de Garuva possuía caminhões, pessoal e galpão. A partir da disponibilidade desta infraestrutura, concretizaram uma parceria entre a Coopaville e o assentamento. Fábio fala sobre o custo de manutenção de um caminhão e da ociosidade:

> *Com três caminhões na rua o custo é altíssimo. Você precisa ter o caminhão ali, não pode dizer que vai alugar. Se você entrega merenda uma vez por semana, o resto da semana o caminhão fica parado. O custo de um caminhão é de mais de R$ 1.000,00 (mil reais) por semana* (Fábio, 35 anos, agricultor).

Quando inquiridos sobre a quantidade de unidades escolares em que são distribuídos os alimentos da agricultura familiar, ponto por ponto, responderam:

> *Entregamos em 179 pontos. Nas segundas, as entregas são nos Centro de Educação Infantil. Na terça, as entregas são nas Unidades Escolares* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

> *A gente começa domingo de manhã o trabalho, já começa separando os produtos, escola por escola, Centro de Educação Infantil por Centro de Educação Infantil, todos os itens organizados no caminhão para ir tudo na ordem de entrega. Tem escola que dá 16 (dezesseis) caixas de alimentos. (ver caixa – Anexo 4 – foto 2).*
>
> *A caixa mais comum que tem para hortifrúti. Começa aqui na segunda-feira cedo, você já sai daqui com o caminhão, vai para o depósito da Prefeitura, lá as nutricionistas vêm conferir os produtos, ver se você está trajado corretamente. Você precisa estar com boné, sapato, calça, o uniforme de entrega e conferir os produtos. Às cinco horas da manhã o caminhão tem de estar ligado para sair* (Fábio, agricultor, 35 anos).

Conforme descrevem os entrevistados, a logística segue um roteiro predeterminado. Após a colheita, limpeza, pesagem, embalagem e organização dos produtos em caixas no caminhão, pela ordem de entrega, é a vez da inspeção no Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE). Este é o serviço da prefeitura, onde está localizada a equipe de nutricionistas. Nesse local, a inspeção abrange dois aspectos: a equipe de nutricionistas inspeciona a quantidade e qualidade dos alimentos que a cooperativa está entregando. Esta questão da qualidade, como tipo de embalagem (quando é o caso), está prevista nas normativas do PNAE e também no edital da *chamada pública*. Todos os gêneros alimentícios adquiridos para os escolares por meio do PNAE precisam seguir as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Outra exigência também apontada pelos entrevistados da pesquisa é que a pessoa que faz a entrega dos alimentos às escolas precisa usar uniforme completo (roupas, sapato e boné):

> *Tem o grupo das nutricionistas que elas se revezam, uma por semana, para fazer a conferência, liberar e depois ainda vão às Unidades Escolares averiguarem se aquilo que você mostrou lá é aquilo que você está entregando na escola. Isso é normal você chegar às escolas e ela estar te esperando. Às vezes você mostra o começo da carga mas no fim da carga vocês podem ter outras coisas. É normal o que elas fazem. Elas cobram da gente como tem que ser e fazem aquilo que é correto. Para nós não têm problema esta cobrança, porque é normal e nossa rotina de trabalho tem que ser assim mesmo* (Fábio, agricultor, 36 anos*).*
>
> *Daí as cozinheiras também têm autonomia pra olhar se estiver estragado, se não estiver nos padrões de consumo, elas têm autonomia para devolver. Claro que às vezes não fazem por*

> *pressão do fornecedor e a gente ainda têm alguns probleminhas com isso. Mas elas têm autonomia para estar devolvendo, pra trocar na hora da entrega ou trazer depois. Elas assinam uma requisição, então a gente as orienta, só assinem depois que tiverem recebido tudo, ou faça anotação: não recebi tal produto. É onde tem esse protocolo do trabalho* (Girassol, nutricionista).

Seguindo a viagem, o caminhão com os produtos da agricultura familiar chega às escolas. Como descreve Fábio, muitas vezes as nutricionistas estão aguardando na escola, e desta vez inspecionam a entrega dos produtos. Como ele mesmo descreve, precisam se certificar de que os produtos mostrados no SANE sejam os mesmos que se entregam nas escolas. Dália, nutricionista que trabalha no SANE, complementa dizendo que as cozinheiras também têm autonomia para verificar os produtos e tomar as decisões devidas para o encaminhamento. Ainda, complementando a logística:

> *Nas escolas, quem recebe os alimentos são as cozinheiras, que conferem o peso de todos os alimentos recebidos, assinam pelo recebimento e carimbam a guia* (Marcos, agricultor, 51 anos).

Então a cozinheira recebe os produtos, confere e pesa, assina a guia de recebimento emitida pela cooperativa na qual consta a relação dos produtos que estão sendo entregues. O destino desta guia é a Secretaria da Educação que, com base nestes dados, emite a nota fiscal eletrônica e efetua o pagamento às cooperativas da agricultura familiar.

Assim é a rotina para a entrega dos alimentos da agricultura familiar na rede municipal de ensino de Joinville, toda semana, por meio da Cooperconquista. Uma rotina que se inicia no final de semana, com a colheita, o preparo e a organização dos produtos da agricultura familiar. Na segunda e na terça-feira ocorrem as entregas nas unidades escolares. Fica no ar a pergunta: por que o agricultor tem de fazer toda logística da alimentação escolar para o PNAE, ao invés de o setor público fazer esta distribuição, permitindo, neste caso, ao agricultor mais tempo para produzir? Por outro lado, um entrevistado relata o seguinte:

> *Hoje há uma grande dificuldade do agricultor em levar na cidade, a sua produção. O grande problema do agricultor é esse. Aí o que ele faz? Vende para o atravessador! É uma humilhação!* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

Esta fala do Vilmar reflete um pouco da trajetória da agricultura, na qual o agricultor tem encontrado dificuldades para escoar a produção. As dificuldades se

apresentam de todas as formas: faltam garantia da compra, preços baixos até a distribuição. Mas a pergunta agora seria outra: qual a opinião dos agricultores entrevistados sobre a distribuição da alimentação escolar?

> *São pontos que no início a gente até combatia porque a gente via lugares que acontecia isso. Seria mais viável, mais barato para a prefeitura talvez ela ter uma estrutura, ter uma logística para os agricultores entregarem na Central de Alimentos e a prefeitura distribuir. Como agricultores, nós temos de produzir, fazer todo trabalho e distribuir. Organizar é complicado, mas você conseguiria produzir mais e talvez a prefeitura conseguiria comprar com o preço um pouco menor, é claro. Teria de organizar toda uma logística lá de distribuição. Ver se a disciplina de quem fizesse seria a mesma que temos. Às vezes, a gente pega regiões que têm pouco produto, aí não compensa o agricultor entregar. Joinville é diferente porque tem bastante produto e você consegue trabalhar uma margem que consiga. Como você distribui o leite e outros produtos, ajudam na manutenção dos caminhões* (Fábio, 35 anos, agricultor).

A infraestrutura necessária à entrega dos alimentos para suprimento da Rede Municipal Escolar de Joinville, ponto a ponto, passa por um processo complexo e exigente. Joinville é a maior unidade executora do PNAE (prefeituras) de Santa Catarina. Em 2014, contava com uma rede de 59.483 alunos e a distribuição ocorreu em 179 pontos de entrega, conforme previsto no Edital de Chamada Pública 090/2014, da prefeitura de Joinville.

Em municípios menores, onde a quantidade de produtos não é tão volumosa, pode haver mais dificuldades para o agricultor assumir a entrega dos produtos ponto a ponto. Como podemos perceber, e além de toda a organização da produção, vistorias, uniformes necessários às pessoas que entregam a alimentação escolar, existem modelos específicos de caminhões que servem para fazer o transporte de alimentos, que são os caminhões baús. Assim complementa Fábio:

> *Esta semana foi pego os alvarás sanitários de todos os caminhões, [pois eles] precisam estar vistoriados. Nota Fiscal tem uma lei em Joinville que pode transitar dentro de Joinville com a mercadoria. A Nota Eletrônica sai depois. A gente transita com a requisição, entrega nas escolas, que por sua vez vai para a Secretaria da Educação que emite a Nota Fiscal. Agora vai ser colocado no caminhão o endereço da cooperativa, dizendo quais produtos circulam lá dentro porque se tiver uma fiscalização tem que conferir o que está dentro com os dizeres no caminhão. Então isso é um grau de dificuldade que no Brasil é muito difícil. Por isto, se as prefeituras assumissem esta responsabilidade ajudaria um*

> *pouco, porque imagina todo agricultor ter que ir lá fazer vistoria do seu automóvel. Em carro não pode entregar, têm que ser em baú fechado, todas essas coisas, tudo isso tem gasto. Aí, às vezes o preço não compensa, fica alto demais* (Fábio, agricultor, 35 anos).

Como percebemos no relato de Fábio, os caminhões deverão estar *plotados* com a logomarca da cooperativa. Do ponto de vista formal, "parte burocrática", é necessário ter permissão formal para transitar transportando os alimentos. Trata-se de uma guia emitida pela cooperativa com a descrição de todos os produtos transportados. Esta guia será entregue na escola e, por sua vez, será encaminhada à Secretaria da Educação, para a realização do pagamento às cooperativas.

2.3.3 Agricultores diante dos mercados e da produção agrícola

A categoria analisa como se dá a relação da produção agrícola com os mercados institucionais, dentre outros, de modo geral. Assim, procuramos identificar qual a percepção dos agricultores sobre a produção orgânica e como se dão as vendas ao PNAE. Analisamos se os agricultores comercializam para outros mercados, além dos mercados institucionais e verificamos como avaliam os preços dos produtos comercializados por meio do PNAE.

Com relação à produção orgânica, os trabalhos de pesquisa indicaram que, entre os dez agricultores entrevistados, um deles tem a propriedade agrícola certificada. Ou seja, avaliada como sendo uma propriedade que cultiva alimentos de forma orgânica, de acordo com os padrões atualmente exigidos neste âmbito. A propriedade certificada produz e comercializa para o PNAE, dentre outros mercados, diversas variedades, como: "*O alface, o repolho, o brócolis, a folha de couve, a rúcula, o almeirão e o espinafre"* (Marcos, agricultor, 51 anos). No entanto, os produtos comercializados para o PNAE de Joinville não são reconhecidos como orgânicos, contrariando o que determina a Lei nº 11.947/2009[17]. Como fala Dália:

> *Infelizmente, hoje a gente não tem nenhum hortifruti orgânico. A gente sabe que o preço hoje ainda é um pouco alto e é um dos fatores significantes. Mas, principalmente a produção, porque hoje a gente tem a agricultura orgânica em ascensão, mas da quantidade produzida é pouca no município, daí a gente não consegue* (Nutricionista).

[17] De acordo com o Art. 20 da Lei nº 11.947/2009: "Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos ou agroecológicos".

Para que os agricultores possam comercializar a produção orgânica para o PNAE, a entidade executora deve relacionar e caracterizar os produtos na demanda do edital de *chamada pública*, diferenciando os preços, conforme manda a lei do PNAE. Como percebemos pela fala de Dália, a entidade executora percebe os preços ainda "um pouco altos", e também considera que há pouco volume de produção em Joinville.

Outra questão apontada pelos entrevistados é que, para a comercialização da produção orgânica, há necessidade de um local específico, que permitiria a separação dos produtos orgânicos. Seria um local em que os agricultores organizariam a produção para entrega ao PNAE. Nesta linha de raciocínio, o agricultor entrevistado relata:

> *Para isso é que precisaria de uma central para fazer isso, para ter os orgânicos. Porque para eu ir até o comércio oferecer produto orgânico, primeiro que eles não podem colocar junto com os outros, como orgânico, tem de ter uma ala separada. Para ter uma ala separada, uma gôndola separada, tem que ter uma linha completa de produtos. Não vendo como orgânico por isto. Quem come beleza, come produto de qualidade, mas não está nem sabendo. No comércio normal o pessoal sabe que é orgânico, mas não tem selo e nem apresenta por isso* (Marcos, agricultor, 51 anos).

Pelo menos sete dos dez agricultores entrevistados citaram que, em alguma oportunidade, discutiram estratégias para obter a certificação das suas propriedades agrícolas. Três deles chegaram a chamar a empresa certificadora para fazer levantamentos, avaliar as possibilidades de certificação da propriedade. Assim falam das exigências:

> *É muita exigência, tem que fazer barreira até nos vizinhos. A empresa certificadora esteve muitas vezes na propriedade, mas acabou desistindo* (Ênio, agricultor, 39 anos).

> *Os vizinhos também têm de colaborar, porque nós, numa área pequena, também dependemos dos vizinhos. Por isso tem cerca viva lá por trás, tudo para isolar, porque os vizinhos, às vezes, usam mata-pasto, lá de vez em quando. Só que daí com essa análise na alface comprova realmente que a alface é o que a gente colhe mais rápido. Se o esterco estiver contaminado, ele vai aparecer na alface. Já o repolho é uma planta mais lenta, daí dá mais tempo ainda. Quer dizer, então dá sinal, a alface comprova tudo porque ele pega uma amostra daqui, outra de lá, e leva. Ele levou*

> *essa semana mais uma amostra* (Marcos, agricultor, 51 anos).

Na verdade, os agricultores entrevistados citaram ser grande o nível de exigência com relação à certificação da propriedade e isto tem levado muitos deles a desistir do processo de consolidação da certificação. Todos citaram que procuram reduzir ao máximo a aplicação de agrotóxicos nas lavouras. Os agricultores justificam dizendo que os alimentos fornecidos são para os alunos e outros consumidores, mas, ao mesmo tempo são, em parte, por eles consumidos.

Assim se constata a realidade da alimentação escolar em Joinville quanto ao aspecto de produtos orgânicos. Embora contenha em sua normativa o respaldo legal para a compra de orgânicos, sabe-se que as entidades executoras precisam desembolsar um valor a mais para investir na qualidade, em detrimento da quantidade de alimentos. Sobre a questão, nem sempre há concordância.

Outro aspecto polêmico, com relação às compras públicas da agricultura familiar para alimentação escolar, se refere à **formulação dos preços praticados.** No período em que foi promulgada a Lei nº 11.947/2009, regulamentada por meio da Resolução nº 38/2009, a entidade executora exigiu, por meio da *chamada pública*, a entrega ponto a ponto dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar, como acontece até hoje, conforme relato de Dália:

> *Um critério que muitas vezes acaba dificultando a participação de algumas empresas é porque nós temos muitas unidades escolares, tanto na zona urbana quanto na rural. Como no nosso processo quem faz a entrega é o fornecedor, então ele já têm que contabilizar esse valor de entrega. Nesse sentido, os fornecedores tem que ter uma estrutura mínima para fazer esse empreendimento* (Nutricionista).

Como percebemos, em Joinville esta prática de entrega dos alimentos ponto a ponto é umas exigências para todas as empresas e cooperativas que comercializam produtos para a alimentação escolar, embora só em 2013, por meio da Resolução nº 26, tenha sido prevista e normatizada, com a inclusão do preço do frete e embalagens ao preço final dos produtos. Em Joinville, esta prática já vem acontecendo desde a publicação da Lei nº 11.947/2009. Desta forma, Dália complementa como ocorre o processo:

> *Quando eu faço o processo, a gente sempre manda pra orçamento, que o produtor tem que entregar em tantas unidades. Então consta*

> *que eles devem contabilizar o valor deles. Eles têm o preço agregado ao produto* (Nutricionista).

Por meio de registro no diário de campo, os agricultores entrevistados confirmaram esta prática; no entanto, comentam que os preços de frete para os produtos entregues por meio da Coopaville e da Cooperconquista foram definidos há cinco anos. Considerando uma série de aumentos relativos a combustível, serviços e produtos de modo geral, os valores acordados precisam ser reajustados.

Outro aspecto que Dália comenta em seu depoimento é o preço de **referência,** que nada mais é que a média de três preços levantados em mercados. Ela ainda fala sobre a origem desses preços na *chamada pública*, que optou por chamar de licitação em seu depoimento:

> *Quando eu faço a (licitação) eu dou preferência para as cooperativas sim. Muitas vezes, a gente sabe que tem uma cooperativa que faz aquele produto, mais nenhuma, pra gente ter o valor de referência, o valor de mercado local. Então sim, tem aquele valor do mercado atacadista ou de mercado local. Mas eu sempre me atenho a fazer o valor de referência, aquele valor que foi a cooperativa que usou ou, valor muito parecido com o que tenha sido feito na licitação, para não ter quebra de preço. Para que eles também consigam fazer a entrega, obter o pequeno lucro que é disso que eles vivem* (Dália, nutricionista).

Sobre os relatos de Dália, quando ela fala do *valor de referência***,** refere-se ao preço obtido por meio da média, na tomada de três preços em mercados locais e regionais, conforme previsto na lei do PNAE. No entanto, Dália, ao dizer que dá preferência ao preço das cooperativas, é que ela solicita às que comercializam para o PNAE encaminharem propostas de preços dos produtos da agricultura familiar. Quando consegue obter três preços, conforme seu depoimento, faz a média a partir dos valores obtidos. O preço final vai para o edital da *chamada pública*. No entanto, quando não consegue levantar três preços por meio das cooperativas, há diversas alternativas que são seguidas, como ela fala: mercado atacadista, mercado local.

Sobre os preços dos produtos da agricultura familiar, pagos pelo PNAE em Joinville, dos entrevistados consultados sobre sua opinião, nove dos dez disseram que os preços pagos atualmente são compatíveis com os preços de mercado. Assim responde o agricultor sobre os preços:

> *É bom! Ele é o preço razoável por que vende aquilo e você sabe que vai ganhar o ano todo. Não é que nem o supermercado tradicional. Às vezes a alface nas escolas está por quilo, mas está*

> *na faixa de oitenta a noventa centavos a unidade. No mercado tradicional está quarenta centavos e ninguém quer alface. Tem uma diferença, a garantia. De repente, chega lá em fevereiro e março, e dá alguma intempérie e pode ser que no mercado tradicional esteja mais caro. Mas em compensação, você vendeu o ano inteiro.* [Mais adiante complementa:] *É um preço razoável que dá para trabalhar tranquilo* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

De certa forma, chama atenção a determinação dos agricultores com relação aos preços e a maneira como eles percebem as *cadeias curtas***,** que, na verdade, nada mais são do que esta noção de *proximidade em mercados* entre aqueles que consomem e aqueles que *produzem*. Não se trata simplesmente de estar perto, mas de uma certa *interação* entre as partes interessadas (SCARABELOT & SCHNEIDER, 2012). A garantia de venda parece ser um dos aspectos que mais chamaram a atenção nas falas dos agricultores. O grande dilema do agricultor com relação ao mercado é a venda garantida, em especial os produtos ditos "perecíveis". Com relação aos preços do PNAE, outra questão que tem surgido em fóruns de debate é com relação aos preços vigentes no contrato. Alguns agricultores alegam que, passado um determinado período (7/8 meses) da vigência do contrato, os preços começam a ficar defasados. Por esta razão, perguntamos qual a percepção dos sócios das cooperativas que participaram da pesquisa sobre esta questão. Assim responderam:

> *Talvez tenha um produto ou outro que está defasado, mas de um modo geral, não* (Pedro, agricultor, 46 anos).

> *Eu vou dizer uma coisa, o trabalho é muito interessante para os agricultores, por que é um dinheiro garantido que está lá. Ele se programa e pode vender tranquilo* (José, aposentado, 61 anos).

> *O mais certo é a garantia da compra. São duas coisas importantes: a garantia da compra e essa integração que tem que nós chamamos de troca de mercadorias. Essa ida e vinda de mercadorias, essa cooperação que é bom. Foi a melhor coisa que teve. Tem algumas dificuldades, a distribuição da banana para outros municípios. Hoje o aipim é uma realidade, ele vai para Rio Negrinho, vai para Mafra* (Marcos, agricultor, 51 anos).

> *Porque se tem essa compra garantida todo mundo se empolga em plantar* (Ênio, agricultor, 39 anos).

> *Até o fim do contrato é o mesmo preço, apesar de que varia muito e ele mantém um preço médio. Após ter feito o contrato você tem a garantia da venda. Então isso deixa o produtor também mais tranquilo de forma geral. Às vezes o preço fica mais alto, mas pelo*

> *menos ali tu tem um preço garantido, um valor garantido. Mas depende da produção* (Marcos, agricultor, 51 anos).

> *Uma coisa que pesa muito para quem fornece é essa coisa de aumento. A escola não quer nem saber, ela fez o contrato por um ano, ela vai te comprar, mas também não vai te pagar a mais por aquilo. Só que tem gente aí que já abandonou esse ano mesmo. Teve um fornecedor de verdura aí no começo que abandonou tudo, parou. Se quebrou, porque vai quebrando, entende, vai quebrando. Daqui a pouco tu tá devendo em toda a parte e não consegue pagar* (Roberto, 65 anos, aposentado).

Sobre as compras do PNAE no nordeste catarinense, os agricultores associados da Coopaville e Cooperconquista acreditam que a *garantia de compra* é um dos fatores mais importantes de adesão ao programa e de permanência nele. Por outro lado, no que tange aos preços, há outras opiniões, menos positivas, pois o PNAE não acompanha exatamente os preços do mercado. Alguns agricultores reclamam do preço, que se defasa no decorrer do período do contrato e parece haver pouca flexibilidade por parte da entidade executora, no sentido de renegociar este preço.

Quanto à produção familiar e à conexão com outros mercados, procurou-se discutir em que medida o agricultor familiar depende do PNAE; por esta razão perguntamos como é esta relação com os demais mercados, se vendem para eles. Assim, nove dos dez agricultores entrevistados disseram que comercializam a sua produção também em outros mercados, como supermercados, verdureiros, restaurantes, hotéis e feiras, dentre outros:

> *A única coisa que o agricultor não deve, e nós já fomos aconselhados, é não contar só com esses projetos. Tem que ter uma venda de outros mercados. Isto é aconselhado, senão sem isto você quebra. Os planos públicos ainda são muito incertos para o agricultor; quem depende disso mesmo acaba, ao invés de ajudar, quebra o agricultor* (Pedro, agricultor, 46 anos).

> *Nós não dependemos basicamente de entregar para a cooperativa, porque nós temos o nosso comprador. Mas têm épocas que tem crise* (Paula, agricultora, 37 anos).

A dependência de um só tipo de mercado tem sido sempre motivo de preocupação e risco para qualquer segmento da economia. Mesmo que nove dos dez agricultores entrevistados tenham respondido que não dependem apenas de um mercado, há agricultores que buscam em outros mercados uma fatia pequena de renda. Por esta razão, a dependência do PNAE ainda é grande. Em 2014, a *chamada pública* nº 90 foi lançada

em maio e, por uma série de problemas administrativos alegados pela gestão pública de Joinville, a efetivação dos contratos com as cooperativas da agricultura familiar só foi firmada em julho do mesmo ano. Este procedimento por parte do órgão público municipal gerou um descontentamento geral entre os agricultores entrevistados, visto que a compra de produtos da agricultura familiar através do PNAE em Joinville já seguia certa rotina, a cada ano. Por esta razão, agricultores entrevistados deram o seguinte depoimento:

> *Não, como eu falei, não dá, senão agora estaria em dificuldades. Entrego para verdureira e para o mercado mesmo* (Marcos, agricultor, 51 anos).

> *Este mercado é bom, mas não só ele. É necessário diversificar os mercados* (Pedro, agricultor, 46 anos).

De um modo geral, percebe-se que os agricultores pesquisados não dependem só deste mercado, levando a crer que há certo nível de consciência com relação a esta prática. São diversas as oportunidades de mercado por eles apontadas.

2.3.4 Agricultores frente ao PNAE

Nesta categoria, pretendemos apresentar as opiniões dos agricultores diante das mudanças e práticas decorrentes de sua inserção no PNAE**.** Esta questão reflete alguns impactos da política, sob os mais diversos aspectos: econômicos, sociais, culturais, ambientais e sob o aspecto da segurança alimentar. No sentido de buscar traduzir a percepção dos agricultores sobre a execução da política do PNAE, segue a narrativa de Vilmar:

> *A principal diferença foi agora. Quando acabou a chamada pública em 2013, teve as últimas entregas, houve uma mudança na prefeitura, houve erro e a chamada pública foi adiando. Só em agosto de 2014 que começou. Então os agricultores sentiram muito. Aquilo foi uma choradeira, as pessoas ligavam, se encontravam, perguntavam: quando vai começar? Foi a prova que deu certo. Depois, com este aumento da DAP, que passou de nove mil reais para vinte mil reais, então o agricultor que conseguir vender o ano todo são mil e pouco por mês, quase dois mil de renda, que ele pode ter por mês* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

> *Plantio alguma coisa a gente mudou, aumentou a relação com as outras cooperativas e outros agricultores, e tem que ir atrás para pegar os produtos, essa relação que muda e a rotina de fim de semana que aumentou o trabalho* (Vilmar, assentado, 46 anos).

Pela narrativa, é possível perceber que aconteceram algumas mudanças no cotidiano dos agricultores ao participar da política do PNAE. Indagados sobre essas mudanças, quatro dos dez entrevistados responderam que adquiriram máquinas, equipamentos agrícolas na área de transformação de alimentos para realizar as práticas de entrega de produtos ao PNAE:

> *Há um pouco a distribuição de riqueza, distribuição para aquele que realmente merece e não só o atravessador ir lucrando. Na verdade o pequeno produtor está ganhando, este que é o diferencial* (Fábio, assentado, 36 anos).
>
> *Tudo assim, comprava e ia pagando, fazia em seis parcelas, porque mais era muito juros. Então, o máximo que demorava para pagar era seis meses uma máquina. A cooperativa até ajudou a gente a comprar, mas ela paga a tua máquina e daí tu paga para ela. Nós compramos do Rio Grande essa última, que ainda nós vamos pagar* (Ivone, agricultora, 65 anos).
>
> *Sim, há algum tempo você não podia nem sair, a gente nem conhecia uma lanchonete. Hoje nós conseguimos fazer isso. Conseguimos comprar alguma coisa pra dentro de casa, conseguimos comprar um carrinho. Você consegue mudar alguns móveis, comprar uma cama um pouco melhor, para poder descansar um pouco melhor, e assim é cem por cento a mudança* (Fábio, agricultor, 36 anos).

Por meio das falas dos agricultores entrevistados, pode-se entender o papel das *cadeias curtas***,** que caracterizam a venda direto do produtor ao consumidor, caso em que ganha o agricultor que produz, como Fábio relata. Ivone, que também fornece produtos para o PNAE, fala da compra de equipamentos. Fábio comenta como percebeu o efeito desta política em seu dia a dia. De forma incisiva, relata as mudanças possíveis por intermédio das vendas ao PNAE, como podemos ver em seu depoimento.

Em maio de 2014, o PNAE de Joinville recebeu uma comitiva da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) com representantes de 15 países. Nessa oportunidade, Joinville e o Assentamento de Garuva serviram de exemplo para o Projeto de Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar, marco da iniciativa *América Latina e Caribe sem Fome, até 2025*. Neste sentido, perguntamos aos agricultores qual a sua percepção com relação a este reconhecimento por uma organização tão importante quanto a FAO:

> *É gratificante, porque às vezes a gente se acha tão pequeno. Ah, sou um pequeno agricultor, não sei falar direito. Mas enfim, tem*

> *alguém que está percebendo, estão vendo alguma coisa diferente e esse é um pouco desse papel do projeto que levou a isso. O próprio governo brasileiro de erradicar a pobreza no Brasil. Está dentro do papel da FAO, que ela mesma começou a focar. Tem muitas pessoas que são contra o bolsa família, que não acredita. É que às vezes a pessoa não tem nem força para se levantar e precisa dar uma forcinha, depois ela vai continuar. A gente se sentiu assim, um pouco valorizado pelo trabalho que a gente faz mesmo. Eu estava querendo desistir de trabalhar essas horas, mas dá um ânimo a mais, uma força a mais de você estar sendo reconhecido. Um sentimento bom* (Fábio, agricultor, 36 anos).

Dentre os resultados da política do PNAE, além dos resultados econômicos, percebe-se que os agricultores entrevistados se sentiram *valorizados,* e seu trabalho, *reconhecido.* Também perguntamos ao grupo de nutricionistas qual a impressão sobre esta mudança do PNAE, em adquirir produtos da agricultura familiar para a rede de ensino de Joinville. Assim Dália opinou:

> *Eu já estava um pouco antes de 2009 aqui, então eu pude acompanhar essa transição, assim percebo grandes, grandes avanços. Principalmente em termos de qualidade, a motivação da economia local. Então, em termos de qualidade, houve um grande avanço* (Dália, nutricionista).

> *O que eu posso falar posso dizer que isso só veio a acrescentar. Nós somos beneficiados com o trabalho da merenda escolar, as crianças agradecem, porque eu não sei se você viu a entrevista que foi feito daqui, que entrevistaram as crianças de Joinville. As crianças dizem que a merenda é boa e pra nós é um orgulho escutar isso. Uma das professoras falou também. Só veio a acrescentar. Algum tempo atrás, o nosso grupo era um grupo mal visto, por que era sem terra, sem terra sempre foram difamados por serem isso e serem aquilo. Hoje em dia aonde a gente vai é bem aceito* (Laura, agricultora, 54 anos).

Sobre a entrevista a que Laura está se referindo, trata-se de uma reportagem que a RIC TV gravou no Assentamento Conquista do Litoral, em 2014.

Os entrevistados para a pesquisa são unânimes em dizer que entendem que os produtos da agricultura familiar contribuem para a melhoria da alimentação escolar. A qualidade da alimentação escolar, a partir da inserção da agricultura familiar, tem sido um fator bastante discutido. Existem dois aspectos importantes a serem observados. Primeiro, os agricultores têm manifestado, nas entrevistas, a satisfação em fornecer seus produtos para merenda escolar. Segundo, porque os agricultores têm percebido a receptividade por parte da comunidade e do controle social. Há uma série de fatores:

> *Chegamos a entregar alface roxa, lisa e crespa, três tipos de alface! A nutricionista disse: que bom se vocês fizessem sempre isso. Eles estavam fazendo repolho roxo com o branco. Fazem ele temperadinho, fica colorido e aí as crianças gostam. A alface foi o maior sucesso! Fica uma salada colorida. Fica uma salada atraente, eles gostaram* (Vilmar, agricultor 46 anos).

> *Se comprar da agricultura familiar, sempre vai ser assim. Eu tenho clientes até que vêm buscar o produto aqui, para pegar o produto fresquinho. Aqui é possível colher de manhã para entregar à tarde* (Pedro, agricultor, 46 anos).

> *Não, não. Além de produzir, nós somos consumidores**;** eu sempre gostei, já fui criado, minha mãe sempre teve o quintal dela bem verde* (Marcos, agricultor, 51 anos).

A diversificação dos produtos, a possibilidade de a escola receber os alimentos frescos para a semana, a valorização da produção local, a organização na entrega representam fatores que contribuem para a melhoria na alimentação escolar e a valorização da agricultura familiar. No entanto, outros fatores também se modificaram; um deles, segundo informado na entrevista concedida por Fábio, pode representar um aspecto polêmico:

> *A gente tinha menos trabalho no final de semana. Agora com a merenda, aumentou muito o trabalho no final de semana. Há uma tarefa de separação para entregar ela mais preparada* (Fábio, agricultor, 36 anos).

A política de alimentação escolar, como já percebemos pelas falas dos agricultores, tem fomentado algumas mudanças no cotidiano deles, sob diversos aspectos: econômicos, sociais, ambientais. Sob o aspecto econômico, tem permitido aos agricultores a possibilidade de aumentar a renda, com a garantia de escoamento da produção. Do ponto de vista social, tem-se percebido o reconhecimento da sociedade e de gestores do PNAE quando da entrega, pela agricultura familiar, de produtos frescos e de qualidade para a alimentação escolar. Do ponto de vista ambiental, ganha importância, na medida em que os agricultores tem consciência da necessidade de diminuir a quantidade de defensivos sintéticos aplicados nas lavouras.

Por outro lado, alguns agricultores dizem que aumentou o trabalho nas propriedades rurais, principalmente em finais de semana, pela necessidade de entregar a alimentação escolar já no início da semana, às segundas e terças-feiras, como relata a nutricionista Girassol:

> *Os hortifruti são entregues semanalmente nas segundas-feiras, em todos os Centros de Educação Infantil. Nas terças-feiras, em todas as escolas. Daí elas recebem pra começar o consumo na quarta, quinta e sexta e, vai até a segunda e terça da próxima semana.*

Quando perguntamos aos agricultores o que achavam do trabalho em finais de semana, responderam que não há muita escolha a fazer e que trabalhar em finais de semana já faz parte da rotina para atender à política do PNAE.

2.3.5 Agricultores e a Chamada Pública

Esta categoria analisou como os agricultores percebem a *chamada publica* enquanto instrumento de compras públicas da agricultura familiar. Ao perguntar aos entrevistados sobre a comunicação da *chamada pública* por meio da entidade executora, três dos dez entrevistados manifestaram estar satisfeitos. Reconhecem, sobretudo, que é um processo complexo. A entidade executora a que Roberto se refere, falando em *"deles lá",* tem a difícil tarefa de dar conta de toda essa distribuição:

> *Isso aí é um feixe de papel! É uma coisa que tem que ser distribuída, é uma dor de cabeça deles lá, distribuir nos Centros de Educação Infantil e nas escolas. Tantos quilos de repolho, tantos quilos de alface, tantos quilos disso e daquilo. Tem que ser entregue tudo mais ou menos certo* (Roberto, aposentado, 65 anos).

Quando Roberto fala em feixe de papel, refere-se, de fato, aos editais, que são volumosos, contendo uma série de informações comuns a editais públicos, e que requerem dos agricultores um certo tempo para análise e compreensão para poderem cumprir com os pré-requisitos necessários à participação em *chamada pública*. Os editais, após seu lançamento, são disponibilizados no portal da Prefeitura/Secretaria da Administração e Planejamento, pelo período de um ano. Sobre as impressões dos entrevistados a respeito do processo da chamada pública, há os seguintes relatos:

> *Em 2010/2011, quando surgiram as primeiras entregas da chamada pública em Joinville, foi por meio da Copaville. Eles tiveram o pensamento de começar a fornecer os produtos, e encaminharam a chamada pública com a Prefeitura. Aí surgiu um grande problema na Coopaville, ela tinha uma relação muito pequena com poucos agricultores, era só aqui de Joinville e próximos a Joinville. Então eles nos procuraram aqui no assentamento, visto que nós produzíamos e nós poderíamos nos ajudar. Foi elaborado um projeto grande na época, acho que começou com RS 340 mil reais, de recursos, aquela primeira chamada pública* (Vilmar, assentado, 46 anos).

> *Ah, eles sempre comunicam. Na verdade nós encaminhamos já um projeto e mandamos pra lá, daí eles fazem a listagem, normalmente eles mandam os valores, os preços. Eles pedem, a gente manda já os valores e os produtos que a gente tem para oferecer, depois eles fazem um levantamento, porque normalmente são realizadas três pesquisas de preço junto ao CEASA, aqui e em Curitiba. Aí eles põem um preço e pedem a quantidade. Aí negociamos e até que está bem facilitado. O acesso em relação à documentação está tranquilo* (Marcos, 51 anos, agricultor).

> *Olha, quem define os preços é a própria prefeitura, as nutricionistas, elas são quem definem os preços dos produtos, com base em tomada de preços. A gente também avalia se é possível ou não por esse gasto. Tem épocas que há produtos que você não consegue ter o lucro. Às vezes tem sementes que você compra por US (dólar) e ele aumenta, mas você já assinou o contrato* (Fábio, 36 anos, assentado).

Vilmar relata as primeiras experiências de participação em *chamada pública* e como iniciou esta parceria entre a Coopaville e o Assentamento Conquista do Litoral. Outro agricultor entrevistado - Marcos - discute sobre a política de preços e a forma como são elaborados. Comenta a tomada de preços em três locais, que é o que determina a política do PNAE. Na entrevista, Marcos relatou que o grupo de agricultores do assentamento faz o controle dos custos e assim pode comparar os preços do edital, se são viáveis do ponto de vista financeiro.

Com relação à organização da *chamada pública* e quanto ao período de sua realização, os entrevistados são unânimes em falar da insatisfação a respeito da forma de organização e do período de realização:

> *Essa chamada pública era para sair dia 10 de maio, foi adiando, foi adiando e foi para junho, julho e foi para agosto. Então muitos agricultores perderam alface, perderam repolho. Agora a ideia é que a partir do ano que vem em fevereiro, inicia as aulas e já esteja planejado. É para ter esse intervalo das férias e daí em fevereiro, começarem a entregar os produtos* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

> *A primeira leva era para janeiro e perdemos muito, têm coisas que não conseguiram vender, o destino era tudo para a merenda escolar, quer dizer, boa parte. Primeiro semestre, ninguém vendeu nada. Pensa o agricultor o que perdeu de dinheiro. Era para ser um incentivo e, no fim das contas, é um desestímulo para os agricultores. A gente diz, pode se programar que a coisa vai andar. A gente vai naquela confiança, se não tiver nada assinado é um problema. Deu aquela parada no meio e agora é que começaram a*

> *comprar de novo. O agricultor já estava acostumado com isso. Já estava embalado* (José, 61 anos, aposentado).

A *chamada pública*, como assinalam os entrevistados, não tem um calendário fixo para a sua realização. Os agricultores, na expectativa de fornecimento da alimentação escolar, plantaram diversos produtos destinados à alimentação escolar. Desde 2009, de acordo com os relatos, os associados das cooperativas estudadas, em maior ou menor quantidade, seguiam uma rotina de comercialização para o PNAE de Joinville. Já no período de 2014, com o atraso verificado na contratação das cooperativas, os agricultores entrevistados, em consenso, manifestaram que perderam os produtos que já haviam cultivado para comercializar para a merenda escolar, não conseguindo colocá-los em outros mercados.

As entidades executoras realizam as *chamadas públicas* de acordo com a sua estrutura interna e organização e, às vezes, não estão atentas à complexidade da agricultura familiar. Implantar uma política pública que prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar requer uma análise prévia sobre as formas de como realizar estas compras, respeitando os períodos de plantio e colheita. Os agricultores necessitam fazer um planejamento de sua produção, assim como os profissionais ligados ao PNAE. Dália, nutricionista, relata a sua impressão e como vivenciou esse processo no último período:

> *Infelizmente, 2014 a gente planejou que acontecesse no início do ano e aconteceu só em maio. Mesmo assim era início de maio e foi publicado só no final do mês. A gente teve muitos atrasos com relação à assinatura de contrato e tudo isso, o que gera prejuízo pra gente e para o produtor, porque ele conta com esse dinheiro e ele sabe que ele produz aquilo, naquele determinado tempo. Em 2015, a gente resolveu tentar utilizar esse processo, então à gente já fez a pesquisa ali no segundo semestre, setembro/outubro, com a Secretaria de Educação. Uma coisa que tem gerado um desconforto é que cada vez mais os processos licitatórios são mais demorados. Não depende só de nós, a gente inicia o processo mas até que ele seja publicado, ele está se tornando alongado. Mais pessoas analisam e mais pontos são verificados. Olha o processo, retorna o processo... Faz com que uma ação que a gente planeja pra um determinado período aconteça muito depois. A gente espera que a chamada pública seja publicada ainda esse ano. Mas isso já me causa um pouco de angústia, porque sinceramente eu acho que vai ser difícil. Acredito que vai ser publicado no início de janeiro de 2015* (Dália, nutricionista).

Dália faz uma reflexão importante sobre os "processos licitatórios", assim como ela os chama, pois parecem envolver cada vez mais análises, maior número de técnicos e as dificuldades burocráticas são cada vez maiores.

Devido ao atraso no lançamento do edital da *chamada pública* referente ao período de 2014, os entrevistados falaram da organização e do movimento por eles promovido, no sentido de solicitar apoio à câmara de vereadores e ao prefeito. Os agricultores pesquisados foram unânimes em dizer que esse movimento ajudou na tomada de decisão para o lançamento do edital. Relataram suas impressões:

> *Saiu agora, não queriam [os gestores municipais] que nós entregássemos, daí a gente bateu na Câmara de Vereadores, mexemos lá, aí fomos para o prefeito. Mas nós mexemos quinta-feira na Câmara de Vereadores e na sexta-feira o edital estava lá* (Roberto, aposentado, 65 anos).
>
> *Fizemos até uma reunião lá na Câmera de Vereadores. Porque se a gente não vai lá, não chama o prefeito, não vai à câmara de vereadores, nossa aí. Quer dizer, ainda não saiu, mas não teria nem chegado nesse ponto, pode ter certeza* (Marcos, agricultor, 51 anos).
> *Esse ano está tudo meio parado, já foram na prefeitura várias vezes. Não sei como está agora, porque na última reunião eu não fui* (Paula, agricultora, 39 anos).
>
> *Eu até ultimamente nem fui mais* às *reuniões. Faz tempo que não vou mais. Eles até convidam, más estou por fora como está as compras. Até tivemos audiência na câmara, que ainda estava travado* (Ênio, agricultor, 39 anos).
>
> *Não chamaram a gente, não sei por que, mas estavam comprando, estão comprando de fora e não de nós aqui. Tem coisa muito errada lá no meio. O que a gente lamenta discutir isso, mas é um fato. Por que nós aqui somos da agricultura familiar e aqui nós estamos organizados e nós temos produtos. Por que não compraram mais? E se nós não tivéssemos feito isso pela Câmara de Vereadores, não estaria vendendo hoje* (José, aposentado, 61 anos).

Como percebemos pelos inúmeros relatos dos agricultores entrevistados, a morosidade no lançamento do edital da *chamada pública* fez com que eles se organizassem com o objetivo de buscar apoio no Legislativo Municipal, cobrando o que está previsto na Lei nº 11.947/2009.

Um tema que tem gerado muita discussão e desconforto para os agricultores em *chamadas públicas*, e os entrevistados foram unânimes em falar da insatisfação deste

processo, é a lista de gêneros alimentícios a serem comprados por meio da *chamada pública.* Com relação a este aspecto, a nutricionista Dália, que atua no setor da alimentação escolar de Joinville, fala do processo de planejamento e inclusão de novos produtos, a demanda para a *chamada pública* no decorrer de cada ano, e como faz este processo:

> *A gente sempre entra em contato com as cooperativas pra que elas nos passem a lista de alimentos novos que elas têm pra que se proponha que eles sejam colocados no cardápio. A partir disso, a gente faz teste com todas as nutricionistas que fazem uma preparação, uma degustação e análise sensorial da embalagem pra ver se atende à demanda. Então, a gente solicita e também não só solicita como a qualquer momento eles têm a total liberdade de trazer o alimento pra gente fazer a análise. A gente faz a análise desse produto e caso não atenda* às *nossas especificações, a gente propõe as mudanças necessárias e pede pra que eles adaptem e mandem novamente pra gente dar o nosso parecer* (Dália, nutricionista).

Dália esclarece que a inclusão de novos produtos, a cada ano, na demanda da agricultura familiar para efeito de *chamada pública* precisa passar por todo um processo de análise com o objetivo de verificar se atende às especificidades nutricionais exigidas. Por outro lado, pelo que percebemos em sua fala, há sempre um canal aberto para o diálogo com as cooperativas interessadas. Em sua narrativa, acrescenta ainda outros aspectos do planejamento e como as cooperativas podem reivindicar a inclusão de novos produtos na *chamada pública*:

> *Esse ano a gente também pediu uma lista das cooperativas dos produtos novos. Infelizmente, o processo não depende só da gente. Então a gente tem essa intenção de pedir, mas poucos, muito poucos retornam. A gente sabe que tem a etapa do planejamento, tem um produto que você pede, faz a análise em determinado período, você vai passar a adquirir ele, se tudo der certo, daí um ano, dependendo. Muitas vezes a chamada acabou de acontecer então, até acontecer outra chamada isso tudo. Por isso, quando é feita essa pesquisa, quando a gente sabe de algum produto, eles têm que nos entregar com rapidez pra gente fazer essa análise, pra fazer com que isso aconteça. Neste sentido, muitas vezes a gente não tem cooperação das cooperativas. A gente procura na internet o que tem na chamada pública de outros municípios. É assim que a gente vai descobrindo, entra em contato com as cooperativas de outros municípios pra ver o que eles estão comercializando, vai entrando em contato. Mas a gente está crescendo ano a ano. Sempre a gente procura produtos novos* (Dália, nutricionista).

Pelo depoimento, percebe-se que ela vem buscando a interação com as cooperativas no sentido de estimulá-las a apresentar os novos produtos para serem testados e, em caso da aceitação, serem incluídos na lista da demanda para preparar, a cada ano, a *chamada pública*.

Como já percebemos, os profissionais da nutrição são os responsáveis técnicos pela elaboração dos cardápios da alimentação escolar. Esses cardápios precisam ser apreciados pelos setores envolvidos no chamado controle social, representados no conselho de alimentação escolar. Outra questão levantada pelo PNAE são as linhas que orientam os produtos a serem consumidos na alimentação escolar de cada município e cada região. O PNAE orienta a necessidade dos produtos, além de exigir que a referência nutricional esteja de acordo com os hábitos alimentares da cultura local, com a sustentabilidade, respeitando a sazonalidade e a diversificação agrícola na região, com vistas a uma alimentação saudável.

Neste sentido, os agricultores entrevistados, em sua totalidade, dizem que alguns produtos de origem local - e importantes do ponto de vista cultural - não são contemplados na *chamada pública*. Outros produtos, a exemplo do aipim (mandioca), os agricultores alegam que consideram muito pouco a quantidade comprada da agricultura familiar. Seguem-se depoimentos dos agricultores entrevistados sobre a questão relacionada com os produtos:

> *Por exemplo, na chamada estão previstas seis toneladas de aipim e o prefeito quer que 90% venham daqui ou tudo, se der. E aí fazem o quê, compram aipim de fora e nós que somos produtores muito fortes acabamos fornecendo só seis toneladas e de fora compram 20/26 toneladas. Por exemplo, trigo, nós temos? Não temos! Essa tangerina, já foi à época e não compraram. Aí, agora, colocaram goiaba, goiaba nós não temos! Tem que comprar de fora. É complicado. Em vez de ajudar o município, começam a imperar. Eu acredito que é um descaso isso. Pra min é um descaso. Eles podiam trabalhar melhor* (José, aposentado, 61 anos).

> *Por exemplo, compram uma grande quantidade de maçã e a banana se produz em grande quantidade na região. Aipim (mandioca) também se produz muito aqui* (Fábio, agricultor, 36 anos).

> *Dá para ajustar, em termos de produção local, adequar melhor. Alguns produtos, muitas coisas são de época, como a laranja, tangerina, o que mais? O chuchu, abóbora. Tem de ver a época certa que dá para a merendeira, a nutricionista ir adequando. No*

> *lugar da manga, sei lá, coloca outra fruta da época* (Marcos, agricultor, 51 anos).

Segundo registros do diário de campo, quando da visita às nutricionistas (Margarida e Girassol) em busca de esclarecimento de algumas dúvidas que ainda persistiam, soubemos que a prefeitura realiza a compra do aipim (mandioca) para alimentação escolar por dois tipos de processos de compras públicas. O primeiro, utilizando o processo licitatório[18], realizado a cada dois anos. Segundo as nutricionistas, esta modalidade adotada pela prefeitura permite, neste caso, que o produto licitado seja adquirido somente em caso de necessidade de consumo, com validade de dois anos. O segundo processo, a *chamada pública,* realizada todo ano, dentre os inúmeros produtos comprados inclui também o aipim (mandioca). Neste caso, surge a pergunta: Por que não comprar todo o aipim (mandioca) necessário à alimentação escolar, da agricultura familiar, por meio da *chamada pública*? Relataram as nutricionistas que a compra desse produto, feita por licitação, obedece à necessidade de garantir seu fornecimento o ano inteiro. Considerando a morosidade do processo da *chamada pública,* o que se faz é comprar o "*aipim de fora",* como falam os agricultores em suas entrevistas. Complementaram as nutricionistas (Margarida Girassol) em seus relatos, que:

> *Em 2013, por meio do processo licitatório nº 132/2013, foi comprada a quantidade de 11.040 kg de aipim (mandioca). Já no mesmo período, em 2013 e 2014, foram comprados por meio da chamada pública nº 001/2013 e nº 090/2014 7.270 kg e 6.000 kg, respectivamente.*

Pelo relato de Fábio, o que ele está fazendo é uma reclamação, comum entre os entrevistados. No caso da banana, que se produz em maior quantidade em Joinville e Garuva, a compra em *chamada pública* o volume é bem menor do que a maçã, por exemplo, que não é produzida na região. Por meio do Edital da Chamada Pública 090/2014, foram comprados 70.000 kg de maçã, a R$ 2,42/kg. Compraram 42.000 kg de banana a R$ 1,42/kg. A discussão seria por que não aumentar o volume de banana, uma vez que é produzida localmente e a preço menor por quilo e diminuir o volume da maçã? Estes são os dilemas dos agricultores.

Perguntamos às nutricionistas, no grupo focal, como funciona essa dinâmica da escolha dos produtos para composição da demanda em *chamada pública,* relacionada ao

[18] Processo licitatório baseado na Lei 8666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

cardápio escolar. Percebemos, nas entrevistas, que surgiram dúvidas relacionadas a essa questão. Neste sentido, Dália fez o seguinte relato:

> *Os hortifruti, que são um pouco diferentes aqueles que vão para o berçário. Justamente porque a criança, ela vai ingerindo esses alimentos, preparando o hábito alimentar. Se a gente for ver, a quantidade delas é pequena. Até estava comentando com a Girassol [colega nutricionista] que a gente também pediu pra eles [agricultores] mandarem pra gente qual é a produção que eles tem, qual a época do ano, o que a gente poderia aumentar no cardápio. Então, a gente já pediu, só que até agora, não vieram estes relatórios. Talvez, poderíamos estar inserindo mais banana, diminuindo a quantidade de maçã. Aumentando a quantidade de batata-doce, substituindo outros por um inhame, que, além de serem alimentos que são produzidos aqui, a gente acha excelentes fontes de vitaminas e minerais. Por exemplo, a banana branca, a gente só compra para o berçário, porque é um produto mais caro. Então, se a gente for optar, a gente vai preferir comprar banana nanica ou caturra, que é um preço muito menor e também tem um valor [nutritivo] muito similar* (Dália, nutricionista).

As nutricionistas têm um canal aberto para o diálogo com os agricultores quanto à necessidade de incluir os produtos locais na elaboração dos cardápios, os quais, posteriormente, serão demandados por meio da *chamada pública*. Por outro lado, se a criança está formando os hábitos alimentares, justificaria utilizar gêneros alimentícios que não são produzidos em Joinville e região, caso da manga e da goiaba vermelha, dentre outros? O fato é que ao elaborar os cardápios, as nutricionistas nem sempre estão atentas à realidade local, o que tem consequências diretas, não apenas sobre a forma como estes produtos – no caso, manga, goiaba vermelha - serão adquiridos. Provavelmente, neste caso, estas frutas serão adquiridas através de grandes mercados, que trabalham com produtos trazidos de outras regiões do País, em provável detrimento da produção regional, que seria composta por outras frutas. Por outro lado, não se pode negar que, devido a diversos fatores (de clima, solo, etc.), as regiões têm vocação produtiva diferenciada; às vezes, a troca de alimentos inter-regionais diversifica a alimentação escolar e também pode beneficiar os agricultores, que podem comercializar seus produtos em outras regiões. Sobre a compra de banana, Vilmar tem outro questionamento:

> *E a gente tem outra experiência com Camboriú, por exemplo. Eles pedem muito mais banana que Joinville. E lá eles trabalham bastante com a banana branca também. E aqui em Joinville banana branca só para a Creche. Se ela é boa para criança pequena é porque é bem saudável. Em termos de preço é bem mais barata que a maçã* (46 anos, agricultor).

Pelos relatos, surgem diversos questionamentos tanto por parte dos agricultores como por parte das nutricionistas, o que é natural, visto que esta política pública ainda está se ajustando. Estas avaliações e discussão são importantes e necessárias para a estruturação e o fortalecimento das bases da política de alimentação escolar. Fica claro que os produtos consumidos nos cardápios são dinâmicos e devemos ter ciência de que haverá mudanças no decorrer dos anos, até porque os alunos podem ter outras preferências. Assim, Dália complementa, sobre sua expectativa quanto ao mapa da produção local, que os agricultores ficaram de encaminhar, o que ela chama de *documentação:*

> *A gente também está esperando eles trazerem essa documentação pra gente ter um embasamento do que a gente vai trocar. Saber que o município vai ter realmente de demanda, assim é um processo em continuo melhoramento. A gente está num patamar X, mas a gente sempre tem que procurar alcançar os melhores* (Nutricionista).

Este mapa da produção identificaria o que está sendo produzido (variedades, quantidades, sazonalidade) e permitiria ainda discutir potenciais futuros. No decorrer da análise do trabalho, fica cada vez mais claro o papel que as nutricionistas têm na definição dos alimentos para a composição dos cardápios. Neste sentido, os produtos da agricultura familiar são por elas definidos. Os agricultores parecem cientes da importância de ajustar os cardápios a esta realidade local e à época, seguindo os preceitos do PNAE. Como se percebe pelos relatos dos agricultores, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância da política, focam em alguns pontos que poderiam oferecer melhorias para os agricultores:

> *É um bom programa, os agricultores acreditam nesse programa, já está provado que isso funciona e nossos agricultores estão organizados para poder fornecer. É só o órgão público, no caso da merenda, fazer os contratos antes, não que nem foi esse ano. Positivo seria se organizassem antes e quando chegasse ao final do ano, e muitas vezes não acontecer que o projeto não está pronto. Se o projeto estiver pronto, temos produtos* (José, aposentado, 61 anos).

> *Acho que é uma falha muito grande, não ter um planejamento melhor, por parte dos órgãos que desenvolvem esse projeto. Porque se você planeja o trabalho, se você sabe que vai vender tantos quilos de mercadoria, você se planeja e planta muito. Aconteceu esta vez que demorou muito tempo, alguns plantaram e perderam. Outros plantaram e conseguiram vender mais ou menos, alguns desistem. Mas o que tem que ter é um planejamento pra*

> *você fazer isso dar certo. É um dos pontos fracos da política* (Fábio, agricultor, 36 anos).

Como se constata, consideram ser um "ponto fraco" da política esta falta de planejamento das *chamadas públicas*, que não oferecem ao agricultor um calendário fixo, com datas planejadas, para que ele possa organizar, de forma segura, a sua plantação. Ele já sofre com outros fatores ligados a clima, solo, água, sementes. Esta política deveria ser um fator de estímulo. A tão comentada segurança de vendas, como ficaria?

> *Que nem o pessoal que planta verduras, alface, não adianta pedir para daqui uma semana, a alface demora 45 dias para ficar pronta para consumir. A batata-doce demora quatro meses. O aipim, em torno de um ano. Tem de ter uma programação* (Pedro, agricultor, 46 anos).

> *O aipim, o cará e o japão são culturas de um ano. Ciclo de um ano. Entendeu! A gente tem que se programar. Muita gente plantou e acabou não vendendo. Ainda bem que o aipim não se estraga, né! Agora, a batata doce tem ciclo de três meses, e dá para deixar, no máximo, mais um mês dentro da terra. Senão, estraga também. Aí, não vende mais. Não chegasse a pegar batata doce com furinhos? É batata passada. Ela já passou do ciclo que era para se colher. Quando você colhe ela no ciclo certo, aquela temporada certa, ela não está furada* (José, aposentado, 61 anos).

Os entrevistados reforçam a necessidade de planejar a produção agrícola, falam sobre os diversos ciclos produtivos e as caraterísticas gerais das culturas. Finalizando a análise sobre as categorias de pesquisa, ainda temos o relato de alguns agricultores que contribuíram com este trabalho, manifestando-se sobre sua percepção com relação à *chamada pública*:

> *Sobre a chamada pública, uma melhor programação para não acontecer isso que está acontecendo. O prefeito pediu para o secretário realmente começar já, agora em agosto, a se organizar e fazer um levantamento do que precisa e deixar tudo pronto, tudo a chamada, pra só assinar* (Marcos, agricultor, 51 anos).

> *Só que agora nós mexemos com isso. Já estivemos com o prefeito e para 2015 já está saindo, e vai sair 75% do valor agora da merenda escolar* (Roberto, aposentado, 65 anos).

> *Vamos ver se as cooperativas têm tudo isto. Por que uma coisa é as nutricionistas colocar os produtos na chamada pública, outra coisa é as cooperativas terem esses produtos. Já aconteceu com vários produtos. Por exemplo, colocar farinha de trigo e não têm na realidade e depois ficava fora* (Vilmar, agricultor, 46 anos).

Mesmo com a publicação da Lei nº 11.947/2009, que estimula os agricultores familiares à produção e venda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, parece não haver uma garantia de venda dos produtos da agricultura familiar. A burocracia do setor público parece contrariar, de certa forma, o que a lei favorece e os agricultores, desestimulados, se afastam do processo. Alguns buscam diferentes alternativas de mercado; outros, nem pensam em entrar neste processo devido a toda a complexidade a que são submetidos.

Ao nos confrontar com as diversas peculiaridades do processo de *chamada pública*, tendo como principal guia as percepções dos agricultores, devemos fazer uma pergunta: estaria o setor da agricultura familiar preparado para transitar em todo este aparato burocrático para comercializar seus produtos? Ou, de forma inversa, estaria o aparato burocrático preparado para atender e assistir adequadamente aos agricultores e às demandas das escolas públicas?

Estamos cientes de que este trabalho de pesquisa não tem como responder a todas as questões levantadas e que outras pesquisas são necessárias. No entanto, fica claro que alguns setores envolvidos na gestão do politica do PNAE em Joinville deveriam aprofundar a discussão, buscando o ajuste para algumas questões da produção local, como é o caso do setor da ATER, da Fundação Municipal 25 de Julho, e da Epagri, dos agricultores sócios das cooperativas da agricultura familiar, das nutricionistas e do CAE. Estes setores precisam inevitavelmente dialogar para buscar a melhoria da politica do PNAE em Joinville.

CAPÍTULO III ANÁLISES, CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES: ESPAÇOS DE ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO NORDESTE CATARINENSE

3.1 ANÁLISE DOS PONTOS CRÍTICOS ENCONTRADOS NA PESQUISA

Pretendemos aqui analisar alguns pontos importantes que constatamos na fala dos agricultores familiares e nutricionistas, possíveis em função das metodologias aplicadas, em especial as da entrevista semiestruturada e do grupo focal, com a complementação da observação participante, além dos dados documentais. A partir do referencial teórico, buscamos as impressões e análises de diversos autores que nos permitiram cruzar tais referências com os dados da pesquisa de campo.

A experiência como pesquisadora nos permite afirmar que estas metodologias se complementaram, com destaque para o diário de campo, que se revelou instrumento expressivo; por intermédio dele, pudemos registrar informações valiosas que nos ajudaram a esclarecer pontos importantes não registrados nas entrevistas, mas em conversas informais.

Já o grupo focal, formado pelas nutricionistas, contribuiu com seus relatos, levando-nos a refletir sobre o papel destas profissionais e sua relação direta com a escolha dos produtos da agricultura familiar, que compõem, a cada ano, a lista de produtos para a *chamada pública* e posterior composição do cardápio dos escolares.

Independente do método utilizado nesta pesquisa, como bem lembra Fonseca (2004), há necessidade de se repensar suas fragilidades, avaliando constantemente o quanto esse recurso vem dando conta de apreender os dados para o devido estudo. Assim, pode-se dizer que as técnicas e métodos escolhidos possibilitaram o avanço na busca dos objetivos propostos.

Procuramos, por isso, organizar nossos registros a partir dos pontos centrais levantados pelos agricultores, bem como pelas nutricionistas, que, a nosso ver, estão focados na *chamada pública*, nos mercados institucionais e na agricultura familiar. Estes temas estiveram presentes nas discussões das cinco categorias por constituírem questões cruciais de acesso a esta política pública de alimentação escolar pelos agricultores familiares.

3.1.1 *Chamada Pública*

O primeiro ponto a destacar refere-se ao conjunto de normativas que disciplinam a política atual de alimentação escolar, em especial a *chamada pública*. A possibilidade de dispensa do processo licitatório tem sido apontada como um dos fatores importantes deste novo processo das compras públicas da agricultura familiar. Por esta razão, este tema tornou-se alvo de análises acadêmicas, inclusive na esfera governamental. Assim, vários autores, como Baccarin *et al.* (2012), Peixinho (2013) e Saraiva *et al*.(2013) consideram positivo este novo formato das compras públicas, destacando avanços no que tange ao fortalecimento da agricultura familiar. Cabe, no entanto, perguntar em que pontos este processo favorece a participação dos agricultores familiares.

Um deles, do ponto de vista prático, é que, ao optar pelo processo da *chamada pública*, os agricultores e suas organizações econômicas não concorrem com as demais categorias (comerciantes supermercadistas e varejistas).

Em sua essência, o processo foi instituído para atender à demanda dos agricultores familiares e suas organizações com a publicação da Lei nº 11.947/2009. Neste caso, "[...] abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como 'agricultor familiar' (grifos dos autores) e dispensa-se o processo licitatório, como disposto em seu artigo 14" (TRICHES & SCHNEIDER, 2010, p. 2). Os autores perceberam que, quando o agricultor utiliza o instrumento da *chamada pública*, assume um espaço singular, permitindo sua participação no processo das compras públicas.

Baccarin *et al.* (2012) observam que utilizar a *chamada pública* como instrumento jurídico para a realização das compras públicas não implica nenhum problema quanto à Lei nº 8.666/1993, criada com a finalidade de disciplinar e realizar contratos e licitações da gestão pública. Já a Lei nº 11.947/2009 trata especificamente das compras da agricultura familiar para alimentação escolar, utilizando os recursos do FNDE/PNAE.

Até a publicação dessa lei, o único mecanismo disponível para compras públicas era a de nº 8.666/93 - de Licitações e Contratos Administrativos -, de 21 de junho de 1993. Este mecanismo concorrencial de compras públicas é assim avaliado: "[...] o produto é padronizado; busca-se a participação do maior número de concorrentes e tem-se como critério de escolha o preço do produto" (HERMANN, 1999, p. 31). A autora

mostra quais são as características mais destacadas nesta forma de compra pública.

Como percebemos, é uma legislação semelhante à da "contratação" de produtos de qualquer natureza, "assim como a compra de alimentos para alimentação escolar, o que pode dificultar bastante a execução de diretriz de compras preferencial de alimentos, junto a produtores agrícolas e ao comércio local" (BELIK *et al.*, 2004, p. 5). Os autores estão se referindo ao período após a descentralização dos recursos do PNAE, de 2004 em diante, que incentivou, por parte da gestão do PNAE, a comprar produtos da agricultura familiar. Dispõe, em particular, sobre os mecanismos licitatórios disponíveis, que eram os que tratavam igualmente qualquer produto, como comentado pelos autores, trazendo dificuldades para a participação da agricultura familiar.

Na composição dos preços para as compras da agricultura familiar por intermédio do PNAE, a entidade executora deverá considerar "todos os insumos exigidos na licitação e/ou chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto", conforme previsto no Art. 29 da Resolução nº 26/2013.

A publicação desta normativa assinalou para a agricultura familiar mudanças alentadoras, se comparadas com a legislação anterior, a Resolução nº 38/2009,[19] que não previa recursos para essa finalidade. Além de o agricultor familiar entregar ponto a ponto os produtos da agricultura familiar, ainda tinha de pagar as despesas de fretes, embalagens, dentre outros (BACCARIN *et al*., 2012).

Em Joinville, o valor do frete para a entrega da alimentação escolar nas unidades escolares é incluído no valor do produto final desde a publicação da Lei nº 11.947/2009. Os agricultores falam, nas entrevistas, sobretudo da necessidade de reajustar atualmente o valor agregado ao produto que corresponde ao frete.

Outra questão é que a política atual de alimentação escolar prevê, em sua base legal, que, na compra de produtos orgânicos ou agroecológicos, os preços poderão ser acrescidos em até 30% com relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003). Este aspecto, além de estreitamente ligado aos objetivos do PNAE, está imbricado com a

[19] Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

questão da soberania e segurança alimentar, também melhorando o aspecto econômico dos agricultores para incentivo ao cultivo da produção orgânica. No entanto, percebemos que em Joinville os produtos orgânicos ainda não são demandados por meio da *chamada pública;* com isto, um dos sócios da Coopaville, que tem sua produção certificada como orgânicos (já comentado), não viabilizou a comercialização da sua produção ao PNAE na condição de orgânicos, no caso, sob o amparo de sua legislação.

Por fim, outro aspecto expressivo a considerar é como são elaborados os preços dos produtos para a composição da *chamada pública*, pesquisados em três mercados locais, regionais, em feiras da agricultura familiar, a preços da CONAB e CEASA. Ao complementar esta questão ainda sobre preços, a legislação também determina que eles serão aplicados na compra da agricultura familiar, por meio de *chamada pública*, publicada em edital.

Assim, após esta ampla exposição de questões normativas, que parecem potencializar e estimular a participação da agricultura familiar no processo das compras públicas, vê-se que o aspecto concorrencial não estaria presente, pois o preço não é visto como critério de escolha dos produtos, já que compõe uma demanda anteriormente articulada e discutida e os produtos precisam seguir um padrão de qualidade. As compras públicas da agricultura familiar para alimentação escolar determinam, em sua base legal, que se dê prioridade aos agricultores locais, aos fornecedores locais do município, aos assentamentos de reforma agrária e aos produtores de produtos orgânicos (BRASIL, 2013).

Do ponto de vista formal, estas normativas apontam para um cenário positivo, mas os agricultores apresentaram inúmeras contestações, como já tivemos a oportunidade de acompanhar ao longo da discussão no capítulo anterior. Por que estariam os agricultores, de alguma forma, insatisfeitos com o processo das compras públicas? Que aspectos do processo das compras públicas dificultam sua participação?

Nos últimos três anos, de 2012 a 2014, verificamos que a prefeitura de Joinville lançou seis editais de *chamada pública* para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Apresentamos, a seguir, na tabela 3, a relação de datas de lançamento dos editais de *chamada pública*, com data de homologação das compras, valores de aquisição da Coopaville, e a relação de produtos da *chamada pública* que a Coopaville e Cooperconquista se responsabilizaram em entregar, a cada ano, ao PNAE de Joinville.

As cooperativas da agricultura familiar, para participar dos editais da *chamada pública*, devem seguir todo um ritual, desde a apresentação atualizada da documentação, devendo aguardar pela homologação das compras, que depende da aprovação de toda a documentação. A homologação é um indicativo de que a cooperativa está parcialmente habilitada a entregar os produtos da agricultura familiar. A partir desse ato, do mel, do melado e dos panificados deverão ser apresentadas as amostras, sempre acompanhadas da orientação do edital. Posteriormente, ainda haverá a assinatura do contrato que autoriza a iniciar a entrega dos produtos.

Tabela 3 - Editais de Chamada Pública
Entidade Executora do PNAE - Prefeitura de Joinville
Período de: 2012 a 2014

Nº do Edital de Chamada Púbica	VALOR TOTAL Chamada Pública	Valor comprado Coopaville	Data de Abertura Edital	Data de Homologação das compras
001/2012	1.107.876,67	144.617,50	06/02/2012	27/02/2012
003/2012	1.020,945, 65	241.165,55	30/08/2012	16/10/2012
001/2013	2.497.072,35	716.792.35	08/03/2013	15/04/2013
003/2013	835.850,60	108.000,00	25/07/2013	31/10/2013
090/2014	2.552.653.77	1. 367.549.37	06/05/2014	16/06/2014
195/2014	552.000,00	-	06/05/2014	10/09/2014

Fonte (JOINVILLE, 2014)

Sobre as datas de lançamento dos editais da *chamada pública*, bem como sobre a data de homologação das compras, nos últimos três anos, conforme tabela 3, podemos observar que em 2012 foram lançados dois editais: o primeiro, nº 001/2012, lançado em 02/2/2012, com homologação das compras em 27/2/2012; o segundo, nº 003/2012, lançado em 30/08/2012, com homologação das compras em 16/10/2012.

Em 2013 também foram lançados dois editais de *chamada pública*: o primeiro, nº 001/2013, em 8/3/2013, com homologação das compras em 15/4/2013; o segundo, 003/2013, lançado em 25/07/2013, com homologação das compras em 31/10/2013.

Em 2014, mais dois editais de *chamada pública* foram lançados: o primeiro, nº 090/2014, em 6/5/2014, com homologação das compras em 16/6/2014; o segundo, nº 195/2014, em 6/5/2014 e com homologação em 10/9/2014.

Como percebemos pela descrição dos períodos, e como disseram os agricultores, não há regularidade quanto à sua realização. Este cronograma parece seguir muito mais a

organização interna da entidade executora - a Prefeitura de Joinville -, do que os interesses e as condições concretas dos próprios agricultores.

Como vimos no capítulo anterior, e diante das discussões anteriormente apresentadas, deveriam ser consideradas as particularidades da produção agrícola, os ciclos produtivos das culturas e a necessidade de se prever um planejamento para esta produção. Podemos perceber, pelos depoimentos, que os agricultores foco de nosso estudo tiveram, especialmente em 2014, perdas em sua produção, pois haviam realizado o plantio dos produtos agrícolas no período anterior na expectativa de que no início do ano a *chamada pública* fosse realizada. No entanto, conforme vimos pelos depoimentos, o processo foi moroso e eles tiveram de se organizar no sentido de buscar apoio do poder legislativo local. Com isto, buscaram pressionar o poder executivo para a realização da chamada pública. Somente a partir dessa pressão o contrato para a efetivação das compras foi realizado, em julho de 2014, iniciando-se a distribuição da alimentação escolar nas unidades escolares em agosto.

Quando nos referimos ao início da distribuição da alimentação escolar, compreendemos diversos fatores. Mencionamos, entre eles, o fato de os agricultores precisarem ter uma produção disponível (em variedade e quantidade) para atender à demanda da alimentação escolar no início da entrega às unidades escolares, assim como precisarem de regularidade na produção, ou produção garantida (também em variedade e quantidade) para dar continuidade às entregas nas unidades escolares. Observamos, como já o fizemos anteriormente, que as culturas têm ciclos de produção diferenciados. De qualquer forma, sabe-se que a falta de um planejamento - com data segura para início da entrega dos produtos da alimentação escolar - tem dificultado sua tarefa no cumprimento dessa política. Enfim, que os agricultores dependem dos recursos financeiros provenientes do pagamento do PNAE para a manutenção da propriedade (compra de sementes, equipamentos, dentre outros), bem como para o sustento da família. Assim, no sentido de fortalecer as bases da política de alimentação escolar em Joinville, uma das questões primordiais, conforme constatado em nosso trabalho, é a realização e organização da *chamada pública* nos meses de novembro e dezembro de cada ano. Esta prática possibilitaria o planejamento da produção agrícola para o ano seguinte, e uma gestão melhor dos recursos das propriedades rurais.

3.1.2 A relação da agricultura familiar com os mercados institucionais

Destacaremos dois pontos críticos apontados por nossa pesquisa: a agricultura familiar e os mercados institucionais. Em geral, os temas presentes em discussões sobre a agricultura familiar, no que tange à sua dificuldade e desenvolvimento, envolve, na maioria das vezes, a questão de mercados. Apresentam problemas de capacidade de produção, logística, falta de competividade nos preços; enfim, inúmeros gargalos. "A agricultura familiar tem enfrentado sérios problemas na falta de mercados para seus produtos, especialmente os alimentos. Uma das propostas recentes é investir na demanda institucional" (COSTA *et al*., 2008, p. 10). Mesmo com estes problemas, a pesquisa constatou que uma das questões valorizadas, e muito comentada pelos agricultores entrevistados, é a garantia de compra pelo governo do que os mercados institucionais vêm proporcionando. Os agricultores que comercializam os produtos por intermédio do PNAE de Joinville indicam, de um modo geral, que estão satisfeitos com os preços pagos. Avaliando esse procedimento, eles nos remetem, em suas falas, a questionamentos sérios que devem ser levados em consideração pelos gestores públicos a respeito da desatualização dos preços em relação aos custos e ao mercado ao longo de um ano, que é o período de vigência do contrato. Outra questão é a do frete. A unidade executora de Joinville inclui no valor do preço final do produto o valor do frete. No entanto, os agricultores dizem que o valor do frete recebido atualmente necessita de reajuste, visto que não cobre mais os custos (como combustível, desgaste do caminhão, mão de obra, etc.). O trabalho de frete se refere à entrega dos produtos perecíveis, de responsabilidade de fornecimento, em 2014, da Coopaville e da Cooperconquista. Outro trabalho realizado pela Cooperconquista, com relação ao valor do frete para entrega de produtos de outras cooperativas da agricultura familiar selecionadas na *chamada pública* de 2014, do estado e fora do estado, os agricultores disseram que acompanha os custos de mercado. Estes produtos - leite, sucos e arroz, dentre outros -, as cooperativas entregam na central de alimentos de Joinville, onde permanecem estocados. Semanal ou quinzenalmente, de acordo com a necessidade de suprimento dos cardápios da alimentação escolar, a Cooperconquista é acionada pela central de alimentos para fazer a distribuição às unidades escolares, sendo renumerada pelas cooperativas responsáveis pelo fornecimento dos produtos.

A discussão sobre os preço dos alimentos é um tema polêmico, como enfatiza Maluf:

> Os preços dos alimentos ocupam lugar central para segurança alimentar e nutricional quando esta é abordada com as perspectivas da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada e saudável, especialmente no presente contexto de inflação dos alimentos (MALUF, 2014, p. 58).

Concordamos com esta análise, pois, como também disseram os agricultores das duas cooperativas, os preços dos alimentos estão relacionados à soberania alimentar. Neste sentido, a FAO (2014, p. 17) considera que existem quatro dimensões de segurança alimentar e nutricional: "Disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos". Para se ter a disponibilidade de alimentos é necessário haver "produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição de alimentos". O acesso aos alimentos, no entanto, envolve a questão dos preços, o que pode ser um fator restritivo e de preocupação para o acesso a boa parte da população.

Diz-se, no âmbito do PNAE, que há "uma percepção dos gestores nacionais que tem havido elevação nos preços dos alimentos, acarretando dificuldades em cumprir com as exigências em termos de cardápios" e, no caso as frutas, verduras e legumes (FVL), que teriam sido os principais responsáveis por este aumento. Acredita-se que a obrigatoriedade da Lei nº 11.947/2009 modificou a quantidade de FLV consumida, e isto teria contribuído para este aumento. Neste sentido, dois mecanismos têm contribuído para amenizar os preços e abastecer os cardápios com FLV: os alimentos doados pelo PAA ao PNAE e, segundo, a utilização de hortas escolares para a produção de alimentos e abastecimento com FLV (CAISAN, 2013 p. 119).

Toda aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar na Rede Municipal de Ensino de Joinville é viabilizada por meio da *chamada pública*, não se registrando, até aqui, entrega de alimentos por intermédio do PAA. Segundo a Secretaria da Educação, grande parte das unidades escolares em Joinville possui hortas escolares, apoiadas e orientadas pelo "Projeto Educando com as Hortas Escolares", para o qual a secretaria disponibiliza uma equipe de técnicos para fazer a orientação nas escolas. Este projeto tem por objetivo, a partir das hortas escolares, orientar os alunos na prática da "alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica" (JOINVILLE, 2015). Portanto, os trabalhos das hortas escolares não tem a função de fornecer alimentos para a composição do cardápio da alimentação escolar. No entanto, o referido projeto tem a importante função, além das demais, de estimular o consumo de hortaliças pelos escolares na alimentação escolar.

Um fator importante, quando se considera a política de preços e de acesso aos alimentos, é considerar que os agricultores, ao tempo em que são produtores de alimentos, também são consumidores. Para o consumo diário de suas famílias, parte dos alimentos é produzida na propriedade rural, mas certa quantidade é por eles comprada em mercados. Junto às famílias que se dedicam à produção de determinadas culturas ou à industrialização de alimentos, verifica-se uma tendência a diminuir a produção para fins de autossuficiência familiar. As famílias que, por determinadas razões, não possuem condições e recursos para a produção de alimentos para consumo familiar, enfrentam uma situação crítica relativamente a soberania, segurança alimentar e nutricional, visto que ao mesmo tempo em que são "caracterizadas" como agricultoras, sofrem a carência de alimentos para seu próprio sustento (CAISAN, 2013). De um modo geral, as que foram entrevistadas para esta pesquisa cultivam, em sua maioria, grande parte dos alimentos para consumo familiar. Dentre as dez entrevistadas, observamos uma que tem produzido poucos alimentos para o consumo familiar. A atividade relacionada à fabricação de panificados ocupa grande parte de seu tempo disponível, que, muitas vezes, deve recorrer mão de obra das filhas que moram na cidade.

Outro conflito relacionado à renda das famílias dos agricultores está, muitas vezes, atrelado ao "nível de preços dos alimentos que produzem, ou, mais propriamente, dos preços agrícolas". Pode haver uma relação conflituosa entre "produtores e consumidores em relação a esses preços. O que, para os primeiros, é renda, para os últimos significa custo de alimentação". No entanto, o cerne deste embate não ocorre propriamente "numa relação direta entre produtores rurais e consumidores urbanos", pois, nesta relação mercantil, há inúmeros segmentos que interagem, a exemplo da "indústria de alimentos" e "redes de supermercados"(CAISAN, 2013, p. 110). Outro aspecto que influencia o preço final dos produtos são os caminhos percorridos por estes bens, como as "cadeias integradas nacional e internacionalmente", além dos "circuitos regionais de produção, distribuição e consumo" (MALUF, 2004, p. 307).

A entrega dos produtos ao PNAE em Joinville não tem constituído, de um modo geral, um problema para os agricultores. Porém, questiona-se este papel do agricultor, porque, além da entrega dos produtos, ele precisa ter uma infraestrutura considerável, como caminhões e mão de obra, dentre outros. A fala de Vilmar (agricultor, 46 anos) chama a atenção sobre a logística: *Porque hoje a grande dificuldade do agricultor é ir*

levar os produtos agrícolas. O grande problema do agricultor é esse daí. Aí o que ele faz? Vende para o atravessador. É uma humilhação.''

Outra preocupação é quanto à qualidade, à apresentação e à embalagem dos produtos para o PNAE. A qualidade e o acondicionamento dos alimentos são fatores cada vez mais exigidos pelo mercado, assim como pelo PNAE. Os produtos (hortaliças, tubérculos, frutas) são higienizados, separados, embalados e pesados. Ainda passam pelo controle de qualidade na Central de Alimentos da prefeitura de Joinville e são, novamente, inspecionados e pesados ao chegarem às unidades escolares.

A sazonalidade e a regularidade de ofertas são desafios constantes para os agricultores que entregam alimentos para o PNAE via entidades executoras, porque adotar produtos mais sazonais exige maior flexibilidade por parte dos cardápios. Cada região tem vocação para determinados produtos. No entanto, há os que conseguem uma oferta regular (banana, mandioca) e outros, sazonais (tangerina). Esta é uma das queixas dos agricultores.

Outro aspecto muito discutido e levantado pelos agricultores no decorrer da pesquisa é o da compra dos produtos locais. Alguns desses, como mandioca e banana, são produzidos em maior quantidade e a maioria dos agricultores, associados à Coopaville, os produzem, atendendo a um dos princípios do PNAE e do PAA, que é a valorização das culturas regionais e locais. No entanto, a elaboração de muitos cardápios não considera este ponto com a centralidade que deveria ter, como vimos em vários depoimentos e como as próprias nutricionistas comentaram.

Mesmo que haja maior valorização local dos produtos produzidos, observamos, nas falas dos agricultores, que eles são comprados em quantidade menor se comparados à dos outros produtos não produzidos na região. Isto pode indicar em quão pouca consideração é levado um item de tanta importância para a agricultura familiar. Para dinamizar a gestão do PNAE, é necessário um maior diálogo entre os diversos atores envolvidos, assim como uma maior consideração dos agricultores.

Em nossa avaliação, estabelecer uma rede de comunicação entre agricultores, nutricionistas, cooperativas, a ATER local e o CAE poderia contribuir para a melhoria da gestão do PNAE em Joinville. Percebemos que os inúmeros problemas levantados e relacionados à demanda dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar

decorrem da falta de diálogo entre os diversos setores já mencionados.

As nutricionistas não conhecem o que é produzido localmente, nem conhecem a época e a capacidade de produção, ou sua variedade e sazonalidade. Neste sentido, apresentar um mapa da produção atual (variedades, quantidades, épocas de produção) poderia promover uma discussão interessante estre os diversos setores envolvidos na gestão do PNAE para potencializar a produção local.

Sobre o CAE, a pesquisa tem mostrado que seu maior envolvimento se dá no acompanhamento e aprovação da prestação de contas do PNAE a cada ano. No entanto, o "controle social" implica muito mais ações que isso; deveria acompanhar esta política, no caso, de inserção da agricultura familiar, por ser um setor que requer apoio da rede envolvida na gestão do PNAE, para consolidar esta conquista importante na venda de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar. Ainda há a questão dos cardápios, na qual o CAE pode inferir, no sentido de sugerir produtos da agricultura familiar e tornar clara esta participação.

As instituições das ATER locais (Fundação Municipal 25 de Julho e Epagri local) desempenham um papel fundamental no apoio à agricultura e aos agricultores. As contribuições na elaboração do mapa da produção agrícola, com foco no potencial de cada município, são um instrumento na elaboração dos cardápios escolares. Outro papel importante destas instituições é a contribuição na discussão dos orgânicos, como, por exemplo, obter a participação de certificadoras, em levantar as diversas vantagens atreladas à produção orgânica. Não menos importante é discutir e acompanhar, com os agricultores, a legislação do PNAE, as mudanças previstas e promover avaliações da política a cada ano, chamando os setores envolvidos na gestão do PNAE.

A questão da alimentação escolar de qualidade necessita envolver, cada vez mais, as formas como os alimentos são produzidos no Brasil e, neste sentido, a temática da agroecologia, ou da produção orgânica, com a consciência que ela cria:

> A agroecologia, como ciência e movimento social, com sua peculiar construção histórica no Brasil, tem suas raízes na revalorização dos métodos tradicionais de manejo e gestão ambiental, que evoluíram a partir dos conhecimentos acumulados por populações locais em sua íntima convivência com os bens da natureza disponíveis e sua otimização nos vários biomas e ecossistemas, visando ao atendimento de suas necessidades de reprodução biológica e social (PACHECO, 2010, p. 43).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) lançou, em seu portal, em 2013, um artigo denominado “Consumo de agrotóxicos cresce e afeta a saúde e meio ambiente”. O objetivo central é alertar a população sobre os sérios riscos que o uso indiscriminado de defensivos sintéticos vem trazendo à saúde da humanidade e a todo sistema vivo (água, rios, córregos e florestas). Precisamos, cada vez mais, pensar como podemos nos livrar deste malefício, pois também compromete diretamente a qualidade dos alimentos. Não basta apenas termos um respaldo legal para incentivar os agricultores a fornecer produtos orgânicos para alimentação escolar, mas, acima de tudo, a capacidade de promover uma mudança de atitude das pessoas direta e indiretamente envolvidas com este trabalho. Por esta razão, considera-se fundamental o papel do CAE, das ATER locais, bem como dos nutricionistas, em interação com os agricultores. Do CAE, porque este órgão pode mediar esta discussão com os agricultores. Das Ater locais e das nutricionistas, porque os agricultores precisam de orientação técnica para a produção e também sobre certificação. Por fim, as nutricionistas, porque, como já discutimos por diversas oportunidades neste trabalho, são elas que elaboram a lista de produtos de alimentação escolar previstas em *chamada publica*. No caso dos orgânicos, há necessidade de começar a inserir na demanda da alimentação os produtos perecíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão deste trabalho de pesquisa, apresentamos nossas considerações acerca das representações e falas dos agricultores envolvidos neste trabalho, relacionadas à aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE de Joinville, que esperamos sejam levadas em consideração pelos gestores públicos envolvidos nos programas de alimentação escolar e agricultura familiar. Apesar de não serem definitivas, apontam para determinados limites importantes do PNAE, ao tempo em que asseguram que os objetivos centrais de ambas as políticas (PNAE e PAA) são considerados positivos para os agricultores.

Como pesquisadora, vivenciamos uma experiência marcante, pois as metodologias aplicadas nos permitiram observar, ouvir e constatar realidades presentes no cotidiano dos agricultores, relacionadas à participação na política atual do PNAE e do PAA, consideradas relevantes por poderem subsidiar as discussões em torno da melhoria da gestão do PNAE em Joinville e em seu encaminhamento para esse fim. .

A pesquisa demonstrou que os mercados institucionais constituem importantes mecanismos de valorização e promoção da produção agrícola, na medida em que conseguem dar conta de articular o escoamento via comercialização, garantindo segurança ao agricultor por meio da regularidade da oferta e dos preços, ao tempo em que se oferece, diariamente, melhor qualidade de alimentos aos escolares da rede municipal de ensino de Joinville.

Ainda representa uma margem insignificante a compra de produtos orgânicos para a alimentação escolar em Joinville nas duas cooperativas estudadas, formadas por agricultores locais e assentados da região. No grupo de associados das cooperativas em questão, a pesquisa constatou que só há uma propriedade certificada, aquela em que atuam três sócios da Coopaville, que comercializam repolho, alface, couve-folha, rúcula e almeirão para o PNAE de Joinville. O fato é que a demanda destas hortaliças na *chamada pública* não são previstas como produtos orgânicos e, neste caso, os preços são os de hortaliças convencionais. Por esta razão, o agricultor não recebe, nem os produtos são comercializados como orgânicos.

Vêm sendo incluídas nas últimas chamadas públicas da prefeitura de Joinville algumas frutas que não são típicas da região, como **o kiwi, a manga, a goiaba vermelha**,

embora possam ser consideradas saudáveis. Além de contrariar a legislação do PNAE, uma vez que a solicitação destes produtos escapa à proposta de potencializar a tradição agrícola local, outros alimentos podem ser equiparados do ponto de vista nutricional. Neste sentido, diversas questões podem ser levantadas: primeiro, que há necessidade de diversificação das frutas e hortaliças nos cardápios da alimentação escolar. No entanto, o caso da manga, da goiaba vermelha e do kiwi são questões que os agricultores, as Ater locais e o CAE devem discutir com as nutricionistas e devem avaliar o porquê de sua inclusão na demanda da alimentação escolar. Quando realizado o grupo focal com as nutricionistas, informaram-nos que há algum tempo aguardam o mapa da produção agrícola de Joinville e Garuva.

Todos os pontos aqui levantados, e sua importância, são relativos se analisarmos a dificuldade apontada pelos agricultores nas entrevistas para planejar a produção até o início da entrega dos produtos agrícolas à merenda escolar, a cada ano.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que as políticas públicas - do PNAE e do PAA - poderão ser transformadoras se passarem a cumprir seu papel, seguindo as leis de forma mais firme e efetiva. Além de cumprir o papel econômico, proporcionando melhoria de renda aos agricultores familiares, como prevê a legislação, permitirá aos beneficiários que comecem a perceber a sua importância como seres humanos e cidadãos, dando ênfase às instituições responsáveis pelas políticas públicas, que devem cumprir com os seus deveres constitucionais de uma forma decisiva.

PROPOSIÇÕES PARA A MELHORIA DA GESTÃO DO PNAE EM JOINVILLE

A importância de todas as questões levantadas e discutidas nas falas e representações dos agricultores, das profissionais da nutrição no âmbito deste trabalho de pesquisa e seu vínculo com o Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental é que nos permitem propor um rol de sugestões que, a nosso ver, podem contribuir para a melhoria desta política pública - o PNAE -, envolvendo os setores diretamente comprometidos com a gestão, a execução e o controle social (Secretaria da Educação, nutricionistas, Ater e o CAE), mas, principalmente, os beneficiários – os agricultores familiares que comercializam a produção agrícola para a alimentação escolar na Rede de Ensino Municipal de Joinville.

Primeiro, seria melhor se o lançamento do edital de *chamada pública* pudesse ser realizado a cada ano no período de novembro e dezembro, no sentido de antecipar a programação para o ano seguinte. Permitiria, dessa forma, aos agricultores, planejar a produção, as variedades e quantidades necessárias para atender ao PNAE no ano seguinte, com tempo mais adequado. Também permitiria ao agricultor trabalhar com mais tranquilidade e segurança sob o aspecto financeiro e organizacional da propriedade e do âmbito familiar, uma vez que iniciaria o ano sabendo de seus compromissos com relação às entregas de produtos para alimentação escolar, além de ter uma visão de quanto receberia e que mercados teria de acessar para garantir a sua manutenção.

Segundo, embora se reconheça a importância de diversificar a alimentação dos escolares, sabe-se que ainda há um potencial de produtos produzidos na região que não é aproveitado na alimentação escolar, quando, por suas características alimentares, os produtos poderia ser incluídos. Existem problemas de sazonalidade, desconhecimento ou necessidade de um diálogo com a equipe de nutricionistas sobre as possiblidades da inclusão desses produtos e do aumento das quantidades dos alimentos produzidos em Joinville e região, no caso, aipim (mandioca), banana e tangerina, dentre outros.

Terceiro, pela importância do CAE nesta política pública, do objetivo para o qual foi criado, sua participação vai além da fiscalização na aplicação dos recursos públicos, da averiguação e da aprovação das contas do PNAE. Como sugestão, seria importante a participação do CAE na discussão dos cardápios com as nutricionistas, no sentido de mediar a participação da agricultura familiar, ajudar a resolver as questões relativas aos produtos, às variedades e quantidades.

Quarto, percebe-se a potencialidade de recursos do PNAE/FNDE da unidade executora - prefeitura de Joinville - em vista do número de escolares. Sabe-se que a unidade executora utilizou, em 2014, 41,5% dos recursos repassados pelo FNDE na compra de produtos da agricultura familiar. Pelas falas dos agricultores e dos gestores públicos municipais, sentiu-se a vontade de aumentar este volume de recursos em favor da agricultura familiar. Para isso e como sugeriam os agricultores, há necessidade de aumentar a oferta de produtos da agricultura familiar. Neste sentido, não haveria possibilidade de focar o cultivo em outras variedades de frutas e hortaliças na região por meio da orientação das ATER (Epagri e Fundação Municipal 25 de Julho), acordado com as nutricionistas?

Quinto, quanto aos produtos orgânicos, a entidade executora de Joinville poderia iniciar este processo de compra de orgânicos perecíveis aplicando um percentual a cada ano, à época da *chamada pública*, pois, enquanto não houver um estímulo concreto à compra desses produtos, provavelmente a produção também não vai aumentar.

Sexto, a partir deste trabalho de pesquisa, ficou claro que parte dos problemas existentes, e que afetam a gestão do PNAE em Joinville, ocorre por falta de diálogo e sintonia entre os diversos segmentos envolvidos: agricultura, controle social e Secretaria da Educação (que inclui a gestão do PNAE e a equipe de nutricionistas). Neste sentido, e como a pesquisa demonstrou a respeito da importância do papel central das nutricionistas neste processo, considera-se fundamental estabelecer encontros, reuniões, seminários, visitas, enfim, escolher metodologias que permitam garantir uma rede interligada de diálogo entre estes setores. A pesquisa mostrou também a vontade dos diversos setores de resolver as questões por meio do diálogo, mas isto só será possível se efetivamente todos os envolvidos começarem a perceber que isto é vital para a melhoria e o fortalecimento desta politica pública – o Programa Nacional de Alimentação Escolar - executada por meio da prefeitura de Joinville.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO (Dossiê). **Um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos sobre a saúde**. ABRASCO, Rio, 2012. Vol. 1.

AGENDA 21. **Promoção do Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável** – Capítulo 14, letra a. Disponível: emhttp://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Agenda-21-ECO-92.Acesso em: 15 fev. 2015.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **A Agricultura Familiar em Transformação**: O caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas (RS): Editora da UFPEL, 1995.

ARRUDA, Angela. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de Pesquisa. n. 117, p.127-147, nov. 2002, p. 125-130.

BACCARIN, José Giacomo *et al.*, Agricultura Familiar e Alimentação Escolar sob a Vigência da Lei 11.947/2009: Adequação das Chamadas Públicas e Disponibilidade de Produtos no Estado de São Paulo em 2011. [Trabalho 283 – artigo] Apresentação oral. **50º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Vitória (ES) 22 a 25 de julho de 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão; WEIS, Bruno. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Local.** Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar – Apoio à Fome Zero. Manual Gestão Eficiente da Merenda Escolar, 2004.

BIZZO, Maria Letícia. Josué de Castro: ação política e pensamento social. **Boletim do Museu Goeldi**. Belém, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Emissão de Extrato de DAP/Estatísticas de DAPs dos municípios de Garuva e Joinville/SC. Disponível em: www.mda.gov.br.Acesso em: 21/02/2015.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Liberações – **Consultas gerais**. Exercício 2014. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde. LIBERAÇOES. Acesso em: 15/12/2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal 1988.

_____. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Manual de Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. Organizadores (FNDE): ALMEIDA, Isabel Cristina Pereira Dantas; GOMES, Renata M.; LOPES, Sara Regina Souto. 2014. Disponível em: www.fnde.gov.br Acesso em 18/01/2015.

_____. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Histórico da Alimentação Escolar**. Disponível em: http://www.fnde.gov.br. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Gestão de Recursos Federais: [Manual para Agentes Municipais] Controladoria Geral da União. Secretaria Federal do Controle Interno. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Públicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/cartilhagestaorecursosfederais.pdf Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional**. Elaboração: MALUF, Renato S & SPERANZA, Juliana. Brasília, DF: MDS; Secretaria nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2013, p. 109-133.

_____. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA - CAISAN, **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional**. Elaboração: MALUF, Renato S & SPERANZA, Juliana. Caderno SISAN, 01/2013.

_____. 2014. **Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015**, Brasília.

CAZELLA, Ademir Antonio. A Multifuncionalidade agrícola: A defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural. **Revista Marco Social,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 225-247, 2006.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 2001. 15(43): 207-224.

CAMPANHOLA, Clayton & SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**: Uma Análise Nacional e Regional. São Paulo: Embrapa, 2000. p. 7-11.

CARVALHO DA SILVA, Alberto. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos Avançados**. 9 (23): 1-15, São Paulo. 1995.

COIMBRA, Marcos. **Uma História da Alimentação Escolar no Brasil**. MEC/INAE: Belo Horizonte, 1982.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Se**gurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. **Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília: CONSEA, 2010.

COSTA, Jair Pereira; RIMKUS, Leah Marie; REYDON, Bastian Philip. **Agricultura Familiar:** tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. UNICAMP (SP). [2008].

CRUZ NETO, Otávio. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: **Pesquisa Social**. **Teoria, método e criatividade**. MYNAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). Petrópolis: Editora Vozes, 22. ed., 2003. p. 56-66.

EPAGRI, **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Garuva**, 2015. Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Garuva, 2015.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Ano Internacional da Agricultura Familiar.** O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz (). **Consumo de agrotóxicos cresce e afeta saúde e meio ambiente**. Divulgado pelo Jornalista OLIVEIRA, Cláudio. Disponível em: www.portalfiocruz.com.br. Acesso em: 30 mar. 2015.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico da alimentação escolar**. Disponível em: http://www.fnde.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2014.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. **Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA, Caio Galvão de *et al.* **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**, 2009. Disponível em: http://www.bb.com.br /CensoAgropecuário.pdf. Acesso em: 22 jan. 2015.

FONTES, Virginia. **Brasil: capital imperialismo. Rio**, Editora da Fiocruz, 2010.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO - Joinville -SC. **Informações Gerais**. Disponível em:http://fmdr25.blogspot.com.br/Acesso em: 24 jan. 2015.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais.** Brasília – DF, Líber Livro Editora Ltda., 2005.

GABRIEL *et al*. Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina, Caracterização e perfil de atuação. **Ciência & Saúde Coletiva**. 18(4), 971-978, 2013.

GOMES, Romeo. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** MYNAIO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). 22. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 67-79.

GRAZIANO DA SILVA, (1997) José. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia,** v. 7, nº 1, p. 43-81.

GRISA, Cátia *et. al.* **O Programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos para o debate.** Disponível em: oppa.net.br/acervo/publicações/pesquisa_pesquisa_AABR_texto_PAA_versao_livro.pdf. Acesso em: 15 dez. 2014.

HERMANN, Isadora. Licitações públicas no Brasil: explorando o conceito de ineficiência por desenho. **Revista de Administração**, São Paulo, 34 (2): 29-38, abr./jun. 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo 2010**. Disponível em http://www.ibge.gov.brAcesso em: 31 dez. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo da Agricultura familiar, 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br Acesso em: 30 out. 2009.

INSS - Instituto Nacional de Previdência Social. **Medida Provisória 619, de 2013,** amplia direitos dos segurados especiais. Disponível em: www.previdencia.gov.br Acesso em: 20 fev. 2015.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias assentadas criam cooperativa de produção em Santa Catarina**. Disponível em: http://www.incra.gov.brAcesso em: 25 jan. 2015.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinvile (Org.). **Joinville, Cidade em Dados, 2010/2011.** Prefeitura Municipal, 2011, p. 89-95.

JOINVILLE. (Org.) **Município de Joinville.** Joinville: Prefeitura Municipal, 2014, 150p.

JOINVILLE, Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Setor de Estatística. **Matrícula Geral da Rede Municipal de Ensino** – Movimento Mensal, Novembro 2014 [mimeo].

_____; _____. **Alimentação Escolar é Modelo para gestores de 15 países.** Disponível em: https://educacao.joinville.sc.gov.br/noticia/imprimir-noticia/codigo/156. Acesso em: 22 jan. 2015.

KAMIMURA, Arlindo; OLIVEIRA, Aline de; BURANI, Geraldo Francisco. A agricultura familiar no Brasil: um retrato do desequilíbrio regional. **INTERAÇOES**, Campina Grande, v. 11, n. 2, 2010. p. 217-223./

LEÃO, Marília. O Direito à Saúde e Alimentação Adequada e Saudável. In: CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A **Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil**. Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010.

LOPES, Janete Leige & PONTILI, Rosangela Maria. **O Trabalhador do "Novo Rural" Catarinense:** Uma análise estatística a partir da PNAD de 2011. Disponível em: http://www.apec.unesc.net. Acesso em: 24 jan. 2015.

MALUF, Renato. Preços, produção e consumo de alimentos, papéis de uma política de abastecimento. In: FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Ano Internacional da Agricultura Familiar. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília.**

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25 n.1, p. 299-322, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria**. Fundamento de Metodologia** Científica. São Paulo: Editora Atlas, 7. ed. 2010.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: RJ, Vozes, 2011. p.185-191.

MATTEI, Lauro Francisco. Turismo Rural e Políticas para a Agricultura Familiar. In: IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville. **Anais do IV Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Joinville: IELUSC, 2004. p. 257-260.

_____. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric**., Rio de janeiro, v. 20, n. 1, 2012: 301-325.

_____.Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/Economia. Acesso em: 30 set. 2014.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – [Manual do Agente Emissor de Declaração de Aptidão do PRONAF]. Secretaria da Agricultura Familiar. Versão 1.0. 21/01/2014. Disponível em:http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/MANUAL_DO_AGENTE_EMISSOR_CORRE%C3%87%C3%95ES_16.01.2014_%281%29.pdf. Acesso em: 31 jan. 2015.

MENEZES, Francisco Reginaldo de Sá. **Josué de Castro:** por um mundo sem fome. Projeto Memória. Editora Mercado Cultural, São Paulo, 2004. p. 9-10.

MINAYO, Maria Cecília de Souza**.** Ciência, Técnica e Arte: In: DESLANDES, Suely Ferreira et. al. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 2. ed. HUCITEC – ABRASCO: São Paulo/Rio de Janeiro, 1993.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais.** Investigações em Psicologia Social. Petrópolis RJ: Vozes, 2011. p. 29-52.

NOTICIA, Jornal A. (5/6/2013). **Parceria da Sociedade Mildau arremata sede no leilão em Joinville**. Disponível em: http://www.ndonline.com.br/joinville/noticias/95092-parceira-da-sociedade-mildau-arremata-imovel-no-leilao-em-joinville.html. Acesso em: 19 fev. 2015.

NASCIMENTO, Amália & ANDRADE, Sônia Lúcia L.de. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania. **Ciência e Cultura**, v. 62. n. 4, 2010.

OCESC - Organização das Cooperativas de Santa Catarina/SESCOOP - Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo. **Dúvidas perguntas frequentes.** Disponível em: http://www.ocesc.org.br/duvidas/perguntas_frequestes.php.Acesso em: 23 jan. 2015.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de Pesquisa. Abordagem Teórico-Prática.** Campinas, SP: Papirus, 6. ed. 2000.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O Cultivo da Diversidade: Estratégia para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano Alimentação Adequada. Indicadores e Monitoramento. Da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010. p. 43.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A Trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva,** 2013,18(4): 909-916.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima *et al.* Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**. São Paulo. 2011, 35(2): 128-136.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, jul./dez. 2006. p. 250-273.

ROCHA, Isa de Oliveira; LUZ, Victor José Phillippi. Pressões socioeconômicas sobre o meio natural. In: KNIE, J. L. W. (Org.). **Atlas Ambiental da Região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga**. 2. ed. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2003.

SARAIVA, Elisa *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2013, 18 (4): p. 927-935.

SANTA CATARINA, **Cipozeiros de Garuva**. **Projeto Nova Cartografia Sociais dos Povos comunidades tradicionais do Brasil. Florianópolis**, SC, março de 2007.

SCARABELOT, Maristela & SCHNEIDER, Sérgio. **As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local - Um Estudo de Caso no município de Veneza/SC**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/892.pdf. Acesso em: 28 fev. 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. A Pluriatividade no Brasil: Proposta de Tipologias e Sugestões de Políticas. Artigo apresentado no **XLIV Congresso da SOBER** (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural). Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Fortaleza, 23 a 27 jul. 2006.

_____; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 21-49.

SIGAUD, Ligia. Ocupações de terra, estado e movimentos sociais. Buenos Aires. **Cuadernos de Antropologia social**, v. 20, 2004.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santos. Alimentação Escolar: Da Centralização à Descentralização**.** Ano. 192. p. **Tese** (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

THIOLLENT, Michel. O Processo de Entrevista. In: Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. In: THIOLLENT, Michel (Org.). Crítica Metodológica, Investigação Social e enquete *operária*. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985. p. 79-90.

TRICHES, Rozane Márcia & SCHNEIDER, Sérgio. Reconstruindo o "Elo Perdido": A reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(1): 1-15, 2010.

TONICELO, Roberta Helena dos Santos; ANTUNES, Douglas Ladik; SIMÕES, Mauro de Bonés A. 2005. Economia Solidária e Design Integral: Uma Experiência com Artesãos do Cipó Imbé de Garuva (SC, BRASIL). **Anais do III Encontro Internacional de Economia Solidária: Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia**. NESOL – USP, Novembro. São Paulo, SP.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Estudos Sociedade e Agricultura,** 15 de outubro de 2000:87-145. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo.

LEIS, DECRETOS, RESOLUÇÕES E EDITAIS

BRASIL, Senado Federal, Secretaria de Informação Legislativa. DECRETO-LEI N. 2.162, de 1º de Maio de 1940. Institui o salário mínimo e dá outras providências.

_____. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a **Campanha de Merenda Escola**r, Diário Oficial da União, 1955. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-públicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 3 jan. 2015.

_____. Decreto nº 39.007 d 11 de abril de 1956. Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 4º do Decreto n. 37.106 de 31 de março de 1955. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.htmlAcesso em: 12 dez. 2014.

_____. Decreto n 56.886, de 20 de Setembro de 1965. Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação. Disponível em: http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1965-09-20;56886.Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.Acesso em: 18 fev. 2015.

BRASIL, Lei nº 8.913, de 12 de Julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8913-12-julho-1994-349782-norma-pl.html.Acesso em: 14 dez, 2014.

_____. Medida Provisória 619, de 2013 [...] altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial [...] e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv619.htm. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivl_03/mpv/Antigas/1784.htm.Acesso em:14 dez. 2014.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de educação básica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l1.947.ht. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. **RESOLUÇÃO/CD/FNDE** nº 38, de 16 de julho de 2009**.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: www.fnde.gov.br/arquivos/category/60-2012?download=57...1607**2009.** Acesso em: 14 fev. 2015.

_____. Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2178-36.htm#art32. Acesso em: 21 fev. 2015

_____. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http:www.planalto.gov.brhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Medida Provisória 1979-19, de 2 de junho de 2000. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. (Artigo 3º Instituiu Conselho de Alimentação Escolar) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1979-19.htm. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 fev. 2015.

JOINVILLE, Prefeitura de Joinville/Secretaria de Administração. Chamada Pública 090/2014. Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar destinados à alimentação dos alunos da Rede Municipal de Ensino, por conta de Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, durante o Exercício de 2014. Disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. Prefeitura de Joinville/Secretaria de Administração. Edital de Chamada Pública Nº 001/2013 [mimeo]. Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou suas organizações, relacionadas e especificadas no ANEXO I, que serão destinados ao fornecimento de alimentação aos alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas de Ensino Fundamental matriculadas na Rede Municipal de Ensino, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, durante o exercício de 2013.

_____. Prefeitura de Joinville/Secretaria de Administração. Edital de Chamada Pública Nº 001/2012 [mimeo]. Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou suas organizações relacionados e especificados no ANEXO I, que serão destinados ao fornecimento de alimentação aos alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas de Ensino Fundamental matriculadas na Rede Municipal de Ensino, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, durante o exercício de 2012.

_____. Lei nº 4220/2000. Dá nova redação à Lei nº 3.132/95, de 5 de junho de 1995, que cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Joinville. Disponível em:www. leismunicipais.com.br. Acesso em: 30 jan. 2015.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS REALIZADAS EM JOINVILLE E GARUVA COM OS ASSOCIADOS DAS COOPAVILLE E COOPERCONQUISTA

1. Vida associativa (cooperativa)

a) Conte para nós como funciona a cooperativa à qual você está ligado e qual sua relação com o PNAE e PAA.
b) A quantas cooperativas você é associado, e quais são?
c) Você considera importante ser associado a uma cooperativa?
d) Qual a sua opinião sobre ser cooperado? Percebe vantagens?
e) O que dizem os demais cooperados?

2. Histórico e origem da participação no PNAE:

a) Conte como é a experiência hoje com a venda de produtos agrícolas para alimentação escolar de Joinville.
b) Quais são os produtos? Como é a entrega?
c) Como e quando foi a primeira vez que participou e como tem sido desde então?
d) Como ficou sabendo do programa de alimentação escolar?
e) Você (s) precisou de ajuda para organizar a participação na primeira chamada pública? Sentiu alguma dificuldade? E depois?
f) Qual a sua opinião sobre o PNAE?
g) Como é a produção (há produtos orgânicos?)
h) Como são os preços?
i) Poderia descrever como funciona a logística?
j) Os produtos são entregues às escolas?

3. Produção familiar e conexão com o mercado institucional (PNAE):

a) Conte como é participar desta experiência.
b) Vem percebendo alguma dificuldade na venda dos produtos?
c) O que dizem os outros cooperados sobre a venda de produtos da alimentação escolar?
d) Você aumentou a produção e a variedade de produtos para o abastecimento do PNAE?
e) O que sabe do PNAE? O que entende por logística? Como está sendo feita a entrega?
f) Melhorou a renda da família depois que começou a participar do PNAE?
g) Vem fornecendo produtos orgânicos?
h) Se fornece produtos orgânicos, ganha mais por serem orgânicos?

4. Produção familiar e conexão com outros mercados e consumo interno

a) Para quem vende, além do PNAE?
b) Como funciona o processo na comparação do que se destina ao PNAE?

c) Quem da família participa? E como?
d) Como é o consumo de alimentos da família?
e) Além do PNAE de Joinville, você vende produtos para outros mercados?
f) Percebe alguma diferença? Que outros produtos vende a outros mercados?
g) Produze produtos para consumo familiar? Quais?
h) Acha que a participação da família no fornecimento de alimentos para o PNAE pode ter modificado seus hábitos alimentares (aumentado o consumo de frutas e hortaliças, por exemplo)?

5. Potenciais e limites do PNAE percebidos pelos agricultores no fornecimento à Rede Municipal de Ensino de Joinville

a) Conte se e quais dificuldades encontrou para vender seus produtos ao PNAE de Joinville?
b) Dentre os pontos positivos desta experiência, quais citaria? Por que participa?
c) Se pudesse sugerir algumas mudanças, o que gostaria de sugerir?
d) Gostaria de dizer mais alguma coisa?

6. **Família, composição familiar e informações básicas (ano de nascimento e ralação familiar)**

a) Nome do informante, do cônjuge e ano de nascimento
b) Conte-me como é a vida aqui neste lugar (moradia, vizinhança, trabalho, etc.). Desde quando você e sua família moram neste lugar?
c) Que razão influiu para que você e família viessem morar aqui? Quando vieram?
d) Você e sua família já moravam em Joinville?

7. Divisão do trabalho na propriedade rural: membros da família envolvidos na produção agrícola e outras atividades na propriedade - Situação da propriedade quanto à posse da terra

a) Qual o tamanho de sua propriedade?
b) Que atividades são desenvolvidas na propriedade para a renda familiar? (agricultura, turismo rural, agroindústria...)
c) Com que frequência estas atividades são desenvolvidas no período da semana?
d) Quem da família participa para desenvolver as atividades de renda na propriedade?
e) A mão de obra que ocupada na produção para o PNAE tem envolvido mulheres e jovens?
f) Fale um pouco desta participação: houve algumas mudanças no geral?
g) Alguém da família mora trabalha (com indústria, comércio...) aqui na propriedade?

h) Como é esta relação de trabalho? As pessoas que por acaso moram na propriedade, e nela trabalham (com indústria ou comércio)? Colaboram também na atividade da propriedade?

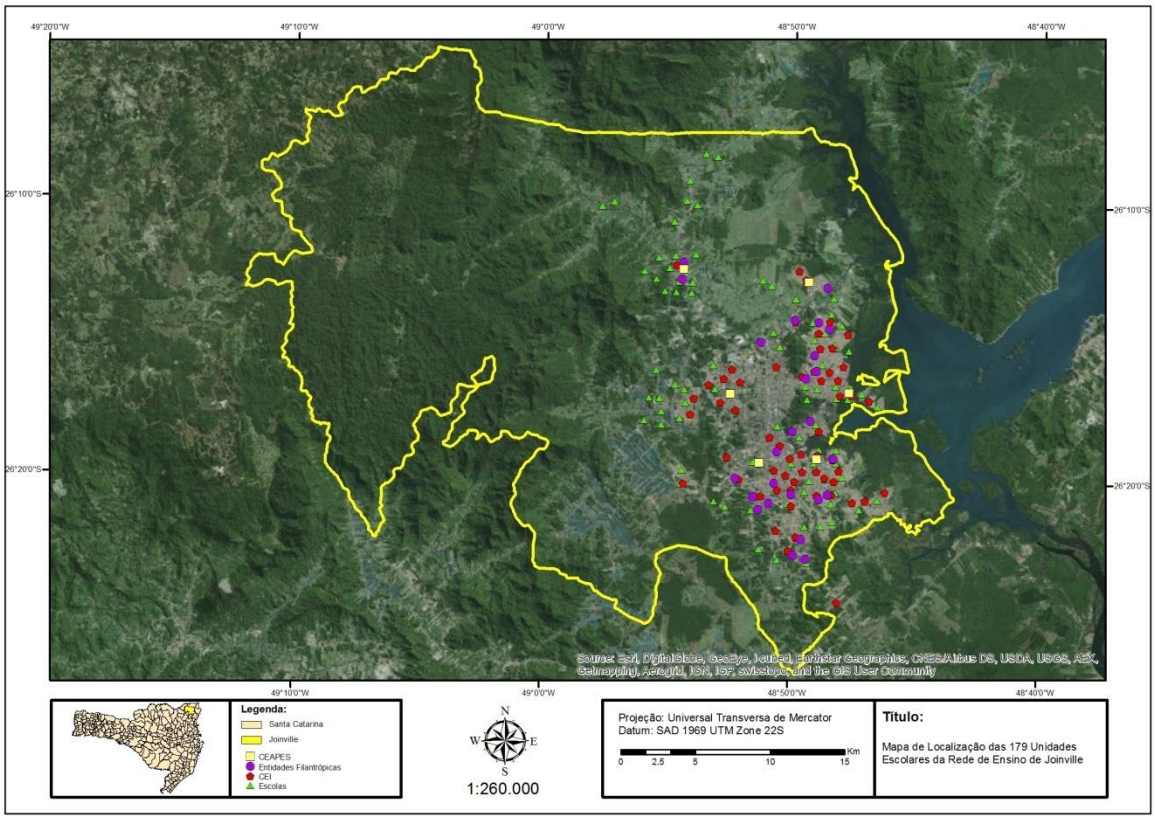
ANEXO 2

Chamadas Públicas realizadas por meio da prefeitura de Joinville para a compra da AF
Período de 2012 a 2014

Período	Valor total da Chamada Pública	Período de Abertura do Edital	Data de Homologação das compras	Produtos da chamada pública comercializados através da Coopaville para a Rede Municipal de Ensino de Joinville	Valor Copaville
001/2012	1.107.876,67	06/02/2012	27/02/2012	Doce de banana, melado, mel de abelha, pão	144.617,50
003/2012	1.020,945, 65	30/08/2012	16/10/2012	**Abacaxi,** abóbora comum, abobrinha, acelga, agrião, aipim, alface, banana-nanica, batata-doce, **batata-inglesa**, berinjela, beterraba, brócolis, couve-flor, couve-manteiga, cenoura, chuchu, inhame, laranja, espinafre, **goiaba,** limão, **maçã,** mamão, milho verde, repolho, tomate, ovos de galinha e pepino.	241.165,55 (Grafia de acordo com HOUAISS)
001/2013	2.497.072,35	08/03/2013	15/04/2013	Doce de banana, pão, abacate, abóbora, **abacaxi,** abobrinha, acelga, agrião, aipim, alface, banana-branca, banana-nanica, batata-doce, **batata-inglesa**, batata-salsa, berinjela, beterraba, brócolis, **cebola,** cenoura, chuchu, couve-flor, couve-manteiga, espinafre, goiaba, inhame, laranja, laranja-lima, limão, **maça, mamão, manga,** maracujá, melancia, **melão**, milho verde, ovos de galinha, pepino, pera, repolho, repolho roxo, vagem, tangerina, tomate.	716.792.35
003/2013	835.850,60	25/07/2013	31/10/2013	Ovos de galinha	108.000,00
090/2014	2.552.653.77	06/05/2014	16/06/2014	mel de abelha, melado, pão, **abacaxi, abacate**, aboóbora, abobrinha, acelga, agrião, aipim, alface, banana-branca, banana-nanica, batata-doce, **batata-inglesa, batata-salsa**, berinjela, beterraba, brócolis, caqui, cebola, cenoura, chuchu, couve-flor, couve-manteiga, espinafre, **goiaba vermelha**, inhame, **kiwi, laranja lima,** laranja, limão, **maça**, mamão, **manga,** maracujá**, melão,** melancia, milho verde, ovos de galinha, pepino, pera, repolho, repolho roxo, rúcula, tangerina, tomate, uva, vagem	1. 367.549.37
195/2014	552.000,00	06/05/2014	10/09/2014	Não houve participação da Coopaville.	

Fonte: JOINVILLE, 2014.

ANEXO 3 - Mapa de Joinville - indicação dos pontos de distribuição da alimentação escolar



Fonte: GEOLAL/UDESC, 2015.

ANEXO 4

Foto 1 - Caminhões da Cooperconquista para entrega de alimentos

Fonte: Cooperconquista, 2009.

Foto 2 - Caixa utilizada para distribuição de hortifrúti Cooperconquista

Fonte: Epagri, 2014.